



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA  
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - SEÇÃO DE LICITAÇÕES

---

LICITAÇÃO N.º 16/2019 (Pregão Eletrônico)  
Protocolo n.º 10218/2018 PAD

ABERTURA DA LICITAÇÃO  
DIA 05/07/2019 às 14:00 HORAS

1 - O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, por meio do pregoeiro designado pela Portaria nº 94/2019, da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná - TRE/PR, torna público que fará realizar licitação, na **modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço global**, que será regida pela Lei nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06, Lei nº 11.488/2007, pelos Decretos n.º 5.450/05, nº 8.538/15 e, subsidiariamente pela Lei nº 8.666, de 21.06.93, e por outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, de acordo com o presente edital e seus anexos.

1.1 - No dia **05 (cinco) de julho de 2019, às 14:00 horas**, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, do prédio do TRE-PR, sito na Rua João Parolin nº 224, Bairro Prado Velho, Curitiba-PR, CEP 80.220-902, será feita a abertura do certame, **exclusivamente por meio de sistema eletrônico** do Governo Federal que promove a comunicação pela Internet (*Comprasnet* - [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)).

1.2 - Integram este edital, independente de transcrição:

- a) o Termo de Referência: Anexo I;
- b) o Relatório Técnico: Anexo II;
- c) o Projeto Acessibilidade: Anexo III;
- d) o Projeto SPDA: Anexo IV;
- e) o Caderno de Encargos: Anexo V;
- f) a Planilha Orçamentária Estimativa: Anexo VI;
- g) a Proposta Detalhada: Anexo VII;
- h) o Termo de Recebimento Provisório: Anexo VIII;
- i) o Termo de Recebimento Definitivo: Anexo IX;
- j) a Minuta do Contrato: Anexo X.

## **2 - DO OBJETO**

**2.1** – A presente licitação destina-se à contratação de empresa especializada para realizar serviços de engenharia para readequação em geral e acessibilidade do Fórum Eleitoral de Toledo, de acordo com as características e especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I e demais anexos.

## **3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO / DO CREDENCIAMENTO ESPECÍFICO PARA O PREGÃO ELETRÔNICO**

**3.1** - Poderão participar deste certame as empresas que atenderem às condições deste edital, inclusive quanto à documentação, e estiverem devidamente credenciadas no sistema *Comprasnet*, cujo gerenciamento (órgão provedor do sistema eletrônico) é feito pelo Ministério da Economia.

**3.1.1** - A licitante deverá manter seus dados (*e-mail* e telefone para contato) rigorosamente atualizados.

**3.2** - Somente poderão participar desta licitação pessoas jurídicas legalmente estabelecidas no País, cujo objeto social, expresso no estatuto ou contrato social, especifique atividade pertinente e compatível com o objeto da presente licitação e que atendam às condições deste edital, desde que não estejam cumprindo as sanções previstas nos seguintes dispositivos:

- a) Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- b) Inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93, quando aplicado por este Tribunal;
- c) Inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

**3.3** – Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados.

**3.4** - As condições exigidas nos itens 3.2 e 3.3 serão verificadas pelo Pregoeiro em conjunto com a documentação de habilitação.

**3.5** - Não poderão participar desta licitação empresas que tenham em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação (art. 2º, inc. VI, da Resolução nº 07, de 18/10/2005, incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/2016, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

**3.5.1** - A proibição constante do item 3.3 se estende até 06 (seis) meses, contados da abertura da licitação, após a desincompatibilização do magistrado ou servidor gerador da incompatibilidade. (art. 2º, § 3º, da Resolução nº 07, de 18/10/2005, incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/2016, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

**3.6** - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de

assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal (art. 3º da Resolução nº 07, de 18/10/2005, com redação dada pela Resolução nº 09, de 06/12/2005, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

**3.7** - A licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente edital, em campo próprio do sistema eletrônico, como requisito para participação no Pregão Eletrônico.

**3.7.1** - Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico ou de eventual desconexão. O TRE do Paraná não será responsável, em nenhum caso, pelos custos de tais procedimentos.

**3.8** - A licitante deverá estar inscrita no sistema eletrônico *Comprasnet*, no site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

**3.8.1** - O credenciamento far-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

**3.8.2** - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

**3.9** - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRE/PR, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

#### 4 - DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

**Atenção:** A licitante deverá **analisar detalhadamente** o edital (e anexos) para formular proposta/lance firme e possível de cumprimento, tendo em vista o Acórdão TCU nº 754/2015 – Plenário, que determinou instauração de processo com vistas à penalização das empresas que pratiquem, injustificadamente, ato ilegal tipificado no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 na licitação quanto no contrato.

**4.1** - A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, **no valor total da contratação**, a partir da divulgação do edital até a data e hora da abertura da Sessão Pública, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**.

**4.1.1** - Até a abertura da sessão pública, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

**4.2** - A licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

**4.3** - Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

**4.4 - O valor total máximo estimado para a presente contratação, conforme Planilha Orçamentária Estimativa (Anexo VI), é de R\$ 116.301,04 (cento e dezesseis mil, trezentos e um reais e quatro centavos).**

**4.4.1 – O valor informado no item anterior será considerado como parâmetro para análise das propostas apresentadas.**

**4.4.2 - O valor global da proposta, bem como de todos os subitens que o compõe, não poderão exceder aos valores constantes na Planilha Orçamentária Estimativa (Anexo VI) fornecida por este Tribunal, sob pena de desclassificação.**

**4.4.3 – Eventuais acréscimos de itens não inclusos na planilha licitada, inseridos em razão de fato superveniente não previsto na ocasião dos estudos técnicos, deverão manter o mesmo desconto advindo da licitação.**

**4.4.4 – Quaisquer discordâncias entre projetos, planilha detalhada de balizamento e/ou encargos, deverão considerar sempre a maior quantidade resultante para efeito de orçamento e composição do preço global, quando se fizer necessário, para garantir a total execução da obra/reforma para benefício da Contratante.**

**4.4.5 - Nos preços unitários propostos estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, deslocamentos, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas Municipais, Estaduais e Federais, englobando tudo o que for necessário para a execução total e completa das obras/reformas, conforme projetos e especificações constantes deste edital, bem como seus lucros, sem que lhe caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.**

**4.4.6 - A licitante deverá apresentar o custo do BDI (Bonificação e despesas Indiretas) na Proposta Detalhada (Anexo VII, aba “BDI”), contendo a composição detalhada dos seus itens em valores ou percentuais, não devendo constar nesta planilha despesas relativas à administração local, manutenção específica do canteiro de obras, custos de mobilização e desmobilização e outras despesas diretas da obra, por já se encontrarem no orçamento detalhado da obra, bem como parcelas relativas aos tributos IRPJ e CSLL, conforme determinado pelo Acórdão TCU-950/2007.**

**4.5 - Os preços propostos deverão ser finais, acrescidos de todas as despesas<sup>1</sup> (fretes, impostos, taxas, etc.) e conter, somente, duas casas decimais, não sendo admitidos valores simbólicos, irrisórios ou iguais a zero, ensejando a desclassificação.**

**4.6 - O CNPJ cadastrado no sistema *Comprasnet*, para fins de participação no certame, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais/faturas para posterior pagamento.**

**4.6.1 - Caso a licitante vencedora não possa emitir as notas fiscais/faturas com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo por outra**

---

<sup>1</sup> Para o caso das cooperativas o valor final deverá contemplar, inclusive, a contribuição Previdenciária (conforme ADI RFB nº 1/2017).



unidade (matriz ou filial) da mesma empresa. Nesse caso, ambos os CNPJs deverão estar com a documentação fiscal regular.

**4.7** - Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas ou Anexos não solicitados, considerando-se que pelo preço proposto a empresa obrigará-se ao fornecimento/prestação dos serviços descritos neste edital.

**4.8** - As propostas terão eficácia de 60 (sessenta) dias, de acordo com o art. 6º da Lei nº 10.520/2002.

**4.9** - Em razão do descritivo do Sistema *Comprasnet* (também reproduzido no documento “Relação de Itens”) não possuir o mesmo nível de detalhamento do objeto do certame, as propostas deverão atender às especificações dispostas no descritivo constante do Termo de Referência (Anexo I) deste Edital.

**4.10** - Será solicitado, nesta fase, o envio eletrônico das declarações de inexistência de fato superveniente referente à habilitação, de que a empresa não emprega menor, de cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, com atendimento às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 e de atendimento aos requisitos legais estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar 123/06 para microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa<sup>2</sup>, se for o caso (conforme item 9.3 “a”).

**4.11** - As declarações citadas no item anterior só serão visualizadas pelo pregoeiro na fase de habilitação.

## **5 - DA ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO PÚBLICA**

**5.1** - O pregoeiro iniciará a Sessão Pública na data e horário previstos neste edital, via sistema eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, no prazo avençado, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações detalhadas no presente edital e seus anexos.

## **6 - DA CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS**

**6.1** - Após a abertura da Sessão, o pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente e registrando no sistema, aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**6.2** - Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

**6.2.1** - Nesta fase o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance de valor considerado inexequível.

## **7 - DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

---

<sup>2</sup> art. 34 da Lei nº 11.488/2007

**7.1** - A partir do início da Sessão Pública, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário do registro e valor.

**7.1.1** - Os lances serão ofertados pelo **valor TOTAL da contratação**.

**7.2** - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

**7.2.1** - A licitante só poderá ofertar lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

**7.3** - Em havendo dois ou mais lances de igual valor, prevalecerá o que for registrado em primeiro lugar.

**7.4** - No transcurso da Sessão Pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor dos 5 (cinco) menores lances registrados.

**7.5** - A etapa de lances será encerrada por decisão do pregoeiro, que comunicará às licitantes, iniciando o tempo de espera determinado. Depois de expirado esse tempo, o sistema ainda abrirá o tempo randômico em que as empresas poderão oferecer lances, cujo encerramento dar-se-á aleatoriamente pelo sistema, em no máximo 30 (trinta) minutos.

**7.6** - No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

**7.6.1** - Quando a desconexão persistir, a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após a comunicação expressa aos participantes.

**7.7** - Não se admitirá proposta que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, ensejando a desclassificação.

**7.8** - Os preços apresentados deverão ser compatíveis com a conjuntura do mercado, sendo que a apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital.

## **8 - DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**8.1** - Caso haja propostas apresentadas por microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas, iguais ou até 5% superiores à proposta detentora do melhor lance e não sendo esta ME, EPP ou cooperativa, será assegurada preferência de contratação, respeitado o que segue:

a) A microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa melhor classificada, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela detentora do melhor lance, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento dos lances, controlados pelo sistema, sob pena de preclusão.

b) Caso o lance ofertado, conforme condições do item 8.1 'a', seja inferior ao menor lance original, o objeto será adjudicado em favor da microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, se habilitada.

c) Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte cooperativa na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME, EPP que se enquadrem na condição prevista, na ordem classificatória,

para a manifestação do mesmo direito.

d) Caso o empate persista até o encerramento do item, o Sistema fará um sorteio eletrônico entre os fornecedores envolvidos, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final de desempate.

e) Na hipótese da não contratação da microempresa, empresa de pequeno porte cooperativa nos termos previstos neste Edital, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que sejam atendidos os demais requisitos.

**8.1.1** - Na hipótese de nenhuma empresa classificada exercer o direito de preferência, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, conforme item 8.2 e seguintes.

**8.2** - A licitante classificada em primeiro lugar deverá encaminhar, em até 02 (duas) horas, a partir da solicitação do pregoeiro, a Proposta Detalhada (Planilha - Anexo VII), devidamente adequada ao lance final, incluindo-a como anexo no sistema *Comprasnet*.

**8.2.1** - O não encaminhamento do documento acima solicitado ou sua não aprovação ensejará à desclassificação, sendo convocada a licitante classificada em 2º lugar para atender ao disposto acima e assim sucessivamente.

**8.2.2** – A licitante deverá encaminhar os documentos constantes no item 8.2 devidamente configurados, e em formato para impressão.

**8.3** - O Pregoeiro efetuará a aceitação, classificando a proposta de **MENOR PREÇO**, podendo encaminhar pelo sistema eletrônico contrapropostas diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço mais vantajoso.

**8.3.1** - Para a aceitação da proposta, a licitante deverá atentar para o fato de que todos os valores deverão **conter, OBRIGATORIAMENTE, apenas duas casas decimais**.

**8.4** - Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do **menor preço** e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

**8.4.1** - Ocorrendo a hipótese anterior, o pregoeiro poderá ainda negociar com a licitante, no sentido de se obter preço melhor.

**8.5** – Serão desclassificadas as propostas de preços que:

a) não atenderem às exigências deste edital;

b) apresentarem, após a fase de lances ou negociação, valores superiores ao estabelecido para a presente contratação ou preço manifestamente inexequível.

**8.5.1** – Considerar-se-ão preços manifestamente inexequíveis, de que trata o item anterior, aqueles que, comprovadamente, levem a valores insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

**8.5.2** – Havendo indícios de inexecutabilidade da proposta de

preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

**8.5.3** – A inexecutabilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha – Proposta Detalhada, não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

## 9 - DA HABILITAÇÃO

**9.1** – Em conjunto com o exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, conforme disposto no item 3.4, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**9.1.1** – SICAF;

**9.1.2** - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis>);

**9.1.3** - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

**9.1.4** - Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<http://portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantes-inidoneos/>);

**9.1.5** - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**9.2** - Para habilitação na presente licitação, o licitante deverá estar cadastrada no SICAF, com a documentação regularizada, comprovando regularidade para com a Fazenda Federal, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Justiça do Trabalho, nos termos do art. 29 da Lei nº 8.666/93, sendo a comprovação desta habilitação obtida *on line* pelo Pregoeiro, que verificará a validade dos documentos.

**9.2.1** - Caso conste no cadastro do SICAF algum documento habilitatório com data de validade expirada, o Pregoeiro poderá consultá-lo nas páginas (sítios) das entidades responsáveis pelo referido tributo.

**9.2.1.1** – Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente por meio do sítio oficial, ou na hipótese de ela se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a anexar, em campo próprio do Sistema *Comprasnet*, no prazo de 02 (duas) horas a contar da solicitação, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação<sup>3</sup>.

**9.2.2** – Para as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade

---

<sup>3</sup> Conforme IN 03/2018 SICAF.

fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. Os documentos originais, comprobatórios da regularização, deverão ser protocolados em até 2 (dois) dias úteis neste Tribunal.

**9.2.2.1** - A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

**9.2.3** - No caso de sociedades cooperativas deverão ser apresentados, ainda:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- f) ata da sessão em que os cooperados autorizam a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- g) relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos para a contratação e execução do contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto no inciso XI do art.4º, inciso I do art. 21 e §§ 2º a 6º do art. 42 da Lei nº 5.764 de 1971;
- h) a declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI) de cada um dos cooperados relacionados;
- i) a comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- j) o registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- k) a comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- l) a comprovação do envio do Balanço Geral e o Relatório do Exercício Social ao órgão de controle, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764 de 1971.

**9.3** - Além do cadastro no SICAF, exigir-se-á das licitantes:

- a) Declaração do cumprimento ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, quanto à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos e declaração de atendimento aos requisitos legais estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar 123/06 para microempresa e empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa<sup>4</sup> (se for o caso) e a declaração de cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, com atendimento às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (tal exigência será feita no momento da elaboração e envio da proposta, por meio eletrônico, conforme item 4.10).

---

<sup>4</sup> Art. 34 da Lei nº 11.488/2007

b) Atestado de capacidade técnica, em nome da licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, baseado em contratação anterior, onde conste execução bem sucedida ou termo semelhante, que comprove:

b.1) A prestação de serviços de construção e/ou reformas em, no mínimo 50% (cinquenta por cento) da área total<sup>5</sup>, ou seja, deverá ser comprovada a prestação dos serviços de construção e/ou reforma em, pelo menos, 346,32 m<sup>2</sup> (trezentos e quarenta e seis metros quadrados e trinta e dois decímetros quadrados), informando, ainda, que os serviços foram prestados em um único local.

b.2) Ao TRE/PR será reservado o direito de efetuar diligências a fim de averiguar a veracidade do(s) atestado(s) apresentado(s).

c) Registro ou inscrição da proponente na entidade profissional competente (CREA/CAU), dentro do prazo de validade, onde constem seus responsáveis técnicos.

d) Indicação de pelo menos 01 (um) engenheiro civil ou arquiteto, o qual será o responsável técnico (RT) e assumirá pessoal e diretamente a supervisão dos serviços contratados, por meio de documento assinado por representante legal da empresa e mediante apresentação de contrato de prestação de serviços, registro em carteira de trabalho ou, ainda, em sendo proprietário, contrato social. (Lei nº 8.666/93, Art. 30, § 1º, inciso I – capacitação técnico-profissional).

d.1) Comprovação quanto ao registro do profissional responsável na entidade profissional competente – CREA/CAU, dentro do prazo de validade.

d.2) Certidão de acervo Técnico – CAT, expedido pelo CREA/CAU, em nome do Responsável Técnico indicado, compatível com os requisitos desta contratação.

e) Balanço patrimonial do último exercício social, comprovando que possui Patrimônio Líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado para a contratação, o que corresponde a **R\$ 11.630,10 (onze mil, seiscentos e trinta reais e dez centavos)**.

**9.3.1** – A licitante, cuja proposta tenha sido aceita, deverá encaminhar, em até 2 (duas) horas, a partir da solicitação do pregoeiro, os documentos exigidos no item 9.2.3 (no caso de cooperativas) e 9.3 “b” a “e”, incluindo-os como anexos no Sistema *Comprasnet*.

**9.3.2** - A licitante deverá protocolar, neste Tribunal, os documentos originais referidos no item anterior, em até 02 (dois) dias úteis a partir da solicitação do pregoeiro, sob pena de inabilitação.

**9.3.2.1** – Excepcionalmente, caso a licitante não consiga protocolar a documentação no prazo previsto no item acima, mas comprove a postagem dentro de referido prazo, será considerada habilitada, devendo ser juntado o original quando do seu recebimento.

**9.3.2.2** - A documentação original ou em cópia autenticada solicitada no item acima deverá ser enviada, com remetente devidamente identificado, contendo as informações abaixo:

a) Parte da frente (destinatário):

---

<sup>5</sup> A área total corresponde a 692,63m<sup>2</sup> (seiscentos e noventa e dois metros quadrados e sessenta e três decímetros quadrados)

AO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ  
A/C PREGOEIRO/EQUIPE DE APOIO  
Referente ao Pregão Eletrônico xx/2019  
Rua João Parolin, 224 Bairro Prado Velho  
CEP 80.220-902 Curitiba-PR

**b) Parte de trás (remetente):**

Razão Social da Empresa  
CNPJ da Empresa  
Endereço completo

**9.4** - Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, o pregoeiro considerará a licitante inabilitada, o qual poderá sofrer as sanções cabíveis.

## **10 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

**10.1** - Até dois dias úteis antes da data fixada para a abertura da Sessão Pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica, pelo e-mail [cpl@tre-pr.jus.br](mailto:cpl@tre-pr.jus.br), sendo necessário que o arquivo seja encaminhado na extensão “.doc”, possibilitando a inserção no sistema *Comprasnet* pelo pregoeiro.

## **11 - DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA**

**11.1** - A despesa com a presente licitação correrá à conta do Programa de Trabalho “Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral”. Categoria Econômica: Custeio.

**11.2** - Após a indicação da empresa vencedora pelo pregoeiro e devidamente autorizada pela Diretoria Geral, a Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, procederá à emissão da NOTA DE EMPENHO, para formalizar o contrato pertinente.

**11.2.1** - A empresa vencedora, logo após a adjudicação, deverá obrigatoriamente, enviar e-mail à [scon@tre-pr.jus.br](mailto:scon@tre-pr.jus.br), informando o número do pregão, o telefone, o e-mail, o nome do Representante Legal e o número do CPF de quem assinará o contrato.

**11.3** - Após o cumprimento, pela empresa vencedora, ao estabelecido no item 11.2.1, o TRE-PR - SCON convocará a empresa vencedora para assinar o Contrato, concedendo-lhe o prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da intimação do ato, sob pena de decair o direito à contratação, independentemente das penalidades cabíveis.

## **12 - DA ATA COMPLEMENTAR**

**12.1** - Na hipótese de a empresa vencedora não aceitar a nota de empenho, não assinar o contrato ou se recusar a cumprir o objeto nos termos definidos no edital, será possível, mediante a geração de Ata Complementar, a aplicação do procedimento previsto no art. 4.º, incisos XVI e XXIII da Lei nº 10.520/02.



**12.2** - A empresa classificada em 1º lugar, inadimplente, não estará isenta das penalidades previstas no edital.

### **13 - DO PAGAMENTO**

**13.1** – O pagamento do objeto da presente licitação será efetuado conforme disposições constantes do contrato (minuta anexa).

### **15 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**15.1** - Durante a fase externa da licitação<sup>6</sup>, as licitantes estarão sujeitas à(s) penalidade(s) prevista(s) no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, que dispõe que: *“quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.”*

**15.2** – As licitantes que praticarem as seguintes condutas, injustificadamente, estarão sujeitas à sanção de impedimento de licitar e contratar com a União, citada no item anterior, pelo prazo a seguir fixado:

- a) Solicitar a desclassificação de sua proposta, após a etapa de lances: 01 (um) mês;
- b) Deixar de entregar documentos exigidos na fase de aceitação da proposta: 02 (dois) meses;
- c) Deixar de entregar documentos durante a fase de habilitação: 03 (três) meses.

**15.2.1** – Poderá ser aplicada a penalidade de advertência às faltas leves, de menor gravidade, que não acarretarem prejuízo de monta ao interesse do serviço.

**15.2.2** – Reputar-se-ão comportamentos inidôneos, para os fins do disposto no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95, 96 e 97 da Lei nº 8.666/93.

**15.3** – Nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02, fica a licitante vencedora sujeita às penalidades previstas na minuta do Contrato (anexa a este edital).

**15.4** – Pela recusa em assinar o instrumento contratual, a licitante vencedora estará sujeita à aplicação de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total homologado.

**15.5** – As multas imputadas à Contratada cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda<sup>7</sup> e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo IGP-M ou outro

<sup>6</sup> Conforme entendimento firmado pelo TCU, no Acórdão nº 754/2015 – Plenário.

<sup>7</sup> Art. 1º, inc. I, da Portaria n.º 75, do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012,

índice que por ventura venha a substituí-lo.

## **16 - DOS RECURSOS**

**16.1** - Das decisões proferidas pelo pregoeiro, caberão recursos nos termos do artigo 26 e parágrafos do Decreto nº 5.450/05.

**16.2** - A empresa licitante poderá apresentar razões do recurso no prazo de 3 (três) dias, no momento da divulgação do vencedor, desde que manifestado imediata e motivadamente a intenção de recorrer, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos, na Sala de Licitações do prédio do TRE/PR.

**16.2.1** - Os procedimentos citados no item anterior serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico.

**16.3** - A falta de manifestação imediata e motivada importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo pregoeiro ao vencedor.

**16.4** - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**16.5** - Os recursos administrativos correspondentes à fase contratual correrão de acordo com os procedimentos especificados no art. 109 da lei nº 8.666/93.

## **17 - DISPOSIÇÕES GERAIS**

**17.1** – Tanto no julgamento quanto na habilitação das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, nos termos do § 3º do art. 26 do Decreto nº 5.450/2005.

**17.2** - Caso não seja possível anexar no sistema os documentos solicitados durante as fases de aceitação e habilitação, estes poderão ser enviados pelo *email* [cpl@tre-pr.jus.br](mailto:cpl@tre-pr.jus.br).

**17.3** – Para efeito de envio de documentos a serem inseridos no sistema *Comprasnet*, considera-se o horário de funcionamento deste Tribunal (12h às 19h).

**17.4** - No caso de processo administrativo e durante o seu transcurso, as notificações às empresas poderão ser efetivadas por e-mail ou aplicativo whatsapp ao endereço eletrônico ou número de telefone informado no SICAF, presumindo-se eficaz a sua realização com o aviso de confirmação de recebimento do documento.

**17.5** – Este Tribunal reserva-se o direito de optar pela adjudicação à empresa colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, se a primeira colocada não apresentar os documentos exigidos ou não atender as qualificações do presente edital, sujeitando-se a empresa recusante às penalidades legais cabíveis.

**17.6** – O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná poderá anular ou

revogar a presente licitação, no todo ou em parte, conforme previsto em lei.

## 18 - INFORMAÇÕES

**18.1** - Será possível a realização do *download* de todos os arquivos pertinentes a este edital pela internet, *home page*: [www.tre-pr.jus.br](http://www.tre-pr.jus.br).

**18.2** - Outras informações e esclarecimentos relativos à licitação e condições poderão ser obtidos na Rua João Parolin nº 224, Sala da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda:

- Pregoeiro/Equipe de Apoio: pelo telefone (41) 3330-8741 / 3330-8730 ou *e-mail* [cpl@tre-pr.jus.br](mailto:cpl@tre-pr.jus.br).
- Seção de Licitações: pelos telefones (41) 3330-8598 / 3330-8450 / 3330-8753 / 3072-4796, ou e-mail [slic@tre-pr.jus.br](mailto:slic@tre-pr.jus.br).

**18.2.1** - O horário para atendimento é de segunda a sexta-feira das 12h às 19h.

Curitiba, 24 de junho de 2019.

**Julian Velloso Pugh**  
Pregoeiro

## ANEXO I

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1 – DO OBJETO

**1.1** – Contratação de empresa especializada realizar serviços de engenharia para readequação em geral e acessibilidade do Fórum Eleitoral de Toledo/Pr., em conformidade com as características e especificações contidas neste Termo de Referência e demais anexos.

### 2 – DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS

**2.1 – Do local da prestação dos serviços:** o serviços serão prestados no Fórum Eleitoral de Toledo, localizado na Rua Miraldo Pedro Zibetti, 185, Toledo/PR, CEP 85903-160, telefone/fax: (45) 3252-5628.

#### **2.2 – Da descrição dos serviços:**

**2.2.1** - O detalhamento e quantitativos dos serviços estão dispostos nos seguintes documentos:

- a) o Relatório Técnico: Anexo II;
- b) o Projeto de Acessibilidade: Anexo III;
- c) o Projeto SPDA: Anexo IV;
- d) o Caderno de Encargos: Anexo V;
- e) a Planilha Orçamentária Estimativa: Anexo VI.

#### **2.4 – Do recebimento dos serviços:**

##### **2.4.1 – Do recebimento provisório:**

**2.4.1.1** - No recebimento provisório, será realizada conferência “*in loco*” dos itens constantes na planilha, pelo fiscal designado e por Engenheiro contratado pelo TRE/PR, o qual irá aferir o emprego correto de todos os materiais e serviços descritos, de acordo com os Anexos deste Projeto. Caso algum item não esteja de acordo, será realizada recusa, devendo a Contratada providenciar a troca, no caso de materiais, ou o refazimento, no caso de serviços, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**2.4.1.2** - Após a conferência, o TRE/PR emitirá o termo de recebimento provisório, conforme Anexo VIII, que deverá ser assinado pelo fiscal, engenheiro contratado pelo Tribunal e pela Contratada.

##### **2.4.2 – Do recebimento definitivo:**

**2.4.2.1** - O recebimento definitivo se dará a partir da conferência do recebimento provisório com as planilhas orçamentárias do contrato e da conferência de toda a documentação exigida, conforme Anexo IX.

**2.4.2.2** - O recebimento definitivo será firmado por Comissão Específica nos termos da Portaria 415/2017, com auxílio dos fiscais técnicos (engenheiros e/ou arquitetos).

### 3 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

### **3.1 – Do prazo de execução, cronograma, vigência e contrato:**

**3.1.2** - O prazo total para execução dos serviços será de 03 (três) meses, contados da autorização da Seção de Obras e Projetos - SOP para início dos serviços, através de e-mail.

**3.1.3** - A Contratada deverá encaminhar em até 5 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do contrato, o cronograma de execução de serviços para aprovação da gestão e fiscalização do contrato.

**3.1.4** - A proponente deverá observar que no cronograma constam três medições e 10% dos valores serão pagos após o recebimento definitivo disciplinado pelo Art. 73 da Lei 8666/93.

**3.1.5** - Há previsão de autorização do início dos serviços a partir do quinto dia útil após a assinatura do contrato.

**3.1.6** - Antes do início dos trabalhos, será realizada uma reunião, no Fórum Eleitoral de Toledo, com a empresa vencedora do certame e a empresa contratada para auxiliar na fiscalização da obra, a fim de esclarecer as rotinas e procedimentos de execução dos serviços.

**3.1.7** - O contrato a ser firmado terá vigência de 05 (cinco) meses a partir da assinatura do instrumento contratual.

### **3.2 – Da garantia:**

**3.2.1** - Os serviços e materiais utilizados para o cumprimento do objeto do presente Projeto Básico terão garantia mínima de 5 (cinco) anos, contados do aceite final do TRE/PR, sem prejuízo da garantia adicional de fábrica ou do(s) fornecedor(es).

**3.2.2** - A perda total ou parcial da garantia proporcionada pelo fabricante ou pelo fornecedor, por ação ou omissão culposa imputável à Contratada, transferirá automaticamente àquela a responsabilidade correspondente, pelo período total ou remanescente, conforme o caso.

**3.2.3** - Nos termos dos arts. 69 e 73, § 2º, da Lei 8.666/93 c/c art. 618, caput, do Código Civil (Lei 10.406/02), a Contratada garante a segurança e solidez da obra, pelo prazo de 5 (cinco) anos a contar do recebimento definitivo.

**3.2.4** - Caso seja constatado qualquer vício, defeito e/ou imperfeição nos serviços executados, e/ou nos materiais empregados, a Contratada deverá providenciar o reparo e/ou substituição no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do comunicado do TRE/PR, ficando por sua conta exclusiva as despesas correspondentes.

**3.2.5** - Os serviços não aceitos deverão ser refeitos, à vista das especificações respectivas, sem que disto resulte atraso na execução, ficando a Contratada obrigada a demolir e refazer os trabalhos, bem como remover os entulhos, sem ônus ao TRE/PR.

### **3.3 – Da sustentabilidade:**

**3.3.1** - Antes do início dos trabalhos, a Seção de Obras e Projetos procederá a conferência dos materiais a serem empregados para verificar se estão de acordo com as cláusulas contratuais.

**3.3.2** - A Contratada deverá executar diariamente, ao final de cada serviço efetuado, a limpeza dos locais utilizados, os quais deverão ser entregues em perfeitas condições de ocupação e uso.

**3.3.3** - É de responsabilidade da Contratada recolher todo o lixo resultante das atividades, não deixando nenhum vestígio, ficando a cargo da empresa a remoção dos entulhos, assim como se responsabilizar pela destinação ecologicamente correta, conforme a legislação de gerenciamento de resíduos vigente (municipal ou estadual).

**3.3.4** - Nas medições que incluam cobrança de descartes ecologicamente corretos a contratada deverá encaminhar junto com a nota fiscal o documento comprobatório da destinação ecologicamente correta dos resíduos – Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR), se houver no local.

**3.3.5** - A Contratada deverá utilizar, na realização dos serviços, materiais com menor potencial ofensivo ao meio ambiente, inclusive com essa previsão já efetuada em sua planilha de custos (características, marcas, detalhamentos).

**3.3.6** - Utilizar, com relação às tintas, a fim de atender a critérios sustentáveis, apenas produtos atóxicos, livres de chumbo e/ou benzeno, sendo ao fiscal do contrato dada a possibilidade de verificação, ANTERIOR à execução dos serviços, da qualidade da tinta utilizada. Ainda, utilizar para pintura interna, apenas produtos inodoros.

#### **3.4 – Da saúde e segurança no trabalho:**

**3.4.1** - A contratada deverá prover os funcionários com Equipamentos de Proteção Individual - EPI's, necessários à execução dos serviços, bem como fiscalizar o seu uso, assumindo a responsabilidade pela execução dos serviços de acordo com as normas de segurança do trabalho, obedecendo ao disposto nas Normas Regulamentadoras NR-6 – Equipamentos de Proteção Individuais – EPI e NR-1 – Disposições Gerais.

**3.4.2** - A contratada deverá apresentar ao fiscal, relação de EPIs a serem utilizados, conforme relacionado no quadro exemplificativo a seguir:

PROTEÇÃO	EQUIPAMENTO	TIPO DE RISCO
CABEÇA	Capacete de segurança	Queda ou projeção de objetos, impactos contra estruturas e outros.
	Capacete especial	Equipamentos ou circuitos elétricos
	Protetor facial	Projeção de fragmentos, respingos de líquidos e radiações nocivas.
	Óculos de segurança contra impacto	Ferimentos nos olhos
	Óculos de segurança contra respingos	Irritação nos olhos e lesões decorrentes da ação de líquidos agressivos
MÃOS E BRAÇOS	Luvras e mangas de proteção (couro, lona plastificada, borracha ou neoprene)	Contato com substâncias corrosivas ou tóxicas, materiais abrasivos ou cortantes, equipamentos energizados, materiais aquecidos ou radiações perigosas.
PÉS E PERNAS	Botas de borracha (PVC)	Locais molhados, lamacentos ou em presença de substâncias tóxicas.

PROTEÇÃO	EQUIPAMENTO	TIPO DE RISCO
	Calçados de couro	Lesão do pé
INTEGRAL	Cinto de segurança	Queda com diferença de nível
AUDITIVA	Protetores auriculares	Nível de ruído superior ao estabelecido na NR-5 – Atividades e Operações Insalubres
RESPIRATÓRIA	Respirador contra poeira	Trabalhos com produção de poeira
	Máscara para jato de areia	Trabalhos de limpeza por abrasão através de jatos de areia
	Respirador e máscara de filtro químico	Poluentes atmosféricos em concentrações prejudiciais à saúde
TRONCO	Avental de raspa	Trabalhos de soldagem e corte a quente e de dobragem e armação de ferros

**3.4.3** - Os trabalhadores que não estiverem portando EPIs deverão ser retirados imediatamente do campo de trabalho, podendo retornar somente após a correta utilização dos mesmos.

### **3.5 – Das demais obrigações da Contratada:**

- a) A empresa contratada para execução dos serviços solicitados deverá:
- b) Programar suas atividades de modo a não causar paralisações nas atividades do Fórum Eleitoral.
- c) Emitir e recolher, em até 5 (cinco) dias úteis a partir da assinatura do contrato, quando do início e da conclusão da obra, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no CREA/PR ou o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) no CAU/PR, conforme legislação vigente, e apresentar ao gestor do contrato.
- d) Ratificar ou retificar as medidas constantes nas planilhas, anteriormente ao início da execução dos serviços.
- e) Utilizar placas de orientação quanto aos serviços que estão sendo executados, evitando assim eventuais acidentes com pessoas que circulam pela edificação, uma vez que as reformas serão executadas em local de trânsito de pessoas.
- f) Obedecer rigorosamente às exigências das normas de segurança do trabalho.
- g) Executar os serviços através de pessoal por ela contratado, dotado de experiência e qualificação profissional compatíveis com o objeto da contratação e sob sua exclusiva responsabilidade.
- h) Manter, durante toda a execução do contrato, as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- i) Responsabilizar-se por todos os encargos sociais e trabalhistas, bem como tributos de quaisquer espécies, incidentes sobre o objeto do contrato.
- j) Elaborar RDO (Relatório Diário de Obras). A Nota Fiscal apresentada para pagamento deverá ser acompanhada do RDO.
- k) Substituir qualquer profissional, quando solicitado pela Fiscalização, desde que verificada sua incompetência na execução das tarefas, bem como se apresentar hábitos de conduta nocivos à boa administração da obra.
- l) A substituição de qualquer funcionário deverá ser processada, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação da Fiscalização.
- m) Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ou materiais ocasionados por seus empregados durante a execução dos serviços.
- n) Fornecer todos os materiais, ferramentas, equipamentos e mão-de-obra necessários à execução dos serviços. Além disso, também será de responsabilidade da contratada o fornecimento dos seguintes itens, se necessário:

n.1) Tapumes, fitas de advertência;



n.2) Guinchos, andaimes, telas de proteção, lonas.

- o) Providenciar equipamentos e ferramentas apropriados ao uso a que se destinam, sendo proibido o emprego de ferramentas e equipamentos defeituosos, danificados ou improvisados.
- p) Empregar materiais novos, os quais deverão satisfazer rigorosamente às condições estipuladas neste Termo de Referência.
- q) Arrumar os materiais necessários à prestação dos serviços de modo a não prejudicar o trânsito de pessoas, a circulação de materiais, o acesso aos equipamentos de combate a incêndio e às portas ou saídas de emergência; e também, de modo a não provocar empuxos ou sobrecargas em paredes ou lajes, além dos previstos em seus dimensionamentos.
- r) Retirar do recinto das obras os materiais porventura impugnados pela Fiscalização, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da solicitação do Fiscal, sendo expressamente proibido manter no recinto das obras quaisquer materiais que não satisfaçam a estas especificações.
- s) Manter e conservar as instalações e equipamentos existentes e reparar as que venham a sofrer danos com a obra.
- t) Informar à administração do Fórum Eleitoral a identificação dos funcionários que executarão os serviços contratados e assegurar que os mesmos façam uso de uniformes e crachá de identificação durante a realização dos serviços.
- u) Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência do Contratante.
- v) Proteger as partes móveis dos equipamentos e evitar que as ferramentas manuais sejam abandonadas sobre passagens, escadas, andaimes e superfícies de trabalho, bem como, não efetuar a ligação de mais de uma ferramenta elétrica na mesma tomada.
- w) Indicar formalmente o preposto que responderá pela empresa pelos assuntos referentes ao contrato e fornecer ao Contratante o endereço eletrônico (e-mail), telefones celular e fixo da empresa, em até 5 (cinco) dias úteis após assinatura do contrato.
- x) O endereço eletrônico será o principal meio de contato para as informações relativas ao contrato, desta forma o preposto deverá acompanhá-lo diariamente.
- y) Absorver, na execução do contrato, egressos do sistema carcerário, e de cumpridores de medidas e penas alternativas em percentual não inferior a 2%, conforme artigo 8º, parágrafo único da resolução CNJ nº 114/2010.

**3.6 - Quadro resumo com prazos, documentos e providências a serem cumpridas:**

PRAZOS	DOCUMENTOS/ PROVIDÊNCIAS
Até 03 (três) meses.	- Conclusão de todos os serviços (3.1.2).
Antes do início dos serviços.	- Ratificar ou retificar as medidas constantes nas planilhas (3.5 alínea “d”).
Até 5 dias úteis da assinatura do contrato.	- Indicar formalmente o preposto, e-mail e outros dados para contato (3.5 alínea “w”).
Até 5 dias úteis do comunicado do Gestor do Contrato para início dos serviços.	- Apresentar ART/RRT (3.5 alínea “c”). - Entregar cronograma físico financeiro (3.1.3)
Até 24 horas do comunicado da Fiscalização.	- Substituição de funcionário (3.5 alínea “l”)
Até 48 horas do comunicado da Fiscalização.	- Retirar do recinto as obras ou materiais porventura impugnados pela Fiscalização

PRAZOS	DOCUMENTOS/ PROVIDÊNCIAS
	(3.5 alínea “r”)
Até 5 dias úteis da recusa do recebimento dos materiais e/ou serviços.	- Substituição de materiais e refazimento de serviços (2.4.1.1)
5 anos	- Garantia de materiais e serviços (3.2.1)
Até 5 dias úteis do comunicado do TRE	- Reparo e/ou substituição de serviços, caso seja constatado qualquer vício/ defeito/ imperfeição (3.2.4)

## 4 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

### 4.1 – Da vistoria:

**4.1.1** - As proponentes poderão realizar vistoria prévia, arcando com o ônus de tal operação ou assumindo o risco de uma avaliação menos acurada, caso decida não realizá-la.

**4.1.2** - A proponente que decidir não realizar a vistoria e, eventualmente, subestimar sua proposta, estará incorrendo em risco típico do seu negócio, não podendo, futuramente, opô-lo contra a Administração para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou para rever as condições deste Termo de Referência.

**4.1.3** - A vistoria prévia deverá ser agendada em dia útil, no horário das 12:00 às 19:00 com os servidores do Fórum Eleitoral de Toledo/Pr., pelo telefone (45) 3252-5628.

**4.2** - As licitantes deverão cotar os itens seguindo rigorosamente as especificações solicitadas, abstendo-se de cotar aqueles que não puderem atender às condições do edital.

**4.3** - O esclarecimento de eventuais dúvidas, no horário das 12:00 às 19:00 com a Seção de Obras e Projetos deste Tribunal, telefones (41) 3330-8801.



# TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

## FÓRUM ELEITORAL DE TOLEDO

### Relatório de vistoria técnica da edificação

#### ASSUNTO

Vistoria técnica do Fórum Eleitoral de Toledo para regularização quanto à acessibilidade e reforma

#### EMPRESA RESPONSÁVEL

CONSTRUTORA DREON

#### REVISÕES

Nº	DESCRIÇÃO	PROFISSIONAL	RESPONSÁVEL	CREA-PR	DATA
0	PARECER TÉCNICO	LEANDRO	LEANDRO	135.297/D	17/09/2018
1	PARECER TÉCNICO	HENRY	HENRY	119.503/D	22/04/2019

#### OBJETIVO

Apresentar de forma clara e objetiva a situação em que se encontra o edifício e os problemas encontrados.

#### DATA VISITA

16/04/2019

#### ENGENHEIRO CIVIL SOP

Henry Vaz Dreon

#### REPRESENTANTE SOP

#### FÓRUM ELEITORAL

#### RESPONSÁVEL TÉCNICO

#### CONTRATANTE

Henry Vaz Dreon  
CREA-PR 119.503/D

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ  
CNPJ: 035.985.113/0001-81



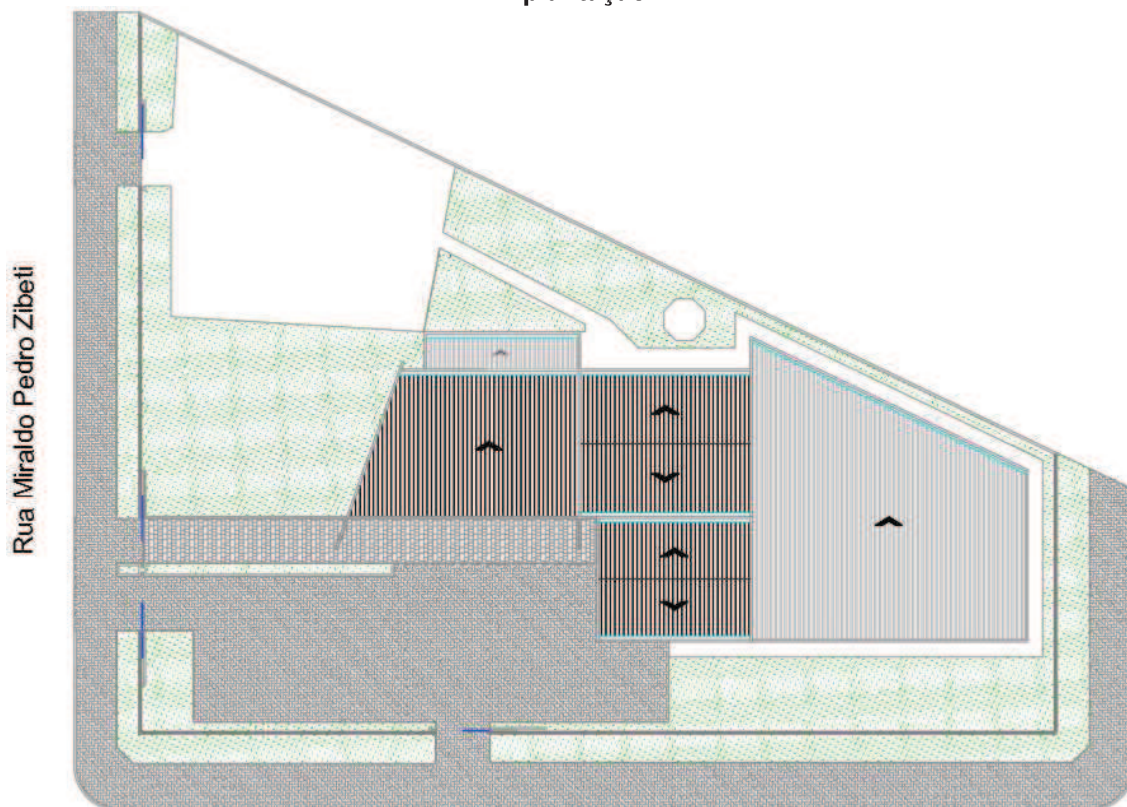
# TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

## 1 SITUAÇÃO

O Fórum Eleitoral de Toledo foi notificado para regularização da acessibilidade pelo Ministério Público.

A planta situação do Fórum Eleitoral está apresentada na imagem abaixo.

**Implantação**



Rua Guanabara  
Autor: TRE-PR



# TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

A foto com a imagem frontal do Fórum Eleitoral está apresentada a seguir:

**Vista frontal do Fórum Eleitoral**



**Autor: TRE-PR**

## 2 OBJETO DO TRABALHO

Apresentar de forma clara e objetiva a situação em que se encontra o edifício e os problemas encontrados; realização de análise para adaptação do imóvel à NBR 9050.

Além das adaptações necessárias para atender à acessibilidade, deve ser realizada uma reforma principalmente na cobertura e nas janelas do edifício que estão com infiltrações.

## 3 METODOLOGIA

As adaptações e reparos têm o objetivo do cumprimento das normas vigentes:

- NBR 6118 – Projeto de estruturas de concreto – procedimento;
- NBR 7196 – Telhas de fibrocimento – Execução de coberturas e fechamento laterais – procedimento;
- NBR 8039 – Projeto e execução de telhados com telhas cerâmicas tipo francesa – Procedimento;
- NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos;



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

- NBR 13713 – Instalações hidráulicas prediais – Aparelhos automáticos acionados mecanicamente e com ciclo de fechado automático – Requisitos e métodos de ensaio;
- NBR 15097 – 2 Aparelhos sanitários de material cerâmico Parte 2 Procedimento para instalação;
- NBR 16537 – Acessibilidade – Sinalização tátil no piso – diretrizes para elaboração de projetos e instalação;
- Resolução 236/07 – COTRAN.
- Resolução 303/08 – COTRAN.
- NPT 11 – Saídas de emergências;
- NPT 20 – Sinalização de emergência;
- NPT 21 – Sistema de proteção por extintores de incêndio.

### 4 RELAÇÃO DOS ASSUNTOS ABORDADOS

- Acessibilidade;
- Reforma.

### 5 ACESSIBILIDADE

O edifício encontra-se fora dos critérios normativos de acessibilidade e necessita passar por readequações, sendo crucial as intervenções para que as pessoas com deficiência tenham acesso ao Fórum.

#### 5.1 Acessibilidade pública externa à edificação - passeio

##### 5.1.1 Rebaixamento de calçada





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

Como pode ser verificado na implantação, e na imagem a seguir, não existe o rebaixo na calçada, conforme previsto NBR 9050/2015. É necessária a readequação da entrada do edifício para atender a nova norma.

**Entrada de pedestres sem a rampa de acessibilidade**



**Autor: TRE-PR**

### 5.1.2 Piso tátil externo a edificação

Como pode ser verificado nas imagens abaixo não existe o piso tátil no calçamento da edificação. Além disso, o piso existente é paver (trepidante) não sendo permitido pela NBR 9050/2015 e NBR 16537. Porém, conforme combinado com a diretoria não será executado todo o calçamento do perímetro, devido ao custo da obra, sendo realizado apenas na área frontal do fórum eleitoral.





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

Calçada



Autor: TRE-PR

### 5.1.3 Estacionamento / Vagas Reservadas

A vaga atual reservada para pessoa com deficiência, encontra-se fora dos padrões normativos, como pode ser observado na imagem abaixo:





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

**Vaga de estacionamento para pessoa com deficiência**



**Autor: TRE-PR**

As vagas reservadas para veículo no estacionamento devem ser sinalizadas e demarcadas com o símbolo internacional de acesso ou a descrição de idoso, aplicado na vertical e horizontal.

As vagas reservadas para idosos ou para pessoas com deficiência em vias e logradouros públicos devem ser sinalizadas, conforme normas específicas. Nas vagas reservadas para pessoas com deficiência que não estejam localizadas em vias e logradouros públicos, a sinalização vertical deve ser conforme caderno de encargos.

Como pode ser observado abaixo não existem vagas para idosos.

**Ausência de vagas para idosos**



**Autor: TRE-PR**



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

Considerando a Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, que em seu art. 41 estabelece a obrigatoriedade de se destinar 5% (cinco por cento) das vagas em estacionamento regulamentado de uso público para serem utilizadas exclusivamente por idosos.

A demarcação da vaga deve seguir os detalhes apresentados no caderno de encargos

### 5.1.4 Símbolos

Não existem símbolos de acessibilidade na porta de entrada da C.A.E. como prevê a norma. Existe a necessidade de instalação dos símbolos dos quais a edificação pode atender (cadeirantes, cães guia, portadores de deficiência visual e auditiva).

**Porta da C.A.E. sem símbolos de acessibilidade**



**Autor: TRE**





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

### 5.2 *Acessibilidade pública interna à edificação*

O edifício encontra-se fora dos critérios normativos de acessibilidade e necessita passar por readequações. Sendo crucial as intervenções para que as pessoas com deficiência tenham acesso ao interior do Fórum.

#### 5.2.1 Piso tátil interno a edificação

As regiões internas que necessitam de ter acessibilidade é a Central de Atendimento ao Eleitor e o corredor de acesso aos Cartórios.

A Central de Atendimento ao Eleitor e o corredor dos Cartórios estão sem acessibilidade do tipo piso tátil.

**Central de Atendimento ao Eleitor sem acessibilidade**



**Autor: TRE**



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

**Corredor de acesso aos Cartórios**



**Autor: TRE**

Além das especificações já apresentadas no item acessibilidade pública externa à edificação – passeio, devem ter atenção as seguintes exigências:

Aos elementos suspensos, deve haver sinalização tátil de alerta no entorno da projeção de elementos com altura livre entre 0,60 m e 2,10 m, distando 0,60 m do limite da projeção. A largura da sinalização tátil de alerta deve variar entre 0,25 m e 0,60 m, conforme especificado no caderno de encargos.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

### 5.2.2 Largura do corredor dos Cartórios

Como pode ser verificada na imagem já apresentada, o corredor dos cartórios tem diferentes larguras, que variam de 117cm na frente do salão de testes das urnas, 109cm em frente ao refeitório, 100cm em frente aos três cartórios.

O comprimento do corredor é de 30m.

Sendo assim a largura mínima de acordo com a NBR 9050/2015 para esta situação é de 1,50m.

**Porém, já discutido com a diretoria do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná é inviável demolir as alvenarias para alargar o corredor. Além do deslocamento da parede, uma nova estrutura em concreto armado deve ser feita para travamento de alvenaria, além do que os pilares que estão locados no corredor (109cm de largura) não tem como os demolir por questões óbvias estruturais, não sendo possível se adaptar a norma. Será indicado para os chefes de cartório o atendimento apenas na CAE.**

### 5.2.3 Módulo de referência

Na C.A.E. não existe módulo de referência.

Para deficientes físicos, deve ser garantido um módulo de referência ao lado dos assentos fixos, sem interferir com a faixa livre de circulação, conforme a NBR.



### 5.2.4 Guichês

Os guichês estão fora da norma com altura de 105cm, não próprio para cadeirante. Porém como não será possível adaptar o corredor a norma, os guichês não serão adaptados.

Guichês



Autor: TRE-PR

### 5.2.5 Tapete

O tapete instalado na CAE está em desacordo com a NBR, devendo ser retirado.





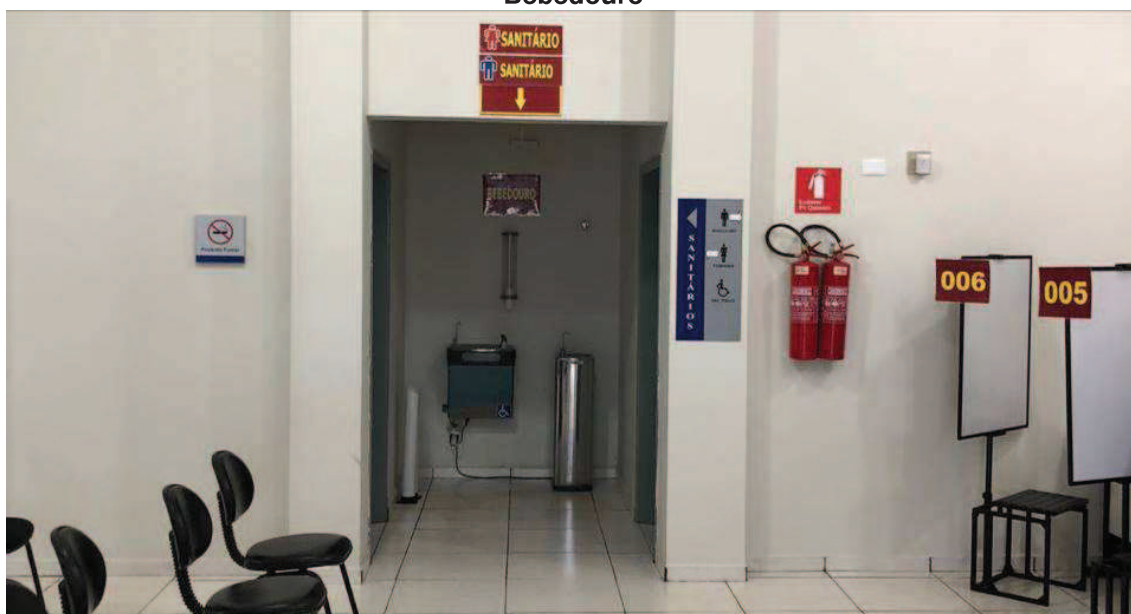
## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

### 5.2.6 Bebedouro

Deve-se instalar bebedouros com no mínimo duas alturas diferentes de bica, sendo uma de 0,90 m e outra entre 1,00 m e 1,10 m em relação ao piso acabado.

O modelo de bebedouro já encontra-se instalado no Fórum, porém com as medidas divergentes à norma.

**Bebedouro**



**Autor: TRE-PR**

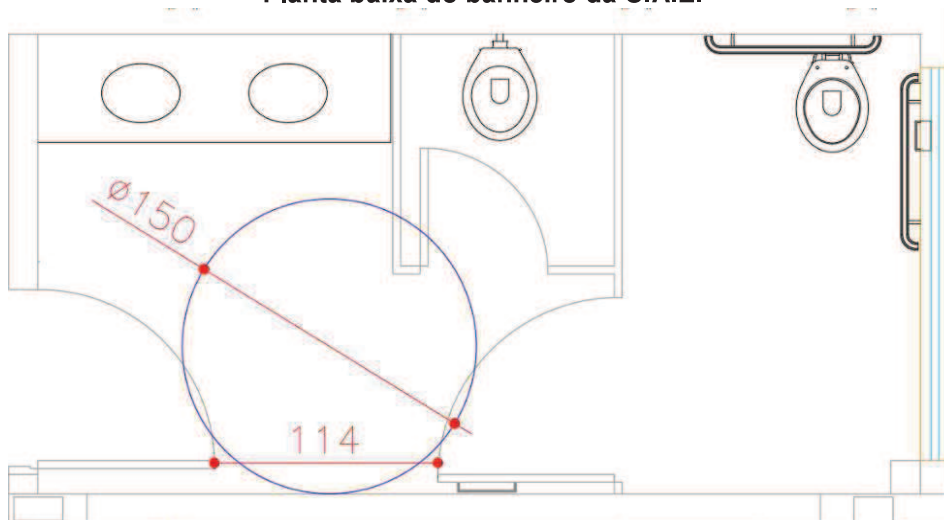
### 5.2.7 Banheiros

A planta baixa do banheiro, pode ser observada na imagem a seguir. Nota-se que o espaço entre as aberturas das portas é de 114cm.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

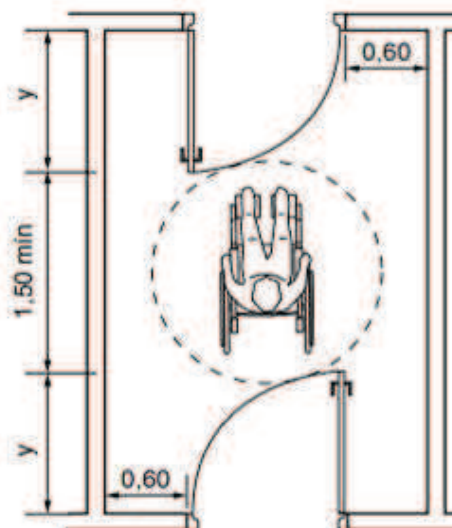
Planta baixa do banheiro da C.A.E.



Autor: TRE-PR

Para a utilização das portas em sequência, é necessário um espaço de transposição com um círculo de 1,50 m de diâmetro, somado às dimensões da largura das portas, exemplificado na imagem abaixo, além dos 0,60 m ao lado da maçaneta de cada porta, para permitir a aproximação de uma pessoa em cadeira de rodas.

Espaço para transposição de portas



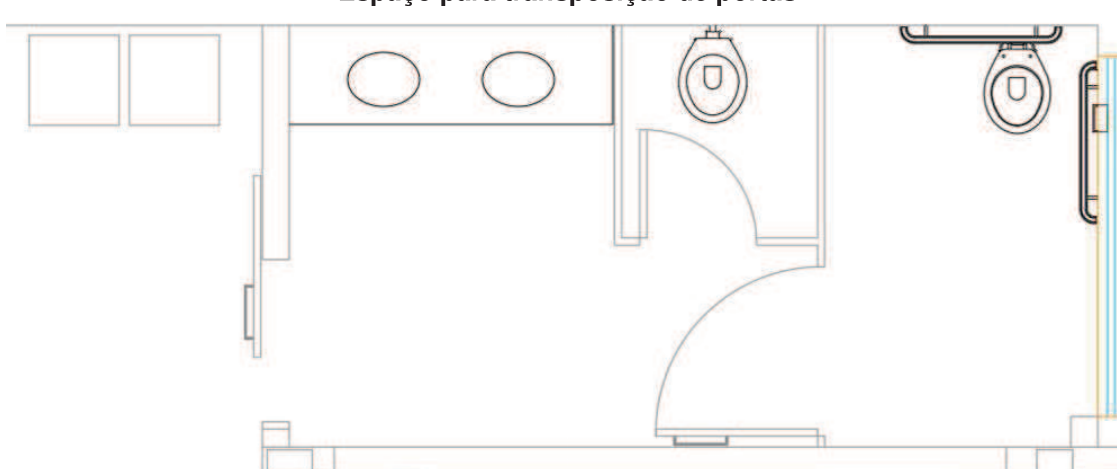
Autor: NBR 9050 / 2015

Como não existe espaço físico para a alteração do sentido das portas, será necessária a realização de alteração de modelo de porta, devem ser instaladas nas entradas dos banheiros portas de correr, conforme apresentado a seguir:



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

**Espaço para transposição de portas**



**Autor: TRE-PR**

### 5.2.7.1 Lavatórios

Os lavatórios instalados no Fórum estão apresentados a seguir:

**Lavatórios executados no Fórum Eleitoral de Toledo**



**Autor: TRE-PR**



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

Nota-se que os lavatórios não possuem barras, como especificado acima e as cubas são de embutir, não de semi encaixe com a altura apropriada, devem ser realizadas as readequações necessárias.

### 5.2.7.2 Mictórios

Nenhum mictório em nenhum dos banheiros do Fórum possui acessibilidade. O mictório que foi instalado no corredor do banheiro deve ser removido a as tubulações isoladas.

**Mictórios executados no Fórum Eleitoral de Toledo**



**Autor: TRE-PR**

### 5.2.7.3 Alarme de emergência

Deve ser instalado dispositivo de alarme de emergência próximo a bacia sanitária, para acionamento por uma pessoa sentada ou em caso de queda. A altura de instalação deve ser de 40cm do piso.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

### 5.2.8 Sinalização de segurança contra incêndio e pânico

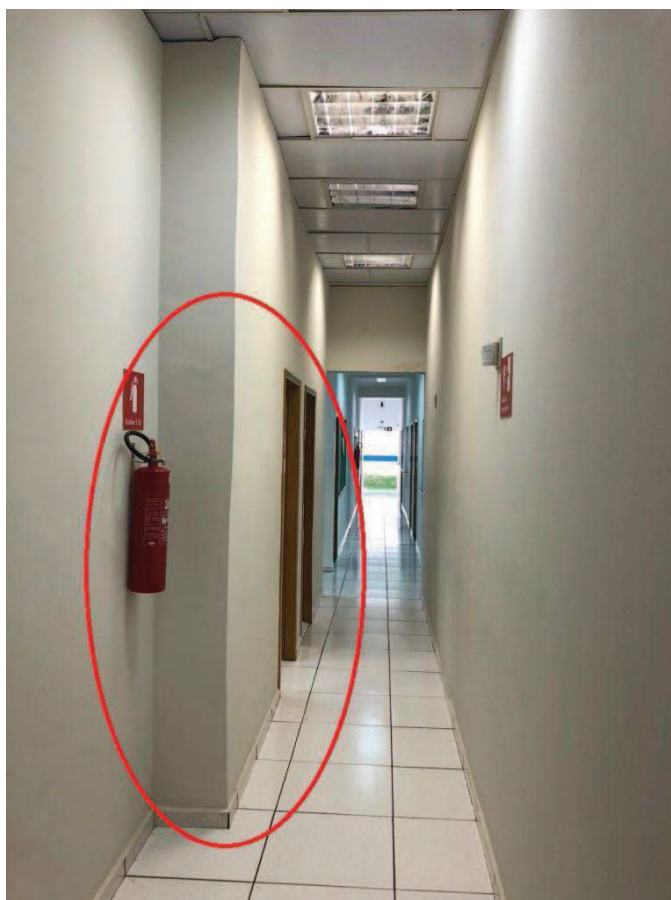
#### 5.2.8.1 Sinalização básica

As placas contra incêndio e pânico estão em desacordo com a norma, sendo necessária uma readequação.

#### 5.2.8.2 Extintores de incêndio

Os extintores portáteis devem ser distribuídos de tal forma que o operador não percorra distância maior do que a estabelecida no quadro a baixo retirado da NPT 021-14. Este projeto classifica-se como padrão de Risco Moderado.

**Extintor instalado em desacordo com a norma**



**Autor: TRE-PR**





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

### 5.2.8.3 Iluminação de emergência

Há algumas luminárias de emergências não funcionando ou caindo dos suportes.

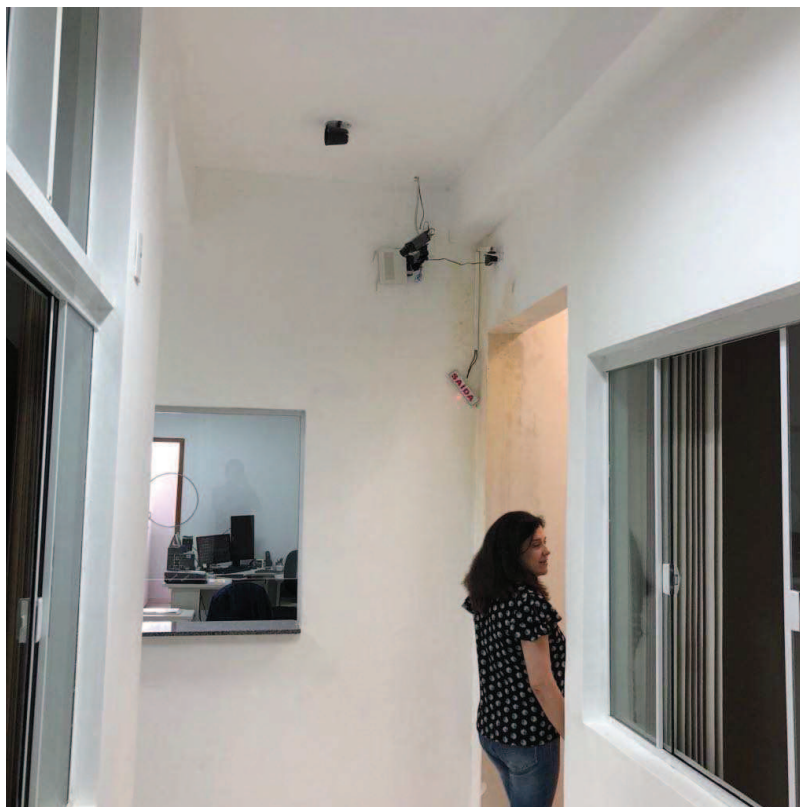
**Luminária de emergência do depósito de urnas**



Autor: TRE-PR



## Luminária de emergência do corredor dos cartórios



Autor: TRE-PR

### 5.2.8.4 Porta de saída de emergência

A porta de entrada da Central de Atendimento ao Eleitor (C.A.E.) é adotada como saída de emergência para os respectivos ambientes com comunicação direta ao exterior e é designada como porta de vidro de correr. Segundo os itens 5.5.4.1.1 e 5.5.4.6.2 da NPT11/2016, as portas de saída de emergência devem permanecer permanentemente abertas durante o horário de funcionamento.

### 5.2.8.5 Alarme de incêndio

Deve ser adotado sinalização visual e sonora em pontos chave das rotas de fuga, portanto deve ser acrescentado ao bloco de iluminação autônomo sobre a saída



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

de emergência um acionador de alarme manual, semelhante aos dispositivos especificados para as áreas dos banheiros.

Deve ser instalado o dispositivo de bateria, evitando a necessidade de criação de infraestrutura elétrica. Junto a botoeira deve ser instalado adesivo e placa em braile com inscrições alusivas “em caso de emergência pressionar o botão”.

Na imagem abaixo está apresentado um modelo de acionador e sinalizador para evacuação do edifício em caso de incêndio ou calamidades.

### Alarme de incêndio para evacuação



Autor: Engelfire

Os sistemas de sinalização orientação e evacuação do edifício precisam ser implementados conforme relatado acima, as luminárias sobre as portas com descrição de saída, precisam ser removidas.

## 6 REFORMA

### 6.1 Cobertura com infiltração

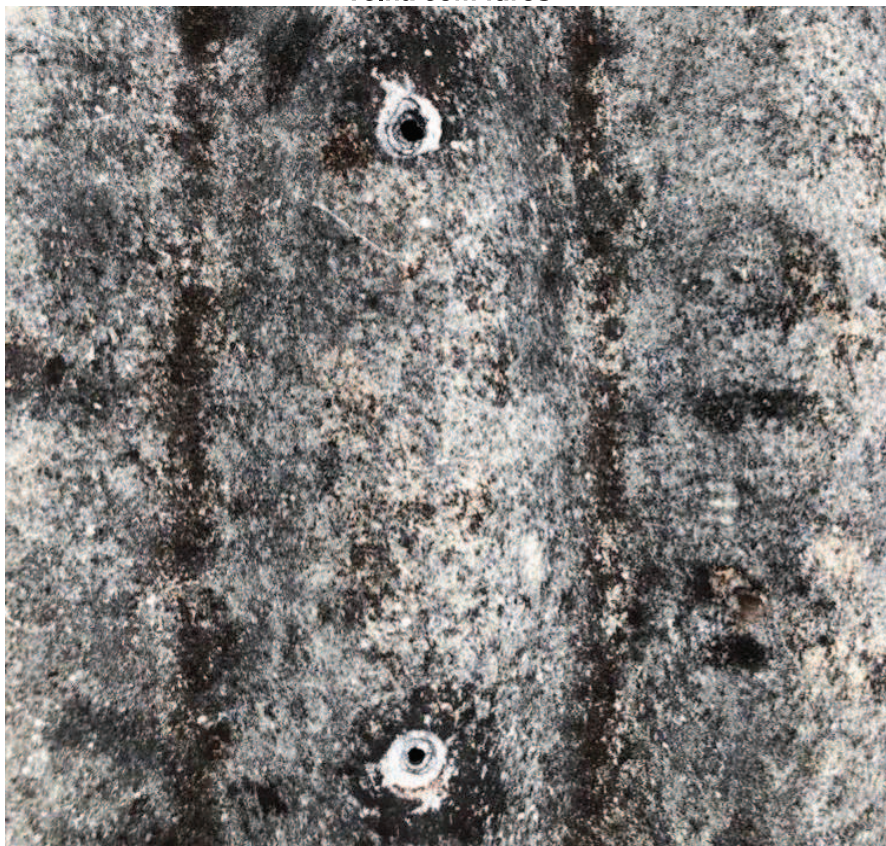
Algumas telhas de fibrocimento possuem furos ou estão quebradas. A substituição delas deve ser realizada conforme a NBR 7196 e especificações dos fabricantes





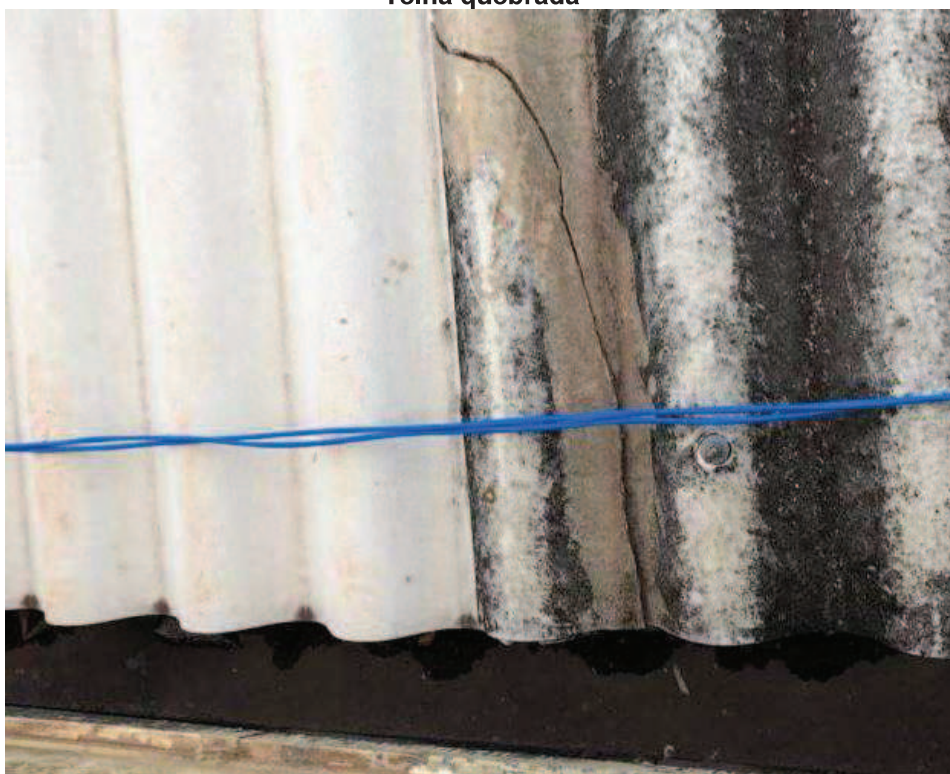
## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

Telha com furos



Autor: TRE-PR

Telha quebrada



Autor: TRE-PR





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

Já ocorreram tentativas de resolver alguns problemas das telhas através de soluções paliativas, como a aplicação de manta asfáltica aluminizada.

**Manta asfáltica sobre a telha**



**Autor: TRE-PR**

Uma revisão na cobertura, considerando a substituição dos parafusos se faz necessária pois alguns deles encontram-se frouxos.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

### 6.1.1 Platibandas e rufos

As platibandas estão cobertas por chapas que são prolongamento de rufos até encontrar com as calhas, fazendo o papel de rufo de encosto. Esta solução realizada pela empresa foi adotada para garantir a impermeabilização das platibandas, esta solução é de alto custo e tem-se demonstrado ineficiente.

Verificou-se no local que alguns fixadores estão se soltando da platibanda. Na passagem de ventos (mesmo ventos fracos) as chapas se deslocam causando muito ruído no interior do Fórum. Além deste problema acústico, o fato das chapas ficarem se movimentando implica em danos nas platibandas, rufos e nas emendas das chapas (impermeabilização).

**Chapas sobre as platibandas**



**Autor: TRE-PR**

Outro problema encontrado nas platibandas é a ausência de um revestimento de acabamento. A execução de um revestimento não tem só função estética, mas também da proteção da parede contra intempéries, evitando a ocorrência de infiltrações no interior da edificação.





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

**Platibanda sem revestimento**



**Autor: TRE-PR**

Os rufos de encosto foram fixados muito acima das telhas, deixando um espaço entre as telhas e as chapas, permitindo assim a entrada de água nos dias de chuva com ventos.

**Rufo de encosto levantado**



**Autor: TRE-PR**



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

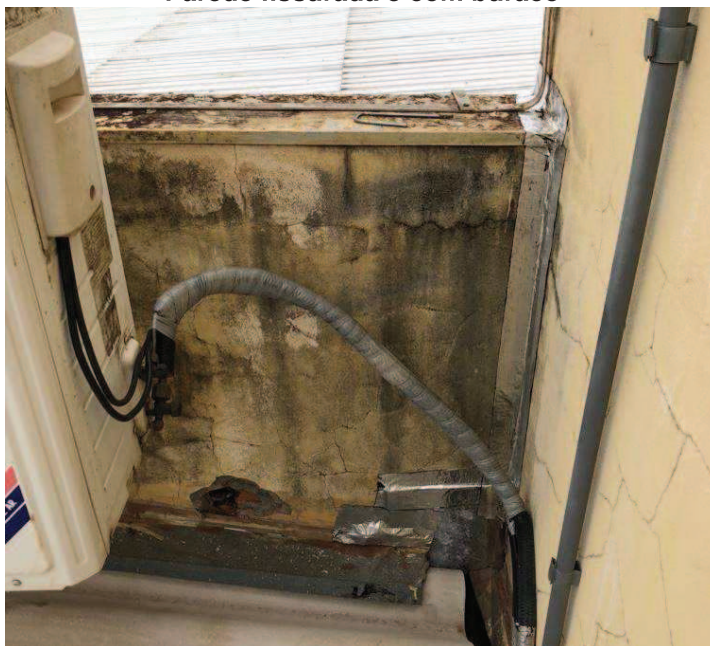
As platibandas na cobertura encontram-se fissuradas, além do aspecto de abandono, a situação é propícia a entrada de água (infiltrações no interior da edificação) que comprometem os acabamentos internos e até mesmo a estrutura.

**Parede com fissuras**



**Autor: TRE-PR**

**Parede fissurada e com buraco**



**Autor: TRE-PR**



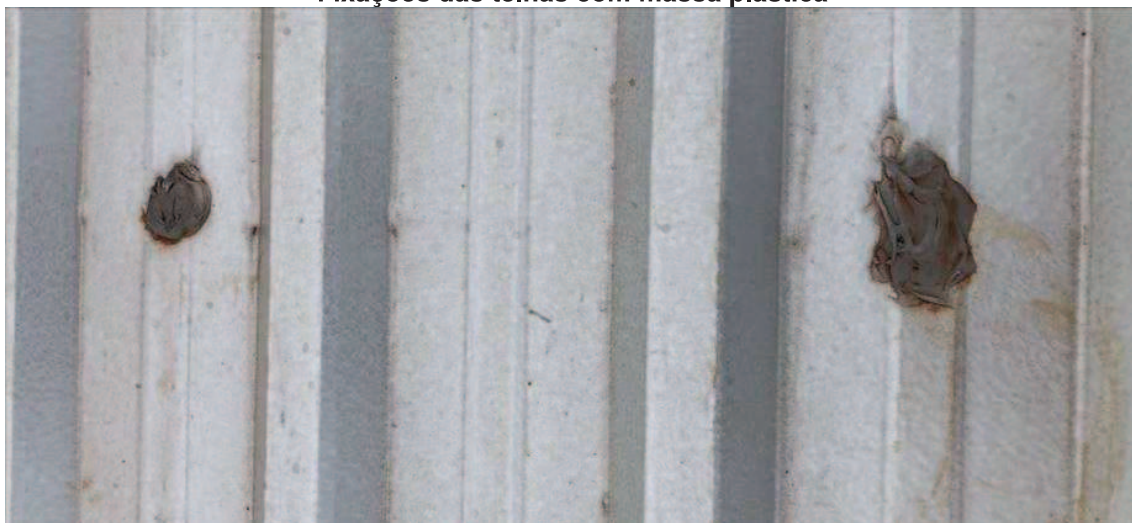


## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

### 6.1.1 Fixação das telhas

As fixações das telhas precisam passar por uma revisão, pois muitas possuem massa plástica, situação paliativa aplicada para conter o problema de infiltração.

**Fixações das telhas com massa plástica**



**Autor: TRE-PR**

Existe a necessidade de remover a massa plástica aplicada e reinstalar os fixadores, utilizando borrachas e arruelas de metal para garantir a impermeabilização do furo.

### 6.1.2 Telhas danificadas

Além da massa plástica, muitas telhas encontram-se danificadas. Desta forma, é necessário que sejam substituídas as peças para que não haja comprometimento da cobertura, pela não eficácia no escoamento da água.

Além de amassadas, algumas telhas também estão levantadas, impactando diretamente na presença de infiltrações na edificação, devido às chuvas com ventos.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

Telhas amassadas e levantadas



Autor: TRE-PR

### 6.2 Janelas com infiltrações

As janelas estão com infiltrações, decorrentes de ausência de vedação, pois o modelo de esquadria adotado não é estanque. Além disso, as infiltrações podem ser notadas nas ondulações dos peitoris que necessitam de regularização. Todas as janelas da ampliação do fórum estão com infiltrações, inclusive não há possibilidade de limpar o peitoril pois acaba tirando a massa corrida de acabamento.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

**Janelas com infiltrações**



**Autor: TRE-PR**  
**Janelas com infiltrações**



**Autor: TRE-PR**





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

### 6.3 Paredes com infiltrações

As paredes do Fórum Eleitoral se encontram em uma situação precária. O fato ocorre em vários cômodos, porém, com intensidade diversa. Além da situação causar desconforto visual, a umidade é propícia a proliferações de fungos e bactérias nocivos aos usuários da edificação. A situação é pior na divisa entre a parte antiga do Fórum e a parte ampliada, onde vários cômodos apresentam este tipo de patologia.

**Manchas na parede**



**Autor: TRE-PR**

Em relação aos equipamentos de ar condicionado, o isolamento térmico das tubulações frigoríferas deverá ser realizado para que não cause mais infiltrações. Além das tubulações frigoríficas, o dreno do ar condicionado deve ser reparado.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

Parede com infiltração



Autor: TRE-PR



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

Parede umedecida devido ao Ar Condicionado



Autor: TRE-PR

É recomendado que seja realizada uma revisão em todos os equipamentos e infraestruturas de ar condicionado do prédio, pois existem muitos problemas nos drenos de ar condicionado e condensação nas tubulações frigorígena pelo comprometimento do revestimento.

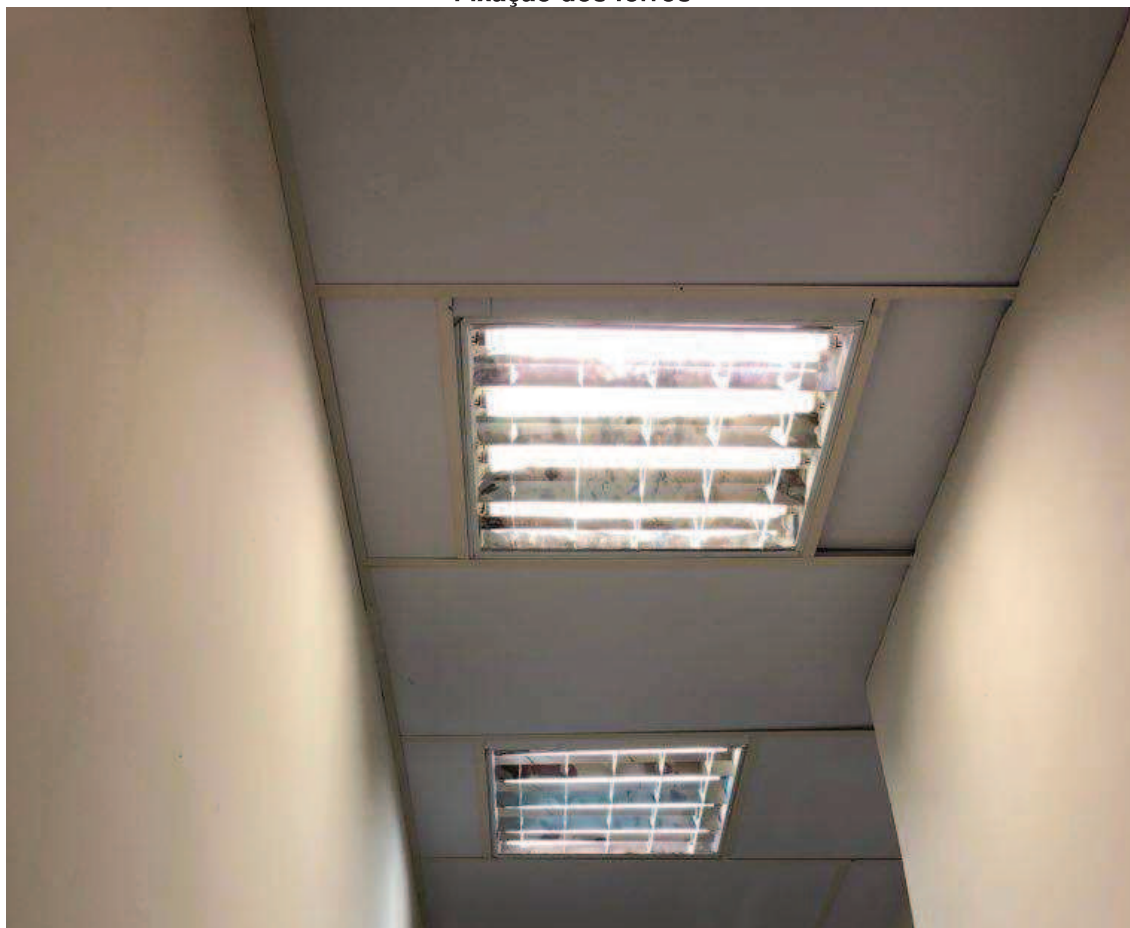


## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

### 6.4 Forro

A parte reformada do Fórum Eleitoral que possui forro modular de PVC teve seu layout alterado. No entanto, não foi realizada a readequação do forro, dando um aspecto de má execução como pode ser observado a seguir. Além disso, a situação atual não permite o bom isolamento termo acústico entre os ambientes, comprometendo a eficiência dos equipamentos de ar condicionado e a qualidade dos trabalhadores.

**Fixação dos forros**



**Autor: TRE-PR**



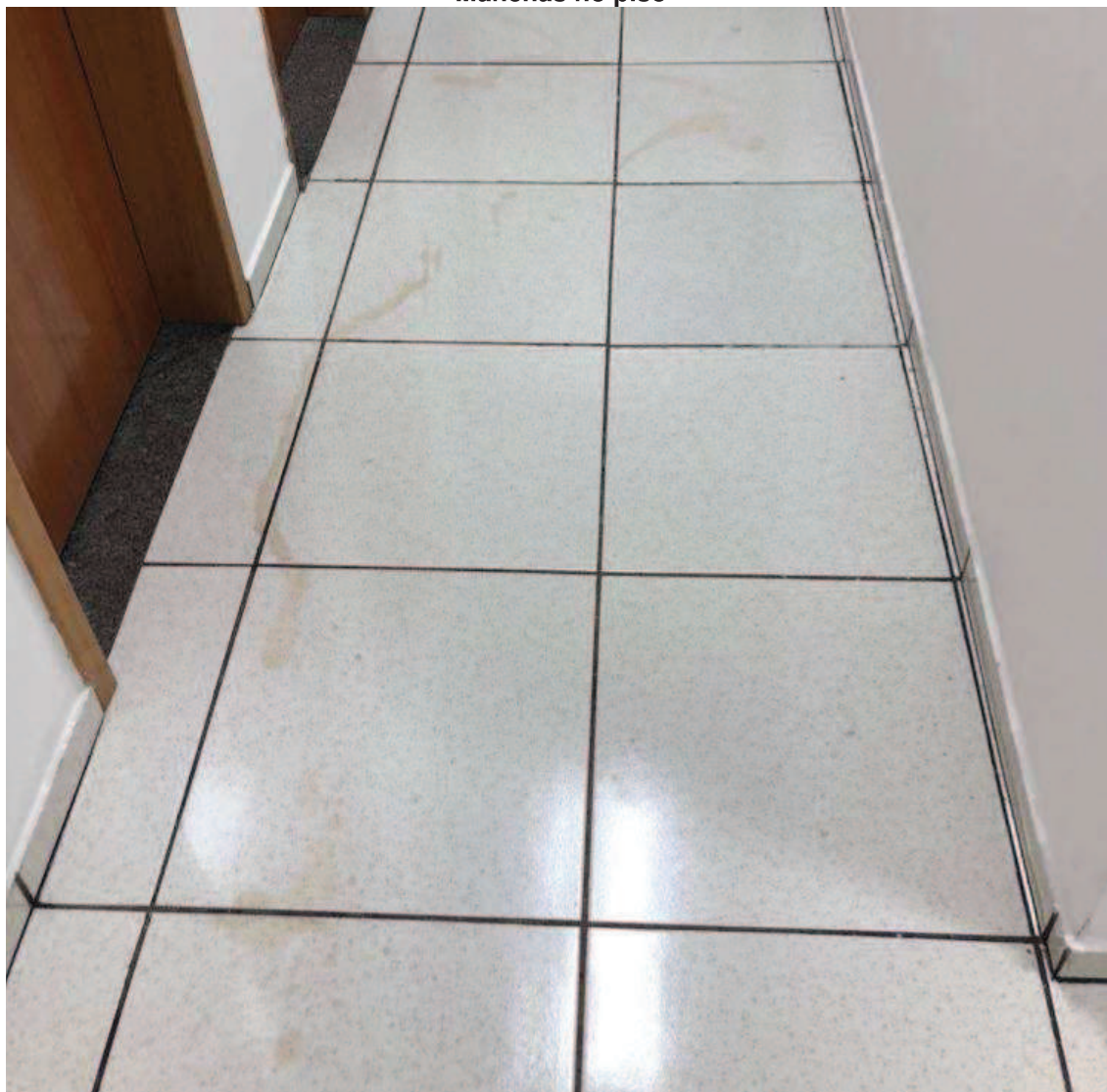


## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

### 6.5 Piso

O piso cerâmico, do corredor que liga as salas dos cartórios e na CAE, está manchado, necessitando de substituição devido ao falso aspecto de sujeira (aproximadamente 35 peças cerâmicas de 53,5x53,5cm).

**Manchas no piso**



**Autor: TRE-PR**



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

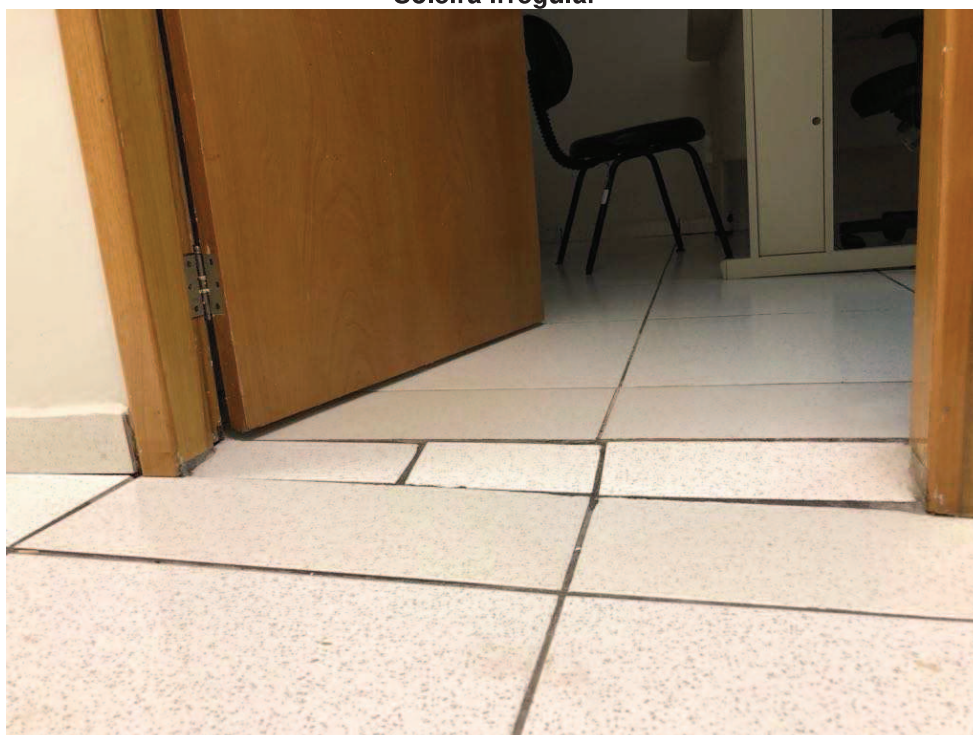
**Manchas no piso da CAE**



**Autor: TRE-PR**

Neste corredor dos cartórios, há também uma situação perigosa na soleira da porta da sala do Juiz.

**Soleira irregular**



**Autor: TRE-PR**



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

A NBR 9050 define em seu item 6.3.2 que a superfície deve ser:

*“Regular, firme, estável e não trepidante para dispositivos com roda e antiderrapante”.*

*6.3.4.4 “As soleiras das portas ou vãos de passagem que apresentem desníveis de até no máximo um degrau deve ter parte de sua extensão substituída por rampa com largura mínima de 0,90 m e com inclinação em função de desnível apresentado e atendendo aos parâmetros estabelecidos nas Tabelas 6 ou 7. Parte do desnível deve ser vencido com rampa, e o restante da extensão pode permanecer como degrau, desde que associado, no mínimo em um dos lados, a uma barra de apoio horizontal ou vertical, com comprimento mínimo de 0,30 m e com seu eixo posicionado a 0,75 m de altura do piso, sem avançar sobre a área de circulação pública”*

O estudo e implementação de um patamar na rampa em frente a porta deve ser executado, respeitando a inclinação máxima de 8%.

### 6.6 SPDA ineficiente

O SPDA necessita passar por uma revisão, pois foi encontrado na cobertura do Fórum um captor do tipo Franklin que está instalado em posição ineficaz e na parte ampliada não há presença de barra-chata de para-raios ou cobre nu, não estando interligado com as descidas.





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

**Captor tipo Franklin**



**Autor: TRE-PR**

Na imagem abaixo está apresentado o Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas do Fórum Eleitoral. O mesmo necessita passar por uma revisão, pois as barras condutoras estão soltas e danificadas no telhado. O servidor Luiz Bancho que acompanhou a obra relatou em reunião que já existe em todo o perímetro do fórum uma malha de 50mm<sup>2</sup>, apesar de não existirem as caixas de passagem. Sendo assim será realizado o SPDA apenas na cobertura.

**Barras danificadas**



**Autor: TRE-PR**



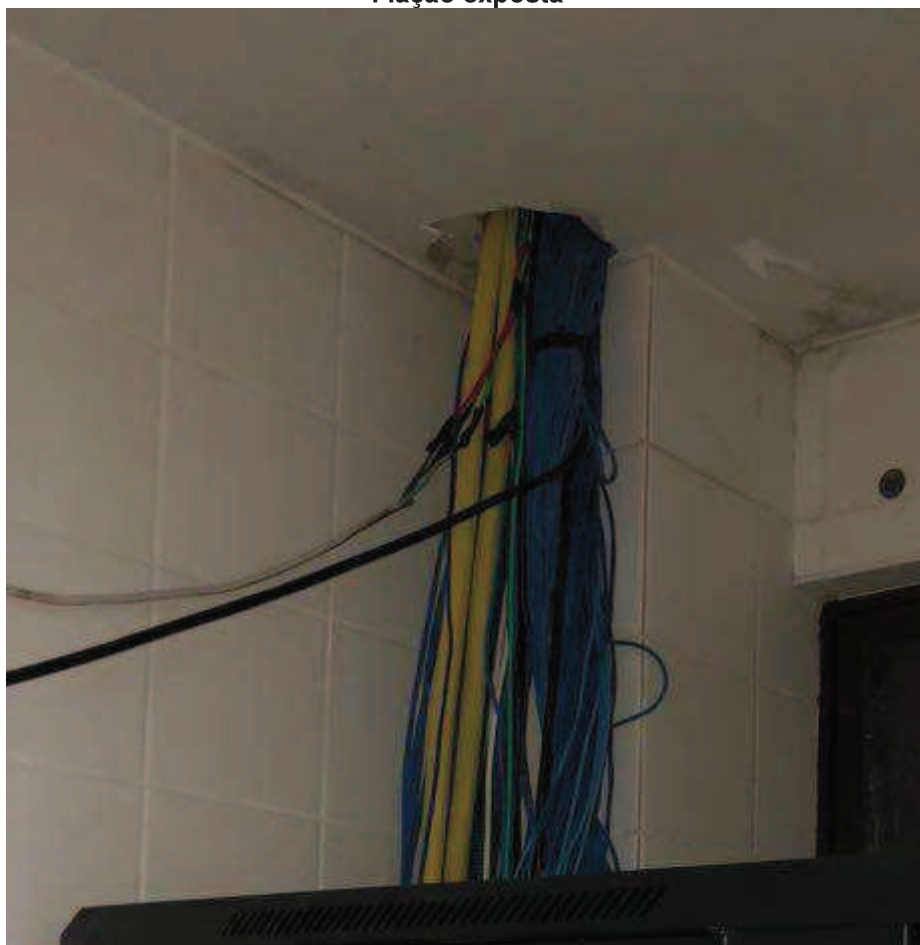


## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

### 6.7 Instalações elétricas internas

Existem situações com grande risco de choque elétrico e/ou curto circuito no Fórum. A mistura de fios elétricos fora de conduítes com cabos de rede e telefone é ilustrada na imagem abaixo:

**Fiação exposta**



**Autor: TRE-PR**

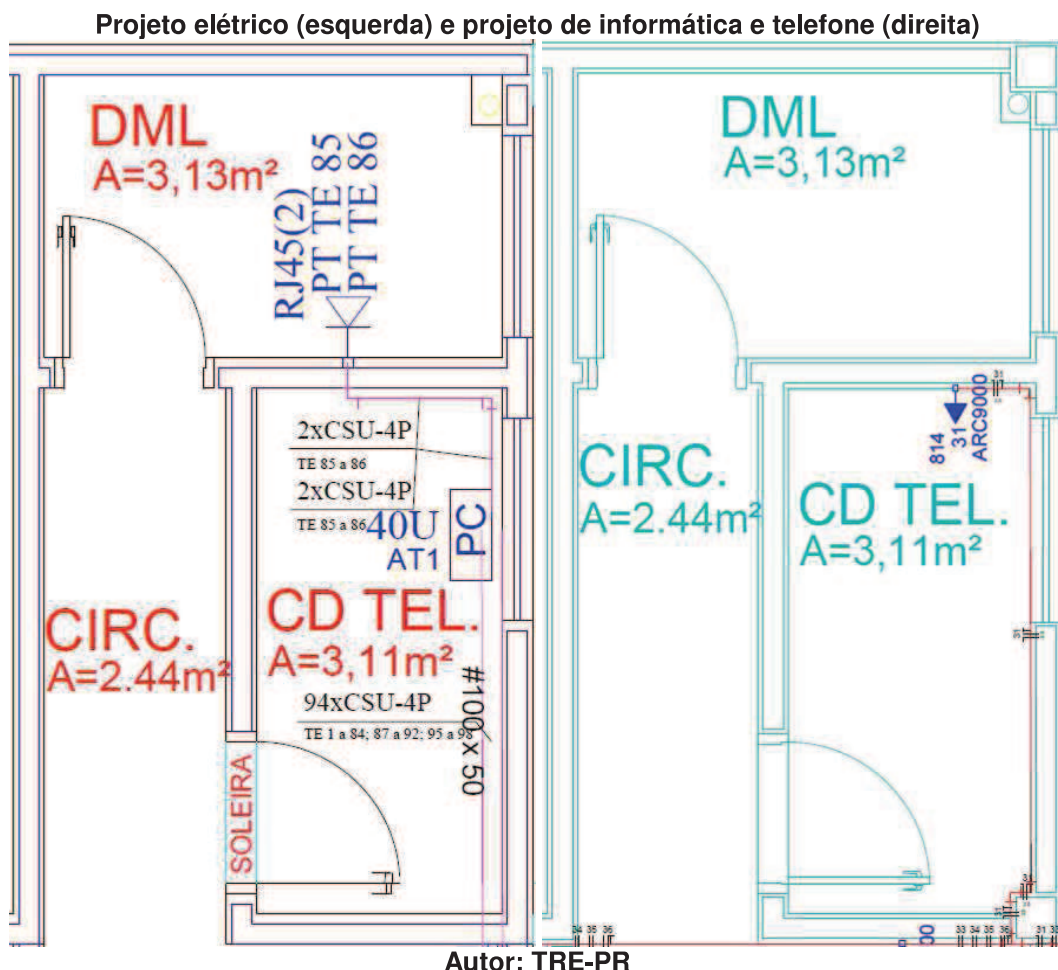
No item 10.3.3.1 da NR 10 existe a seguinte informação:

*“Os circuitos elétricos com finalidades diferentes, tais como: comunicação, sinalização, controle e tração elétrica devem ser identificados e instalados separadamente, salvo quando o desenvolvimento tecnológico permitir compartilhamento, respeitadas as definições de projetos”.*



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

Porém, os projetos de Toledo não preveem que haja o compartilhamento dos cabeios.



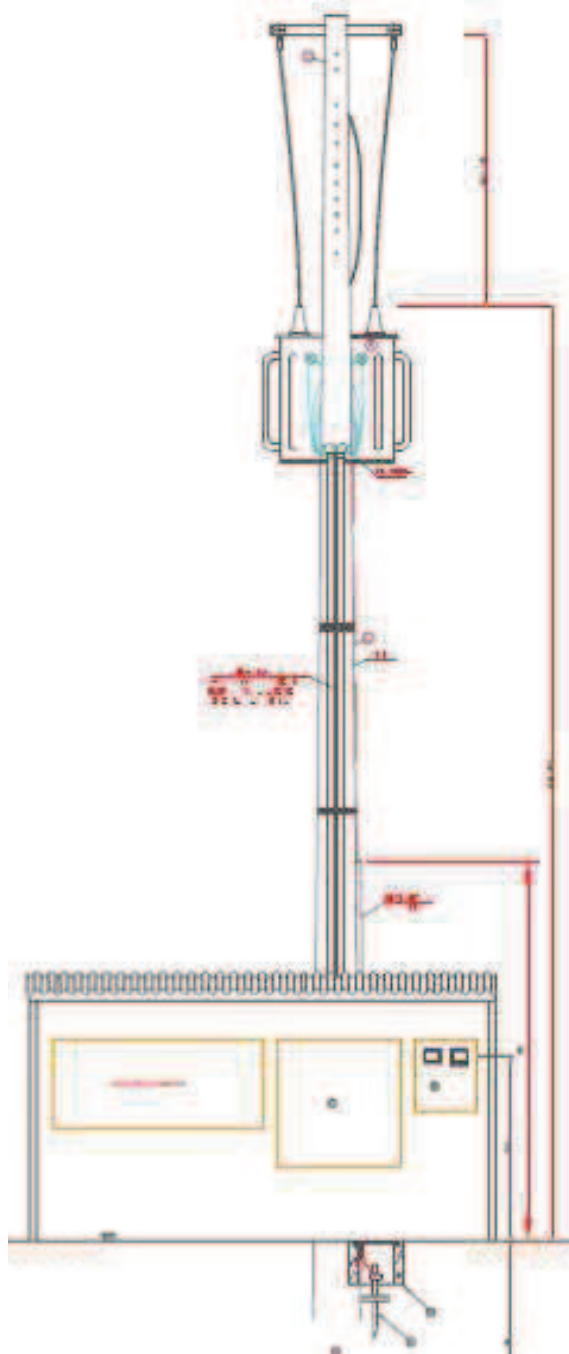
### 6.8 Entrada de energia

A entrada de energia do Fórum Eleitoral foi projetada pela empresa Firma de Projetos e Obras LTDA está apresentado a seguir:



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

### Projeto da entrada de energia elétrica do Fórum Eleitoral



Autor: Firma de Projeto e Obras

A entrada foi executada parcialmente como especificado em projeto.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

Entrada de energia elétrica do Fórum Eleitoral



Autor: TRE





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

**Entrada de energia elétrica do Fórum Eleitoral**



**Autor: TRE**

A nova entrada não está sendo utilizada, a ligação da energia do Fórum ainda está sendo realizada pela antiga entrada de que se encontra instalada imediatamente ao lado.

**Antiga entrada de energia elétrica do Fórum Eleitoral**



**Autor: TRE**





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

### 6.9 Vista de porta

Ausência da vista superior interna da sala de uso geral do juiz/promotor.

**Ausência da vista da porta**



**Autor: TRE**

### 6.10 Paredes tortas

Muitas paredes estão fora de prumo e ou esquadro, causando um desconforto para os usuários. Esse relato desse problema é apenas para registro, pois não será realizada nenhuma providência visto que é apenas estético, devido ao custo e transtorno que a obra geraria.

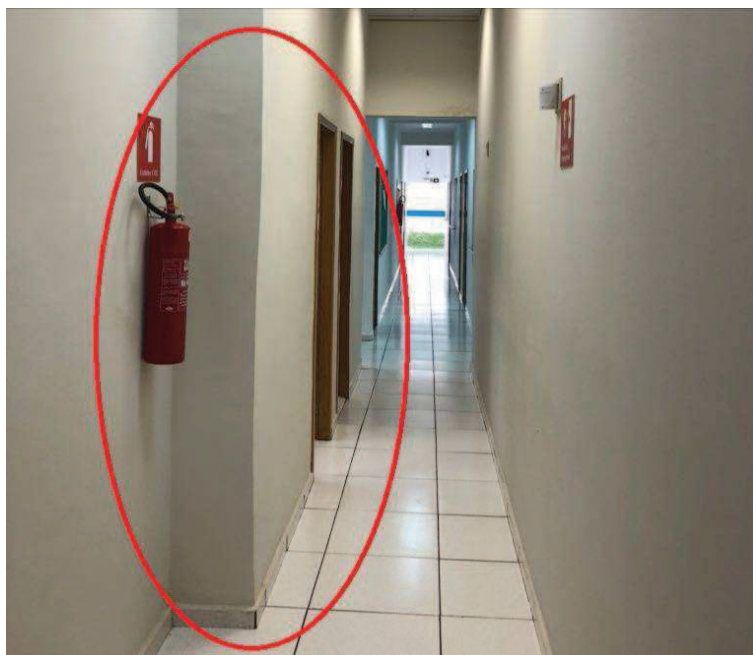
**Paredes tortas**



**Autor: TRE**



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ



Autor: TRE

O motor do portão eletrônico na entrada de funcionários está com a fiação elétrica exposta e apresenta problemas desde a inauguração.

### 6.11 Motor

**Motor elétrico com problemas desde a inauguração**



Autor: TRE-PR



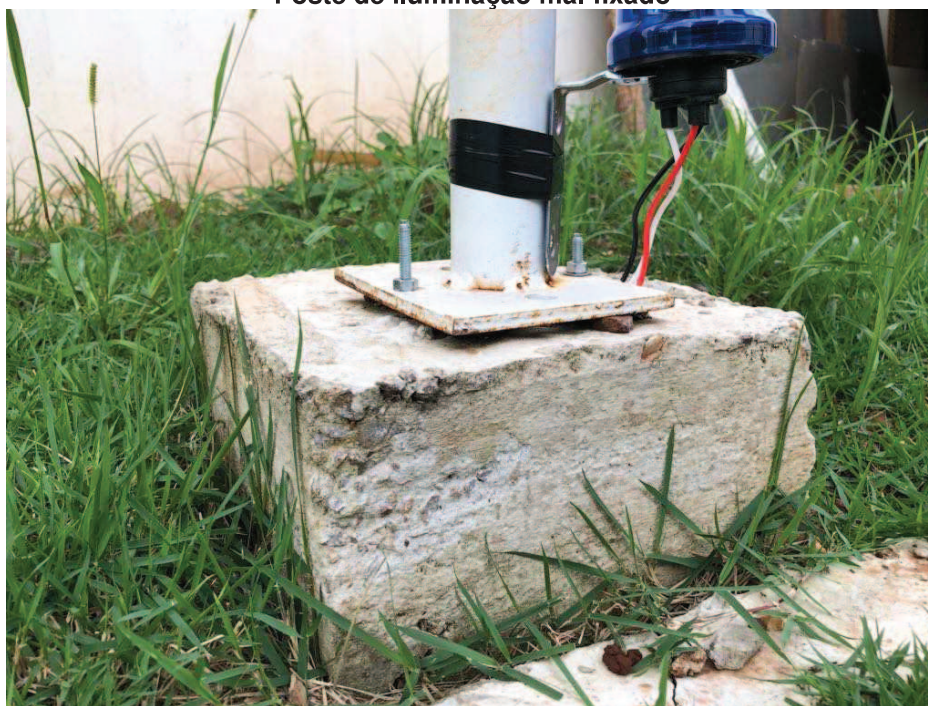


## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

### 6.12 Postes de iluminação

Um poste de iluminação caiu e os outros 5 estão mal fixados.

**Poste de iluminação mal fixado**



**Autor: TRE-PR**

**Poste de iluminação caído**



**Autor: TRE-PR**



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

### 6.13 Guichês

As janelas dos guichês de atendimento dos cartórios estão desniveladas, além dos orifícios para a passagem do som que se encontrarem tortos. Em conversa com a chefe de cartório Lucia Midori Takano e servidores, foi decidido para não ser ajustado o desnivelamento, devido ao custo e transtorno que a obra geraria, além do que, como já relatado, não poderá haver atendimento ao público nesse corredor.

**Guichês de atendimento**



Autor: TRE-PR





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

### 6.14 Banheiro CAE

Os espelhos dos banheiros encontram-se oxidados em seus contornos, devido ao uso. Será trocado os dos banheiros PNE da CAE.

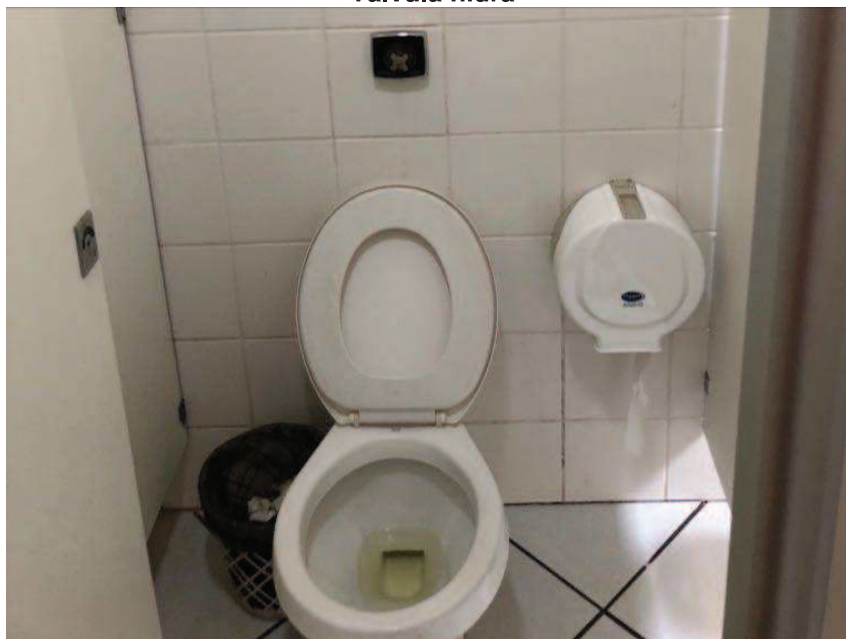
**Espelhos oxidados**



**Autor: TRE-PR**

A tampa da válvula de descarga no banheiro masculino da CAE é inexistente.

**Válvula hidra**



**Autor: TRE-PR**





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

Porta do sanitário PNE sem o acabamento da dobradiça.

**Divisória sem acabamento**



**Autor: TRE-PR**

### 6.15 Porta da CAE e pantográfica

A servidora Lucia Midori Takano, Chefe de Cartório da ZE 148, relatou que os atendentes da CAE sofrem com a claridade do sol no período da tarde, tanto que colocaram papel kraft nos vidros para amenizar a situação. Foi solicitado uma película mais escura para amenizar o problema. Ressalta-se que foi informado aos servidores que a porta tem que ficar sempre aberta, pois é uma rota de fuga. Outro problema é a dificuldade em abrir a pantográfica que está com defeito no trilho.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

Porta da CAE



Autor: TRE-PR





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

### 6.16 Limpeza caixas pluviais e caixas de passagens com tampas quebradas

As caixas pluviais de grelha estão sujas e com plantas na parte interna, sendo necessária limpeza nas mesmas. Algumas caixas de passagens estão com a tampa de concreto quebrada.

**Caixa pluvial**



**Autor: TRE-PR**

**Caixa de passagem**



**Autor: TRE-PR**

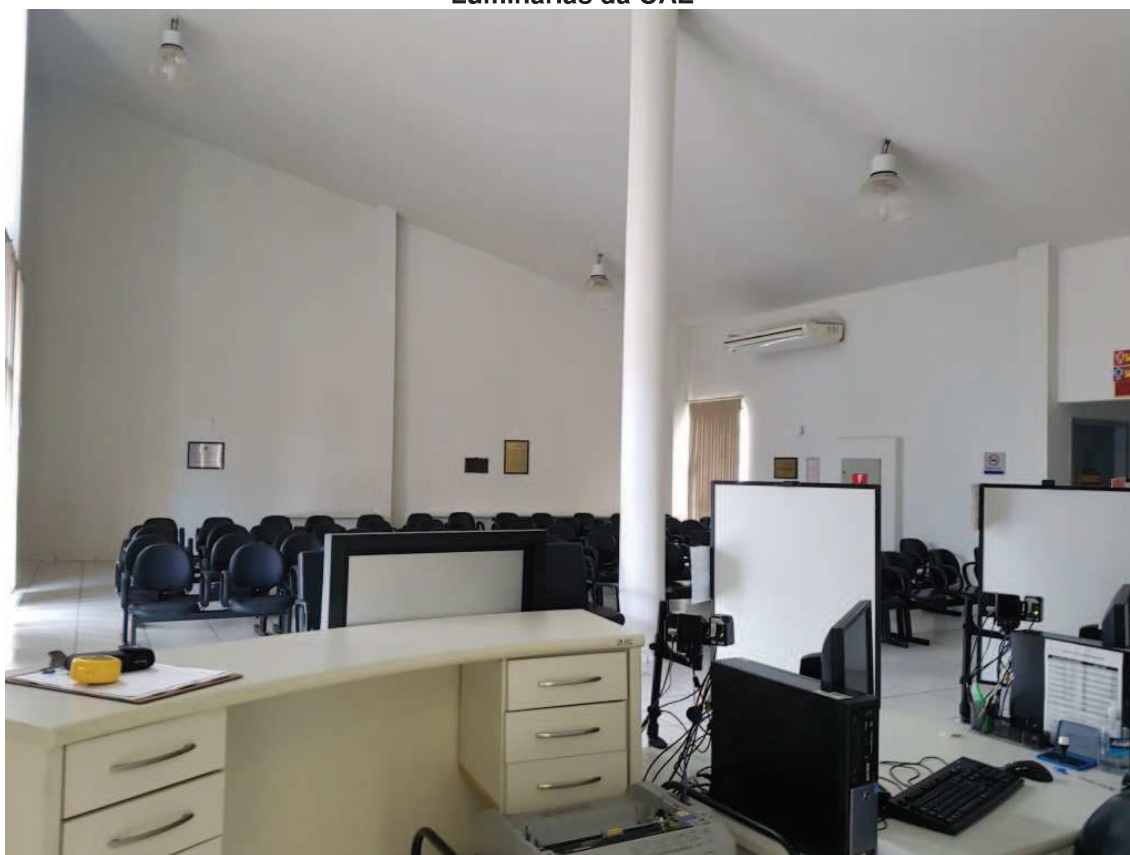


## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

### 6.17 Luminária na CAE

Para padronizar com as reformas recentes é necessário o rebaixo das 7 luminárias na CAE, afim de facilitar a manutenção da troca das lâmpadas. Inclusive existe uma queimada.

**Luminárias da CAE**



**Autor: TRE-PR**





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

### 6.18 Tomadas na CAE - fundos

Foi solicitado pelos servidores tomadas na CAE, ao fundo, pois não existem atualmente, sendo que é necessário quando há testes nas urnas.

**Quadro de energia – extensão provisória saindo diretamente do disjutor**



**Autor: TRE-PR**



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

### 6.19 Janelas internas

Existem duas janelas internas, das salas dos juízes, sem os fechos para conseguir trancá-las.

**Janelas internas sem fecho**



**Autor: TRE-PR**

### 6.20 Janela da cozinha de ferro

Está emperrada, não sendo possível abri-la. Não foi possível verificar a causa do problema, sendo necessário a análise de um colocador em esquadrias.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

### 6.21 Portas da cozinha, copa e banheiros

Foi solicitado pela chefe de cartório duas travas portas, na cozinha e copa, e possibilidade de colocação de mola área nos banheiros internos dos cartórios.

### 6.22 Tomada de piso CAE

Várias tomadas de pisos estão danificadas.

Tomadas de piso



Autor: TRE-PR



## 7 CONCLUSÃO

O Fórum precisa passar por adaptações para atender os quesitos de acessibilidade imposta por norma (NBR 9050/2015).

Existem muitas pendências construtivas que necessitam de conclusão por parte da construtora que realizou a ampliação do Fórum.

Em relação a parte antiga do Fórum existe a necessidade de realização de uma reforma, conforme exposto.

O piso precisa ser analisado tecnicamente por empresa especializada, pois as manchas podem ter ocorrido por defeito de fabricação ou infiltrações na laje piso.

**A norma indica corredor de área pública com 150cm e o corredor existente tem aproximadamente 120cm. Como relatado é inviável modificar as alvenarias, sendo necessário realizar os atendimentos apenas na CAE.**

**Será necessária pintura em toda a edificação após a reforma por registro de preço da Seção de Manutenção dos Cartórios do Interior.**

Devido a verba limitada disponível, após montagem de planilha orçamentária será avaliado quais são as prioridades para execução pelo setor de engenharia (SOP) e diretoria.

### **ACESSIBILIDADE:**

**Alguns itens indicados pela NBR 9050/2015 não ficarão 100% conforme indicado:**

#### **- Barra do banheiro vertical ao lado da bacia sanitária:**

A norma indica uma barra vertical de 70cm, porém só é possível colocar uma barra de 40cm, pois existe uma janela acima.

#### **- Banheiro único:**

A norma indica que deve haver um banheiro PNE único para ambos os sexos, porém o fórum foi construído individualmente com dois banheiros (um de cada sexo), sendo o PNE separado também por gênero. Inviável a alteração e não foi relatado pelo Ministério Público.

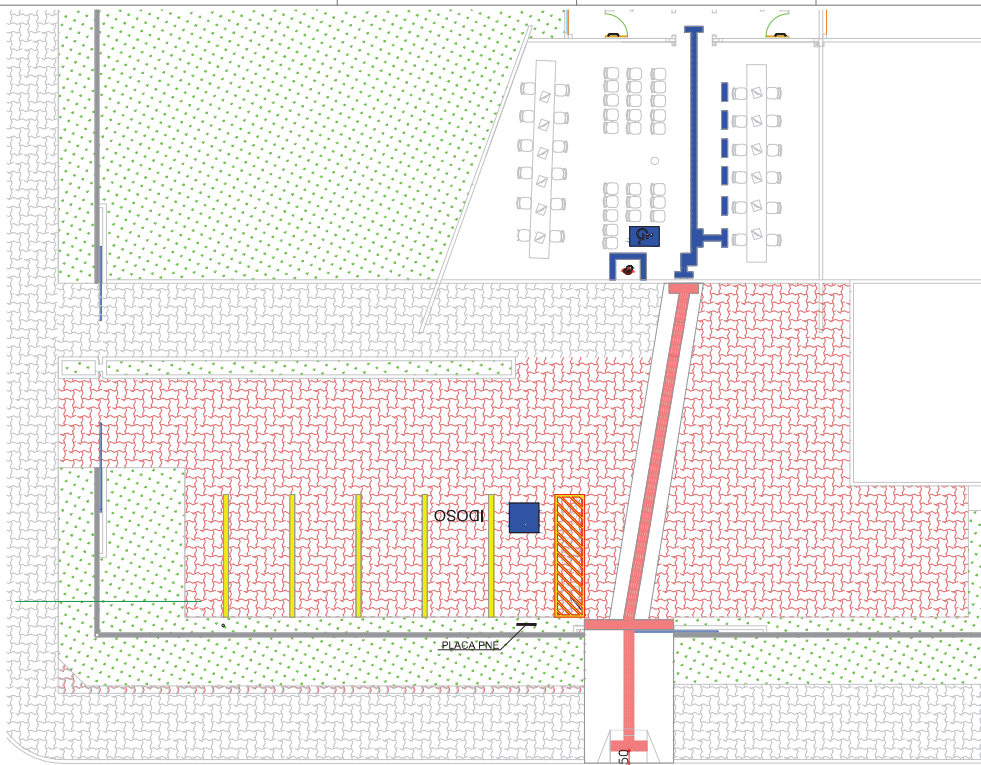




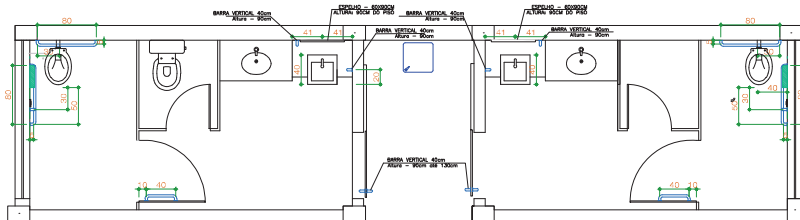
## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

### - Passeio:

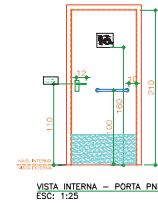
Não foi incluído acessibilidade em toda a calçada externa, devido ao alto custo.



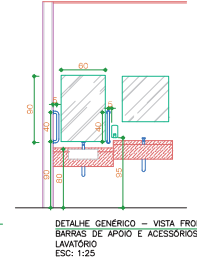
DETALHE - PISO TÁTIL EXTERNO E VAGAS RESERVADAS  
ESC: 1:75



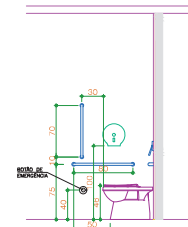
DETALHE GÊNÉRICO - VISTA AÉREA  
BARRAS DE APOIO E ACESSÓRIOS  
BACIA SANITÁRIA E LAVABO  
ESC: 1:25



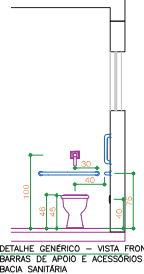
VISTA INTERNA - PORTA PNE  
ESC: 1:25




DETALHE GÊNÉRICO - VISTA FRONTAL  
BARRAS DE APOIO E ACESSÓRIOS  
LAVABO  
ESC: 1:25



DETALHE GÊNÉRICO - VISTA LATERAL  
BARRAS DE APOIO E ACESSÓRIOS  
BACIA SANITÁRIA  
ESC: 1:25

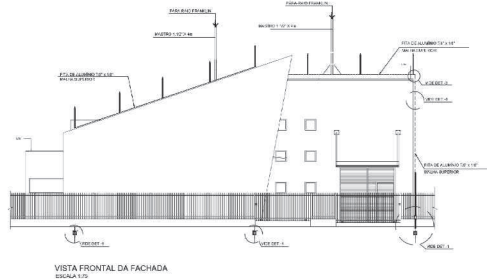


DETALHE GÊNÉRICO - VISTA FRONTAL  
BARRAS DE APOIO E ACESSÓRIOS  
BACIA SANITÁRIA  
ESC: 1:25

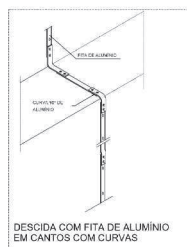
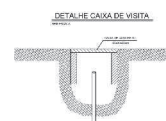
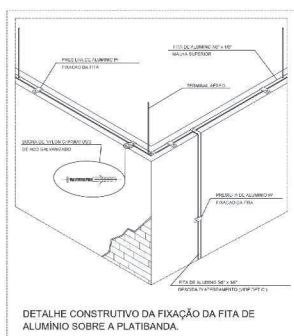
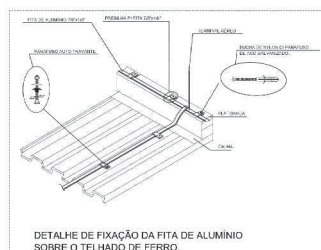
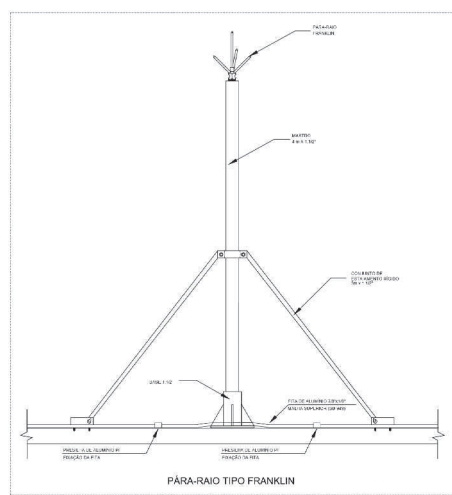
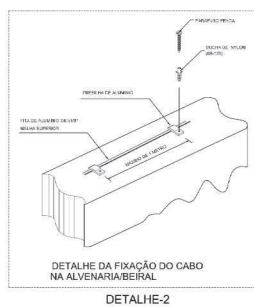
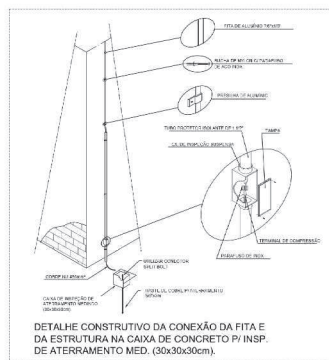
	Plano: Projeto de Acessibilidade			
	Obra: Fórum Eleitoral de Toledo			
	Endereço: Rua Mirsila Pedro Zibetti, 185			
	Responsável Técnico: Eng. Edilberto Vaz Dizon - CREA PR 119503/D			
	Desenho: Henry Vaz Dizon			
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ  Rua João Paulo, 25 Fone: (41) 333-1111 Fax: (41) 333-1111 e-mail: TRENAL@TRENAL.PR	Conteúdo:		Data: 03/05/19	Nº da Planilha
	-Acessibilidade Externa		Escala:	01/01
	-Acessibilidade Interna		INDICADAS	Rev. 01



- Terminal aboto de alumínio 300mm.
- Para reixa tipo fresado de latão cromado, com rosca 3/4 250mm e mastro de ferro galvanizado 1 1/2" x 4m.
- Haste de aterramento 5/8" x 3m tipo coqueado de alta condutividade de cobre, 254 microns. NBR 13671
- Barra chato de alumínio 7/8" x 1/8".

[illegible]

 <p>REGIONAL, REGIONAL, ELECTORAL, DO PINAR DEL RIO</p> <p>Rua João Pinheiro, 254 Praça Teófilo Garcia (916) Fone: (341) 330-4338 e-mail: SERE@PDR-RIO</p>	<p><b>Título</b> Projeto de S.P.D.A.</p>		
	<p><b>Cidade</b> Fórum Eleitoral de Toledo / TRE-PR</p>		
	<p><b>Endereço</b> Rua Miraflo Pedro Zebetti, 185 - Toledo - PR.</p>		
	<p><b>Responsável Técnico</b> EVERTON AUGUSTO DE MORAES LINO CREA-PR: 134.948 ID</p>		
<p><b>Conteúdo</b> Planta Baixa</p>		<p><b>Data</b> 26/02/19</p>	<p><b>Planilha nº</b> 01/02</p>
		<p><b>Estado</b> INDICADA</p>	







Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

## **CADERNO DE ENCARGOS**

Reforma do Fórum Eleitoral de Toledo

Engenheiro Civil Henry Vaz Dreon  
CREA PR 119.503/D

Abril de 2019

## **1. DEFINIÇÕES PRELIMINARES**

### **1.1 Considerações Iniciais**

Este Caderno de Encargos objetiva fixar as condições para execução da reforma do Fórum Eleitoral de Toledo.

**Endereço da obra:** Rua Miraldo Pedro Zibetti, 185  
Fórum Eleitoral de Toledo

### **1.2 Relação de Documentos**

- Caderno de Encargos
- Planilha Orçamentária
- Projeto executivo

### **IMPORTANTE:**

No Caderno de Encargos encontram-se as especificações técnicas dos materiais a serem aplicados na obra e estão relacionados os serviços a executar, bem como os procedimentos de sua execução, citando as respectivas normas técnicas que devem ser seguidas.

## 2. PLACA DE OBRA

Ao início das obras deve ser instalada placa de obra em chapa de aço galvanizado, instalação e fixação com peças de madeira, com as dimensões e informações indicadas pelo CONTRATANTE, conforme modelo apresentado na Imagem 1.

Imagem 1 - Modelo de placa de obra

Diagrama de uma placa de obra com dimensões indicadas em vermelho: largura total de 113 e altura total de 88. A placa é dividida em seções horizontais. A primeira seção (topo) é branca e contém o logo do Brasil e o texto "TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ". A segunda seção é azul e contém o texto "REFORMA OU AMPLIAÇÃO". A terceira seção é azul e contém informações sobre o valor da obra, o município, o início e o término da obra, e o fórum eleitoral. A quarta seção (base) é branca e contém uma área destinada ao logo da empresa e o nome e registro profissional do responsável técnico.

113	
22	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
22	REFORMA OU AMPLIAÇÃO
22	VALOR DA OBRA: R\$ 000.000,00 MUNICÍPIO: XXXXXXXX XXXXXX FÓRUM ELEITORAL DE XXXXXXXX XXXXXX
22	INÍCIO DA OBRA: 00/00/0000 TERMINO DA OBRA: 00/00/0000
22	ÁREA DESTINADA A LOGO DA EMPRESA
22	RESPONSÁVEL TÉCNICO XXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX CREA / CAU: 000.000
88	

Autor: TRE-PR

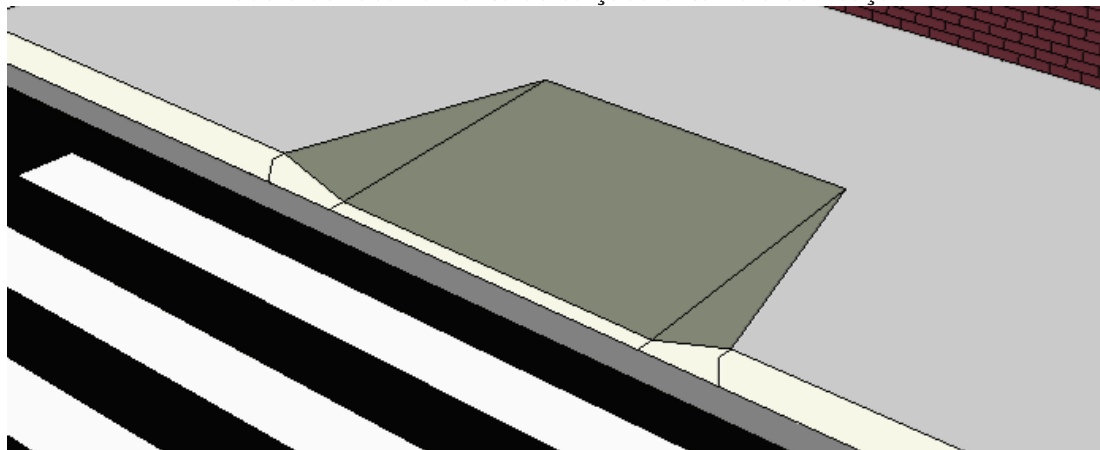
### 3. SERVIÇOS

#### 3.1 SERVIÇOS EXTERNOS ACESSIBILIDADE - PASSEIO

##### 3.1.1 Rebaixamento de calçada

Para viabilizar o acesso de deficientes físicos se faz necessária a realização de rebaixamentos de calçadas, que devem ser construídos na direção do fluxo da travessia de pedestres.

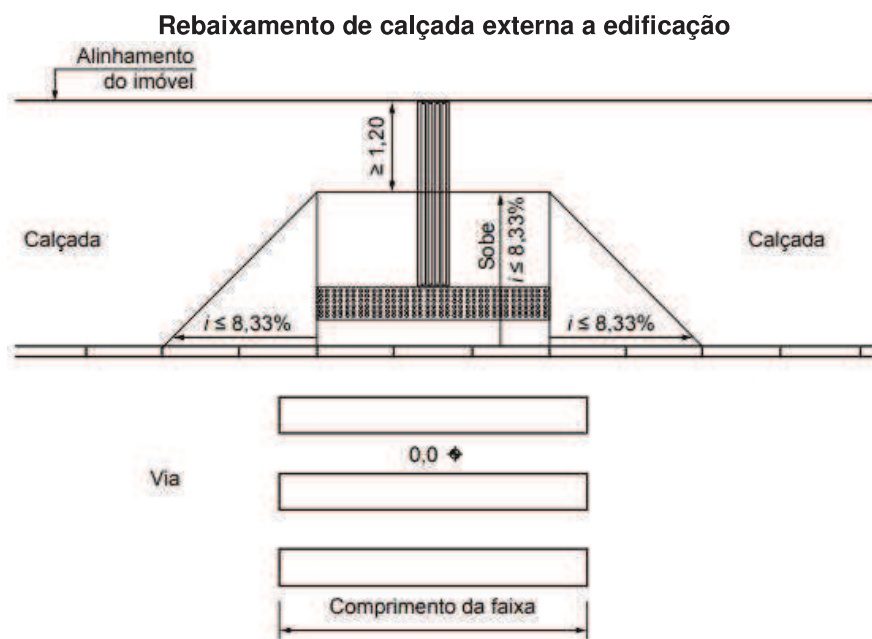
**Modelo de rebaixamento de calçada externa a edificação**



**Autor: Qualificad**

Segundo a NBR 9050, a inclinação deve ser constante e não superior a 5,00 % no sentido longitudinal da rampa central e na rampa das abas laterais (dispensando assim a necessidade de instalação de piso tátil nas bordas da rampa NBR 16537/2016). A largura mínima do rebaixamento é de 1,50 m. O rebaixamento não pode diminuir a faixa livre de circulação, de no mínimo 1,20 m, da calçada.

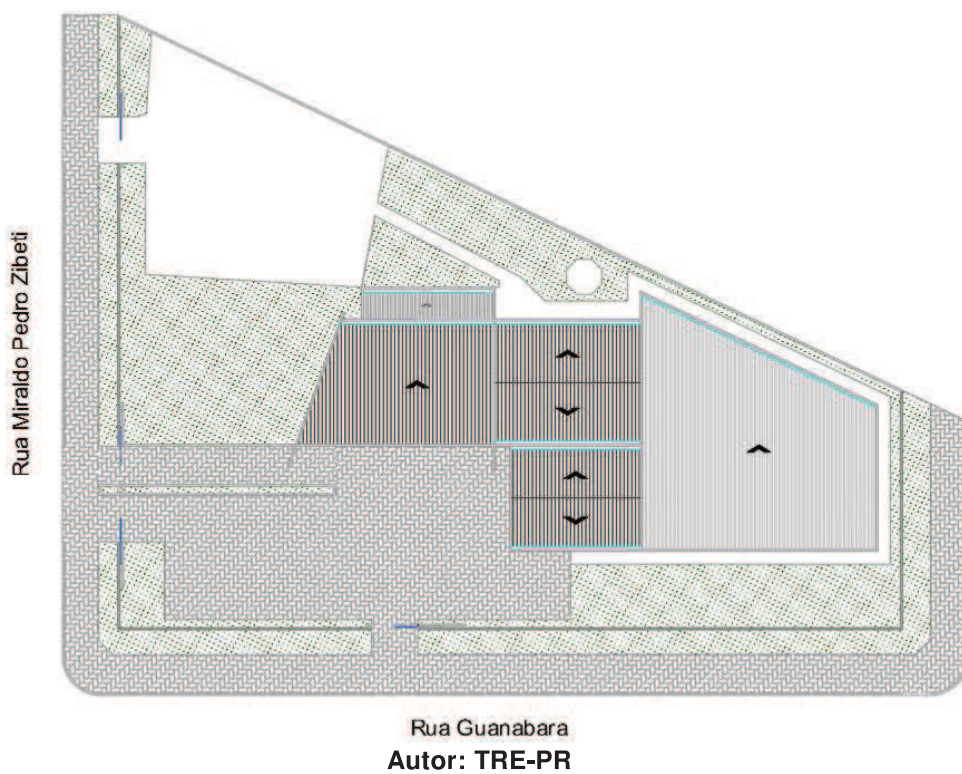




Autor: NBR 9050 / 2015

Seguindo as especificações das normas regulamentadoras brasileiras segue a implantação da entrada do Fórum Eleitoral.

#### Implantação do Fórum Eleitoral atualmente



Respeitando a largura mínima de 1,60m para a calçada de pedestres (40cm de piso tátil e 60cm de cada lado da calçada).

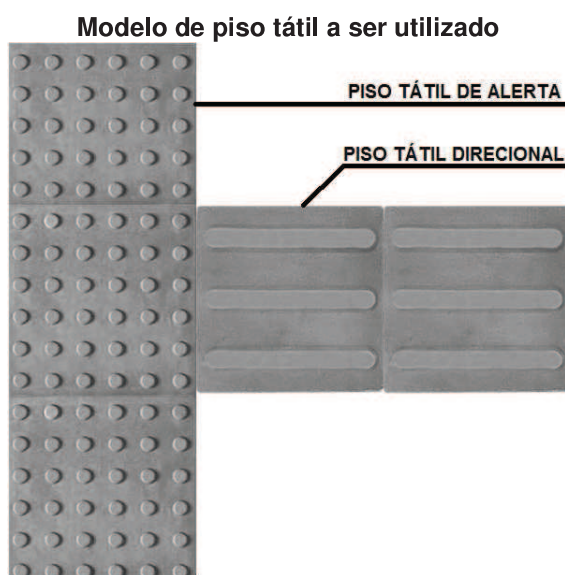
O calçamento deverá ser realizado em concreto armado reguado, (não deve ser realizada a aplicação da nata, pois o piso precisa ter rugosidade e evitar quedas).

O serviço deve ser executado na seguinte etapa:

- Demolição do calçamento existente;
- Remoção de vegetação rasteira;
- Regularização do solo e compactação;
- Execução de lastro de brita de 3cm;
- Execução de malha de aço Ø5,0mm espaçada a cada 10cm em ambos os lados;
- Para a execução das formas deverá ser executada com tabuas de pinus ecológicos, madeira de reflorestamento;
- A calçada deve ser executada com concreto FCK  $\geq$  25Mpa e espessura mínima de 7cm.

### 3.1.2 Piso tátil

Deve ser instalado o piso tátil em toda a frente da edificação e no acesso de pedestres até o interior da edificação.



**Autor: Modificado de Brasil Decorar**

A sinalização tátil no piso deve atender às seguintes características:

- Ser antiderrapante, em qualquer condição, devendo ser garantida a condição antiderrapante durante todo o ciclo de vida da edificação/ambiente, tanto em áreas internas como em externas;
- Ter relevo contrastante em relação ao piso adjacente, conforme será especificado abaixo, para ser claramente percebida por pessoas com deficiência visual que utilizam bengala longa;
- Ter luminância contrastante em relação ao piso adjacente, para ser percebida por pessoas com baixa visão, devendo ser garantida a cor do relevo durante todo o ciclo de vida da edificação/ambiente, tanto em áreas internas como em externas.

As áreas públicas ou de uso comum das edificações, espaços e equipamentos urbanos devem ter sinalização tátil direcional no piso.

Em áreas de circulação onde seja necessária a orientação do deslocamento da pessoa com deficiência visual deve haver sinalização tátil no piso, desde a origem até o destino, passando pelas áreas de interesse, de uso ou de serviços.

A largura e a cor das faixas que compõem uma sinalização tátil direcional devem ser constantes. A sinalização tátil de alerta utilizada nas mudanças de direção deve possuir a mesma cor da sinalização tátil direcional. Se houver variação de cor do piso adjacente nos diferentes ambientes pelos quais passa a sinalização tátil direcional, deve ser utilizada uma única cor que contraste com todas elas ao mesmo tempo.

Na imagem acima está apresentado dois modelos de piso tátil, alerta e direcional e suas respectivas aplicações:

#### **3.1.2.1 Piso tátil de alerta**

O piso tátil de alerta consiste em um conjunto de relevos de seção tronco-cônica sobre placa, integrados ou sobrepostos ao piso adjacente, as medidas dos relevos devem estar dentro dos limites apresentado a seguir:

#### Dimensões de relevos do piso tátil de alerta

	Recomendado	Mínimo	Máximo
Diâmetro da base do relevo	25	24	28
Distância horizontal entre centros do relevo	50	42	53
Distância diagonal entre centros do relevo	72	60	75
Altura do relevo	4	3	5
NOTA Distância do eixo da primeira linha de relevo até a borda do piso igual a 1/2 distância horizontal entre centros.			

Autor: NBR 16537 / 2016

Os relevos táteis de alerta instalados diretamente no piso devem ter as seguintes medidas:

#### Dimensões dos relevos táteis instalados diretamente no piso

	Recomendado	Mínimo	Máximo
Diâmetro da base do relevo	30	25	30
Diâmetro do topo do relevo	1/2 a 2/3 do diâmetro da base		
Distância horizontal e vertical entre centros do relevo	Diâmetro da base do relevo + 20		
Altura do relevo	4	3	5

Autor: NBR 16537 / 2016

#### 3.1.2.2 Piso tátil direcional

O piso tátil direcional consiste em um conjunto de relevos lineares de seção tronco-cônica, as medidas dos relevos devem estar dentro dos limites apresentados a seguir:

#### Dimensões de relevos do piso tátil direcional

	Recomendado	Mínimo	Máximo
Largura da base do relevo	30	30	40
Largura do topo do relevo	25	20	30
Distância horizontal entre centros de relevo	83	70	85
Distância horizontal entre bases de relevo	53	45	55
Altura do relevo	4	3	5
NOTA Distância do eixo da primeira linha de relevo até a borda do piso igual a 1/2 distância horizontal entre centros.			

Autor: NBR 16537 / 2016



Os relevos táteis direcionais instalados diretamente no piso devem ter as seguintes medidas apresentadas:

**Dimensões dos relevos táteis instalados diretamente no piso**

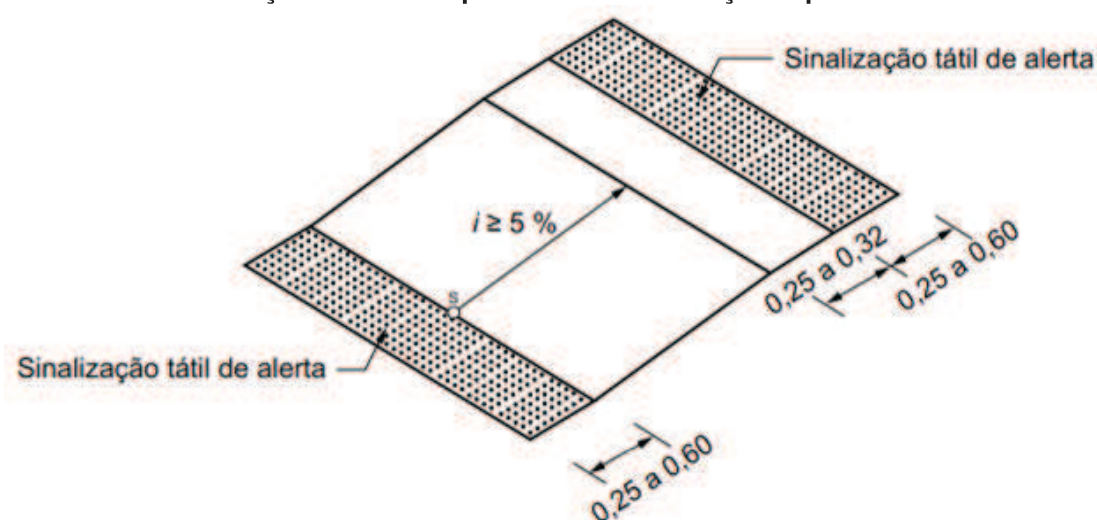
	Recomendado	Mínimo	Máximo
Largura da base do relevo	40	35	40
Largura do topo do relevo	Largura da base do relevo – 10		
Distância horizontal entre centros do relevo	Largura da base do relevo + 40		
Altura do relevo	4	3	5

Autor: NBR 16537 / 2016

### 3.1.2.3 Rampas

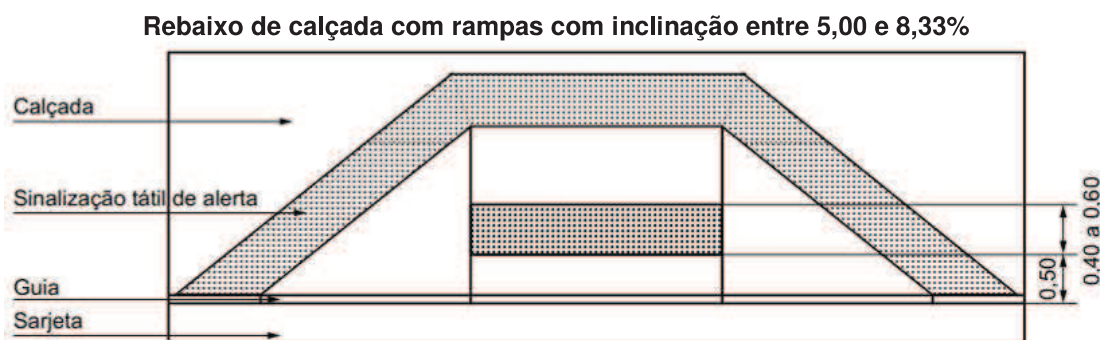
As placas de sinalização tátil de alerta devem medir de 25 a 60cm na base e no topo das rampas, com inclinações superiores a 5%. Na base não pode haver afastamento entre a sinalização tátil e o início da rampa. No todo da rampa a sinalização tátil deve afastar-se de 25 a 32cm do início do declive, conforme apresentada abaixo:

**Sinalização tátil em rampas fixas com inclinação superior a 5%**



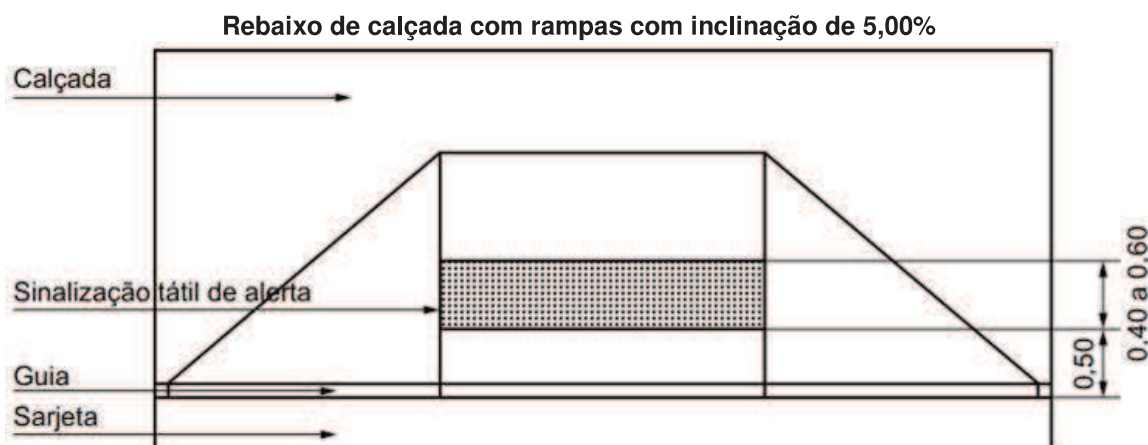
Autor: NBR 16537 / 2016

Os rebaixamentos de calçadas com rampas devem ter a sinalização de alerta com largura de 40 a 60cm, afastadas 50cm da sarjeta. Em todo o perímetro da rampa deve ser instalado o piso tátil de alerta, indicando a rampas de inclinação.



Autor: NBR 16537 / 2016

As rampas a serem adotadas devem ter inclinação máxima de 5,00%

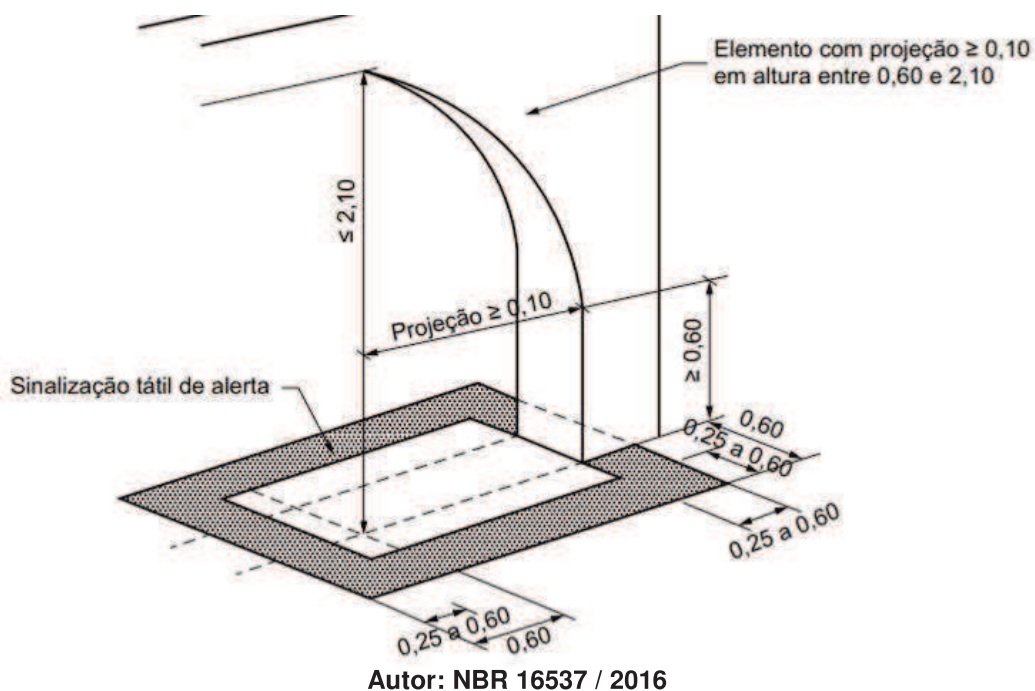


Autor: NBR 16537 / 2016

#### 3.1.2.4 Elementos construtivos de projeção

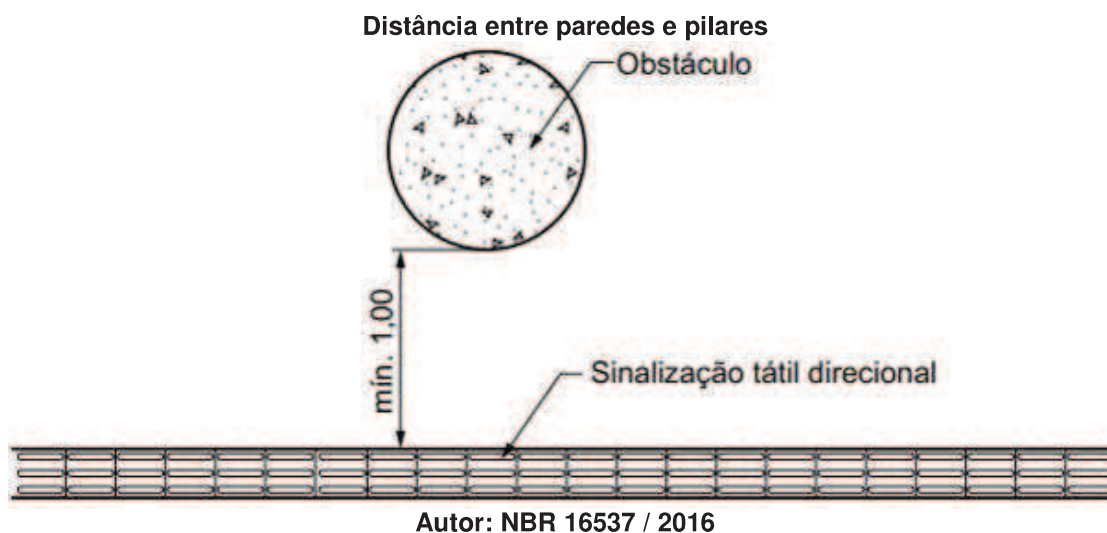
Deve haver sinalização tátil de alerta no entorno da projeção de elementos com altura livre entre 0,60 m e 2,10 m, distando 60cm do limite da projeção. A largura da sinalização tátil de alerta deve variar entre 25 a 60cm.

#### Elementos construtivos sinalizados



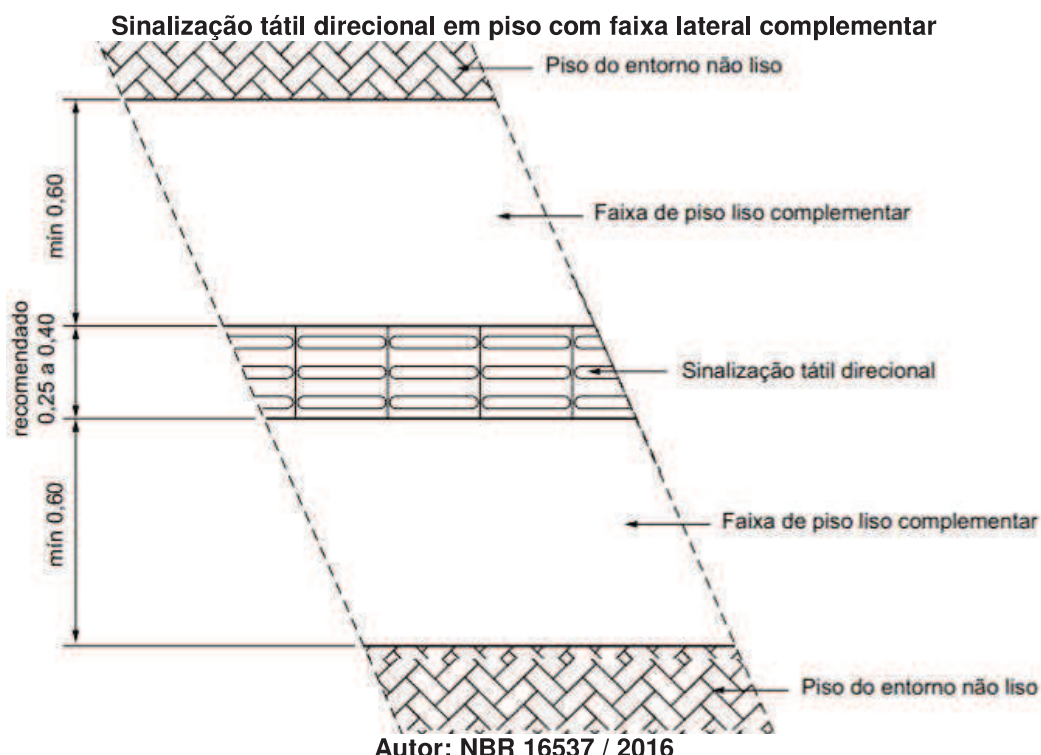
### 3.1.2.5 Obstáculos

Deve haver pelo menos 1,00 m de distância entre a sinalização tátil de direcionamento e as paredes e pilares.

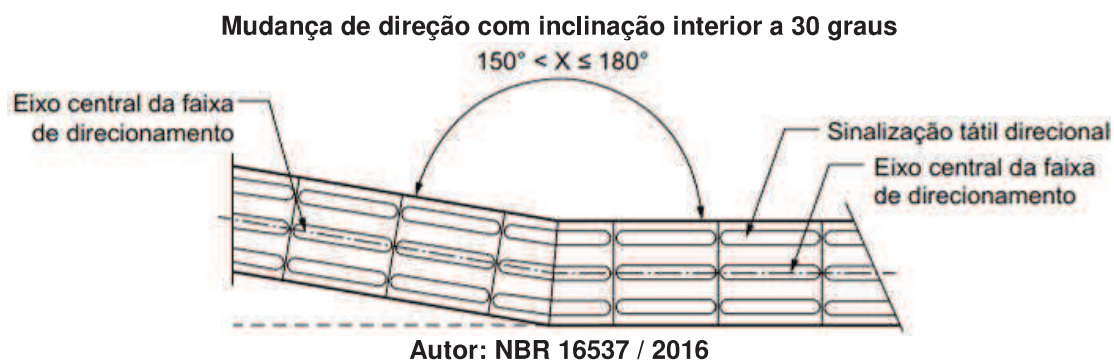


### 3.1.2.6 Exigências de instalação do piso tátil

Quando o piso do entorno não for liso, é recomendada a largura L entre 25 m e 40cm, acrescida de faixas laterais lisas, com mínimo de 60cm de largura cada uma, para permitir a percepção do relevo da sinalização tátil no piso.

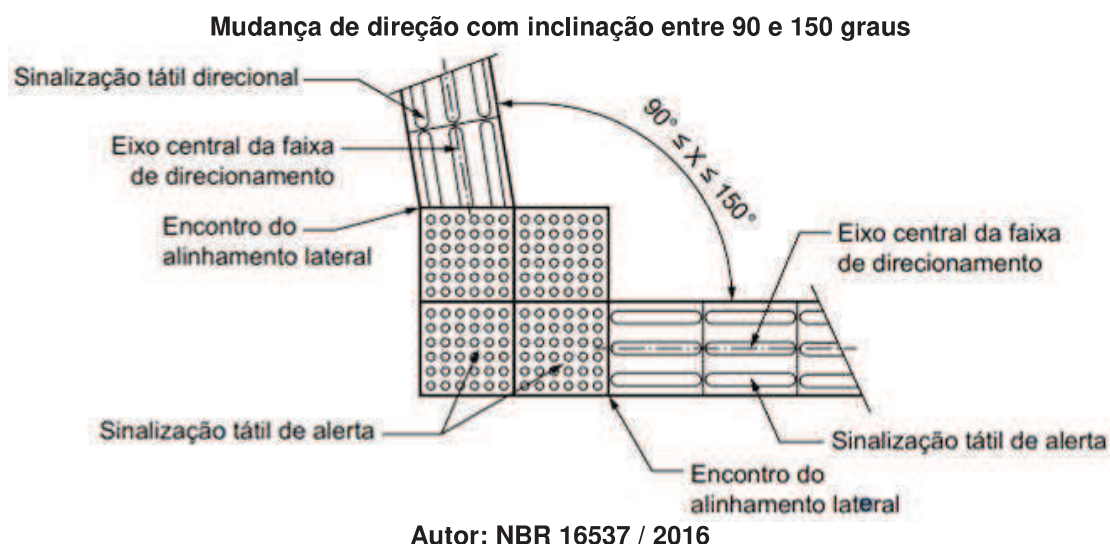


No caso de mudanças de direções inferiores a 30° não é necessário sinalizar com mudança de direção de sinalização tátil de alerta.

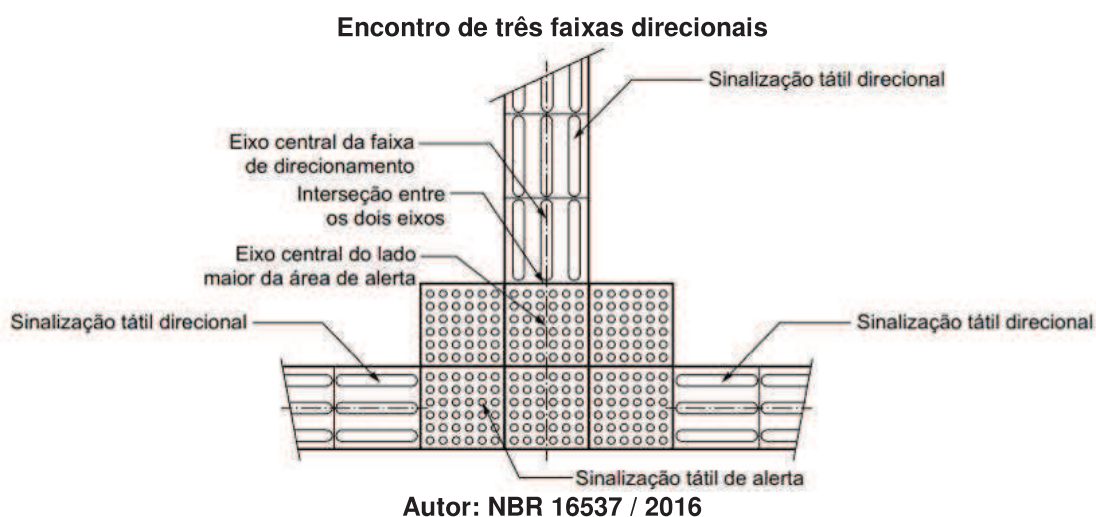




No caso de mudanças de direções inferiores a  $150^\circ$  e superiores a  $90^\circ$  é necessário sinalizar com mudança de direção de sinalização tátil de alerta.

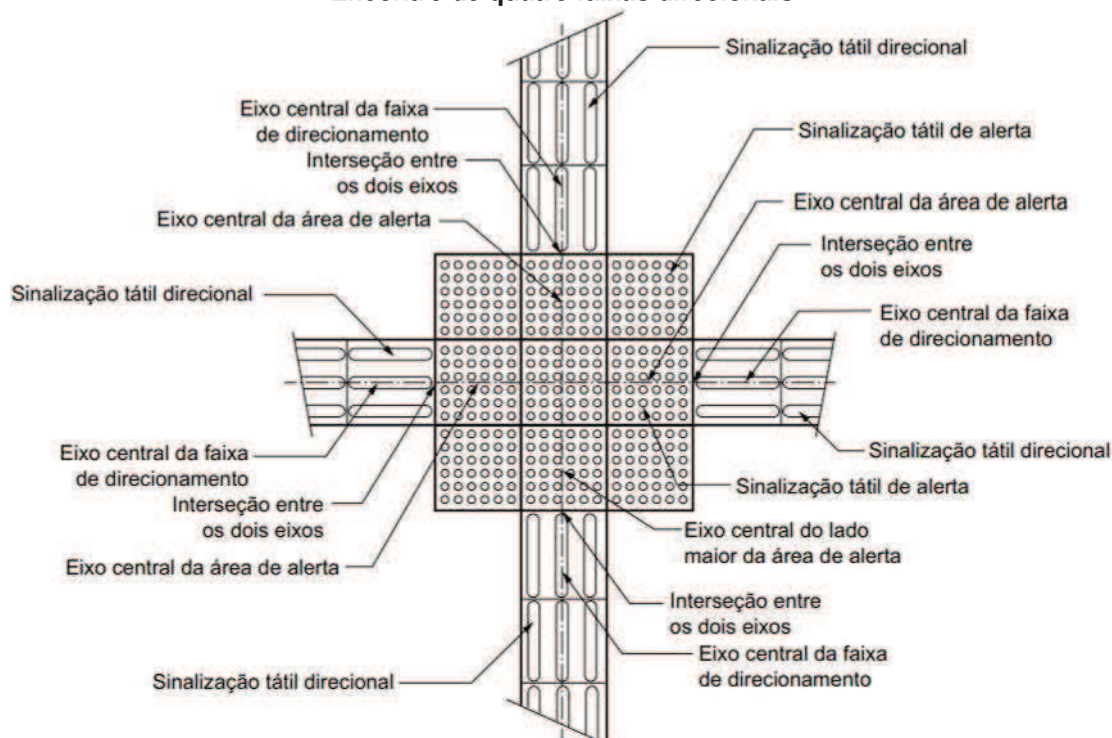


No caso de encontro de três faixas direcionais é necessário sinalizar com mudança de direção de sinalização tátil de alerta.



No caso de encontro de quatro faixas direcionais é necessário sinalizar com mudança de direção de sinalização tátil de alerta.

### Encontro de quatro faixas direcionais



Autor: NBR 16537 / 2016

Em relação as cores dos pisos táteis a serem instalados, a NBR 16537 / 2016 estabelece uma relação de contraste.

### Contrastes de pisos táteis

	Bege	Branco	Cinza escuro	Preto	Marrom	Pink	Lilás	Verde	Laranja	Azul	Amarelo	Vermelho
Vermelho												
Amarelo												
Azul												
Laranja												
Verde												
Lilás												
Pink												
Marrom												
Preto												
Cinza escuro												
Branco												
Bege												

□ Aceitável

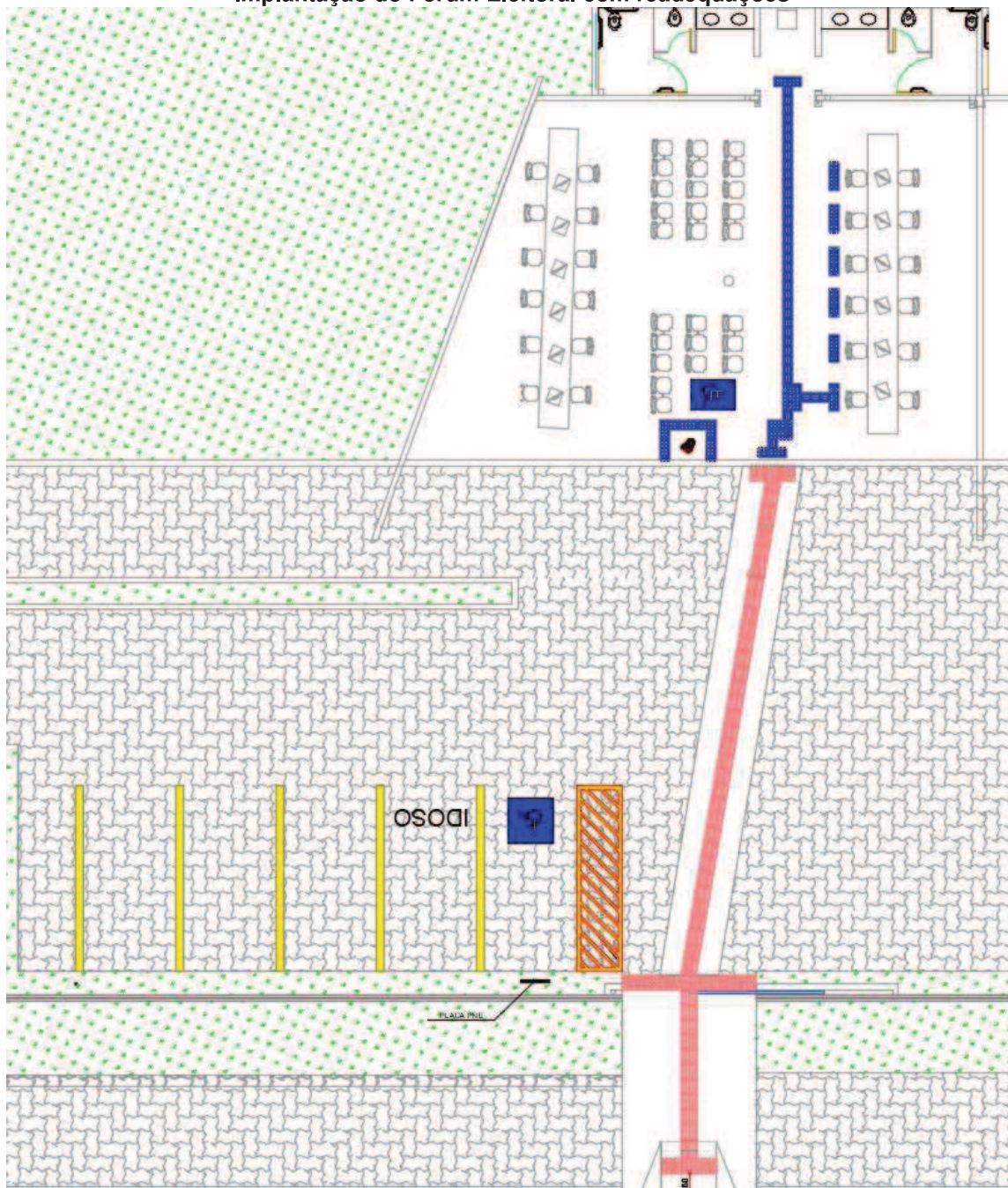
■ Não usar

Autor: NBR 16537 / 2016



Com base nas informações acima o passeio do Fórum Eleitoral deverá contar com as seguintes características:

#### Implantação do Fórum Eleitoral com readequações



Autor: TRE-PR

As distâncias que devem ser obedecidas:

- Piso tátil deve ter calçada lisa, após as extremidades, de no mínimo 60cm;
- As placas externas devem ser executadas 40x40cm com coloração vermelha;
- As placas internas devem ser executadas 25x25cm com coloração azul;
- As rampas devem ter o piso tátil partindo de 50cm.

As distâncias que devem seguir as especificações acima e o detalhe abaixo:

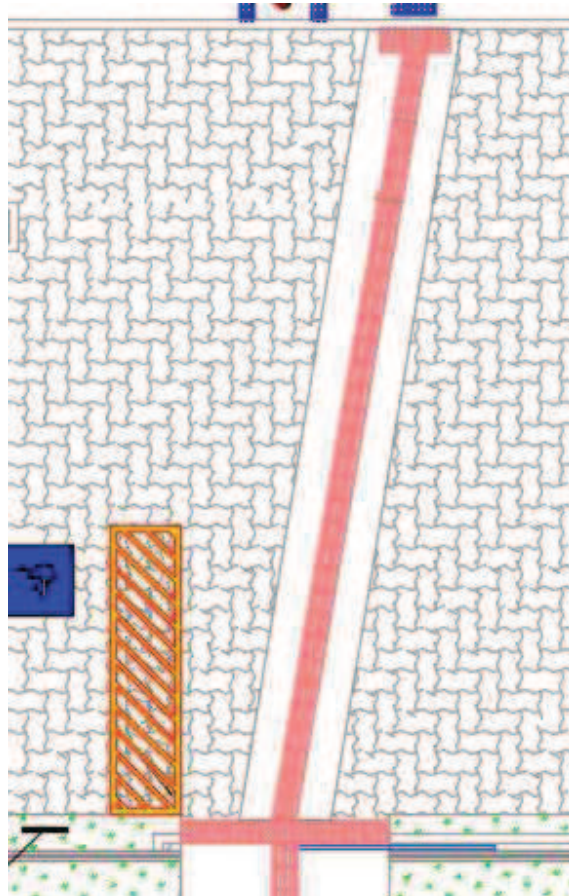
## **3.2 SERVIÇOS EXTERNOS ACESSIBILIDADE – TERRENO**

### **3.2.1 Piso Tátil**

Conforme já apresentado no item serviços externo - passeio deste caderno, deve-se dar continuidade na execução do piso tátil no interior da edificação, atentando para a execução de calçada em concreto armado na região no entorno do piso tátil (60 cm).



**Planta baixa do acesso ao Fórum Eleitoral**



**Autor: TRE-PR**

A calçada a ser realizada deve respeitar a inclinação máxima de 5%, o piso tátil deve ser instalado até a porta de entrada da Central de Atendimento do Eleitor (C.A.E.) e não deve haver degrau entre o piso externo e o piso interno da edificação.

### **3.2.2 Sinalização**

As vagas reservadas para veículo no estacionamento devem ser sinalizadas e demarcadas com o símbolo internacional de acesso ou a descrição de idoso, aplicado na vertical e horizontal.

As vagas reservadas para idosos ou para pessoas com deficiência em vias e logradouros públicos devem ser sinalizadas, conforme normas específicas. Nas vagas reservadas para pessoas com deficiência que não estejam localizadas em vias e logradouros públicos.

**Placa de sinalização de estacionamento para pessoa com deficiência**



**Autor: NBR 9050 / 2015**

O símbolo internacional de acesso (SIA) que está na sinalização pode ser trocado pelo SAI.

**Símbolo internacional de acesso**



**a) Branco sobre fundo azul**



**b) Branco sobre fundo preto**



**c) Preto sobre fundo branco**



**a) Branco sobre fundo azul**



**b) Branco sobre fundo preto**



**c) Preto sobre fundo branco**

**Autor: NBR 9050 / 2015**

A borda inferior das placas instaladas deve ficar a uma altura livre entre 2,10 m e 2,50 m em relação ao solo. Em estacionamentos com pé-direito baixo, é permitida sinalização à altura de 1,50 m.

O símbolo indicativo de local de estacionamento de veículos que transportam ou que sejam conduzidos por pessoas portadores de Deficiência Física (DEF). Deve ter formato quadrado de 1,20m de lado.

**Símbolo para demarcação de vagas DEF**

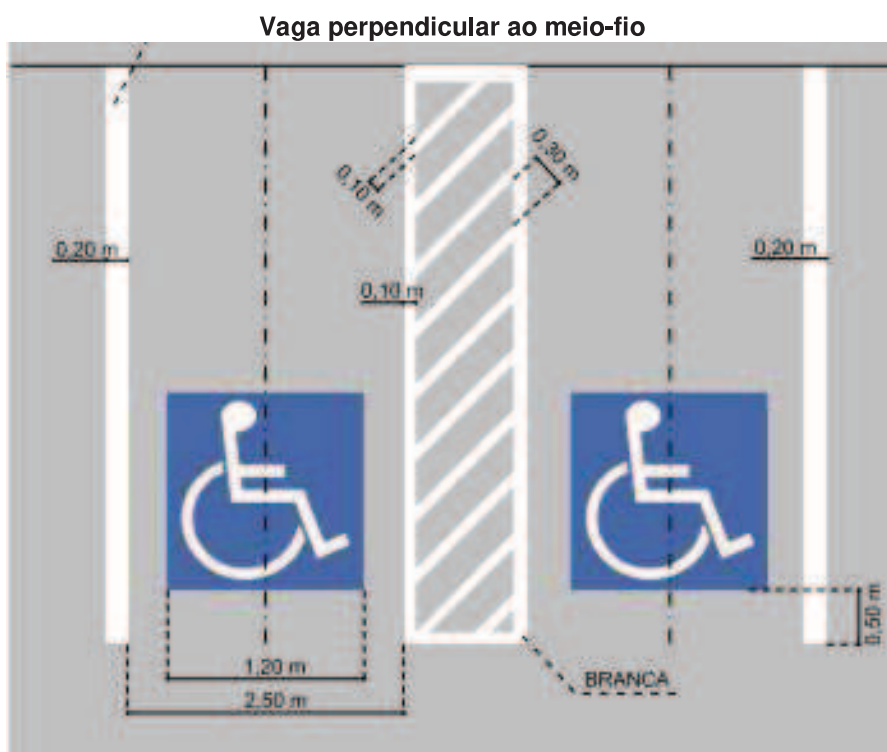


**Autor: COTRAN resolução 236/07**

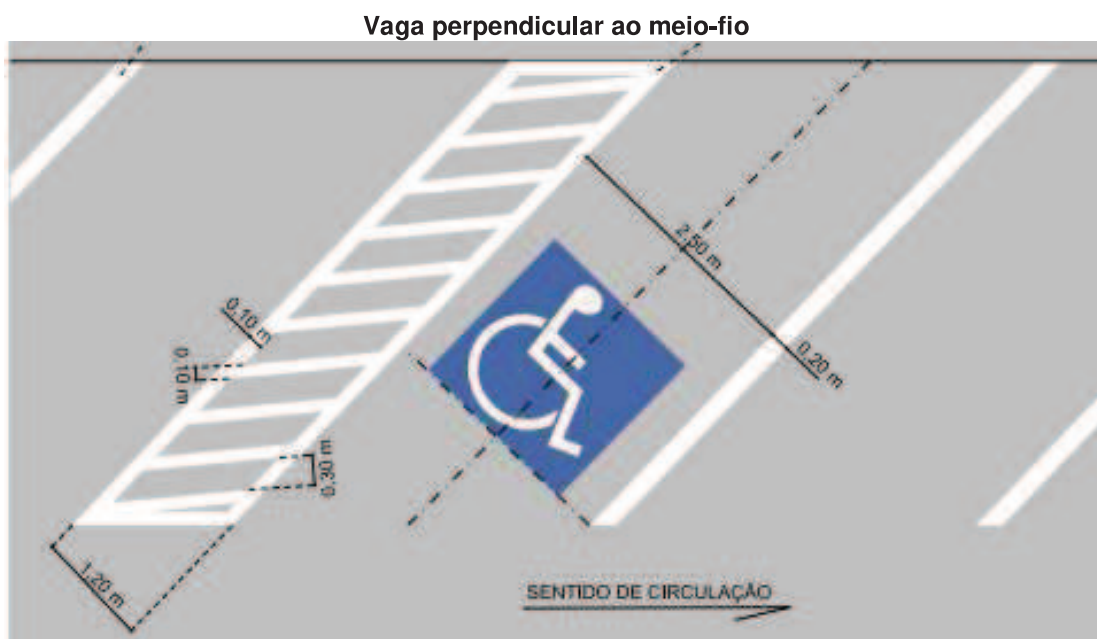
As vagas para estacionamento de veículos que conduzam ou sejam conduzidos por pessoas com deficiência devem:

- Ter sinalização vertical conforme já apresentado;
- Contar com um espaço adicional de circulação com no mínimo 1,20 m de largura, quando afastadas da faixa de travessia de pedestres. Esse espaço pode ser compartilhado por duas vagas, no caso de estacionamento paralelo, perpendicular ou oblíquo ao meio fio;
- Estar vinculadas à rota acessível que as interligue aos polos de atração;
- Estar localizada de forma a evitar a circulação entre veículos;
- Ter piso regular e estável;
- O percurso máximo entre a vaga e o acesso à edificação ou elevadores deve ser de no máximo 50 m.

As dimensões das vagas destinadas a deficientes físicos devem seguir as exigências:



Autor: COTRAN resolução 236/07



Autor: COTRAN resolução 236/07



Dever ser realizada apenas a execução de uma única vaga para deficiente físico.

As portas devem ser identificadas com placas em braille, banheiros da C.A.E. e porta de entrada do Fórum.

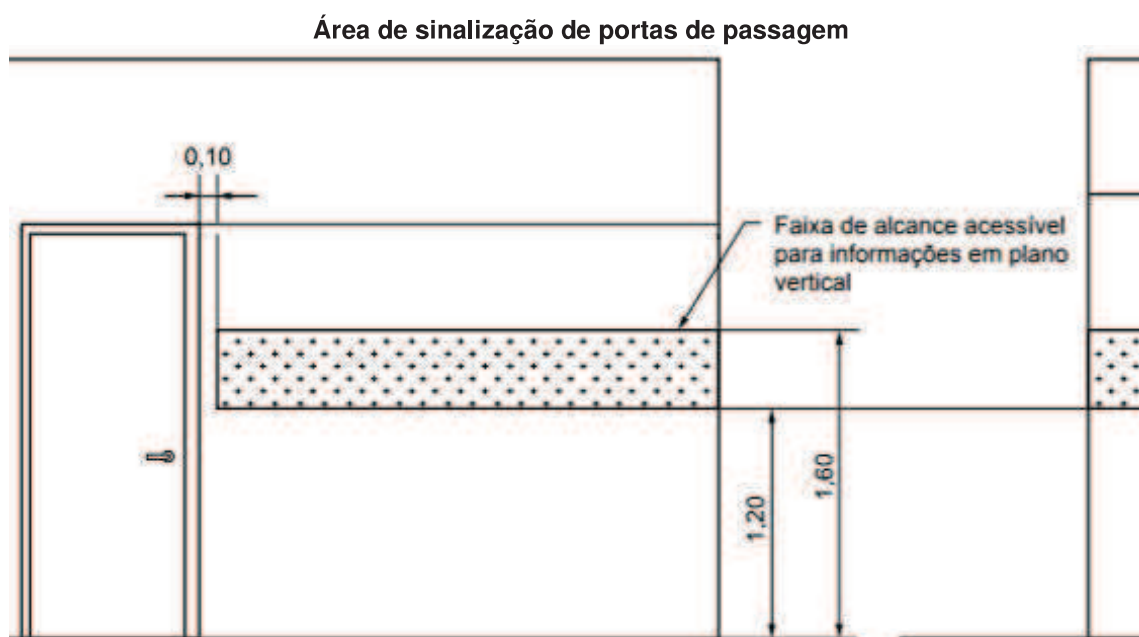
A sinalização deve estar na faixa de alcance entre 1,20 e 1,60m em plano vertical.

A sinalização quando instaladas nas portas, deve ser centralizada, e não pode conter informações táteis. Para complementar a informação instalada na porta, deve existir informação tátil ou sonora na parede adjacente a ela ou batente.

Em portas duplas, com maçaneta central, instalar ao lado da porta direita.

Nas passagens a sinalização deve ser instalada na parede adjacente.

Os elementos de sinalização devem ter formas que não agredam os usuários, evitando cantos vivos e arestas cortantes.



O modelo de placa de braile a ser utilizado no Fórum, deve seguir os padrões da placa apresentada abaixo:

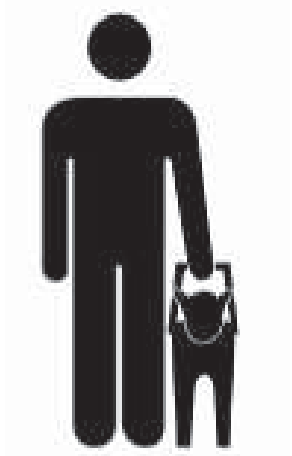
**Placas em braile**



**Autor: NBR 9050 / 2015**

A entrada do Fórum deve ser sinalizada quanto a admissão de cão guia.

**Pessoa com deficiência visual acompanhada de cão guia**



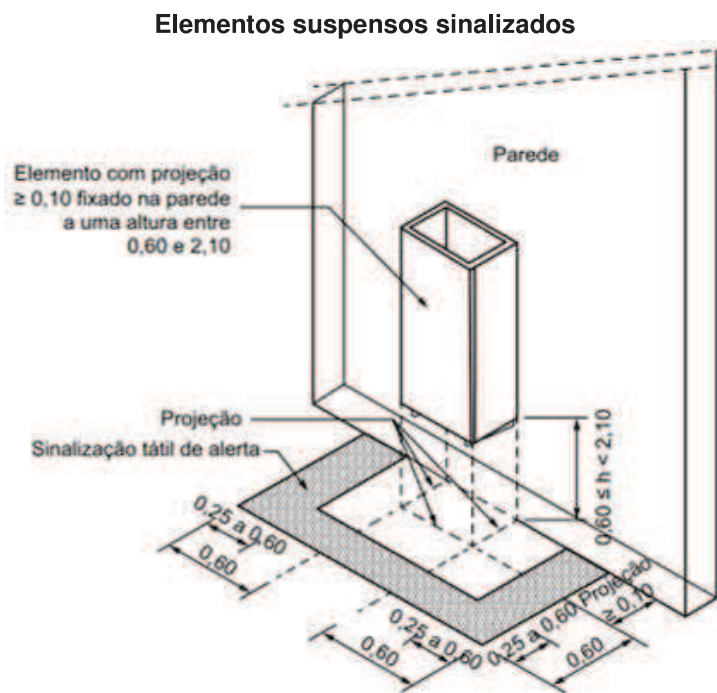
**Autor: NBR 9050 / 2015**

### 3.3 SERVIÇOS INTERNO ACESSIBILIDADE

#### 3.3.1 Piso tátil

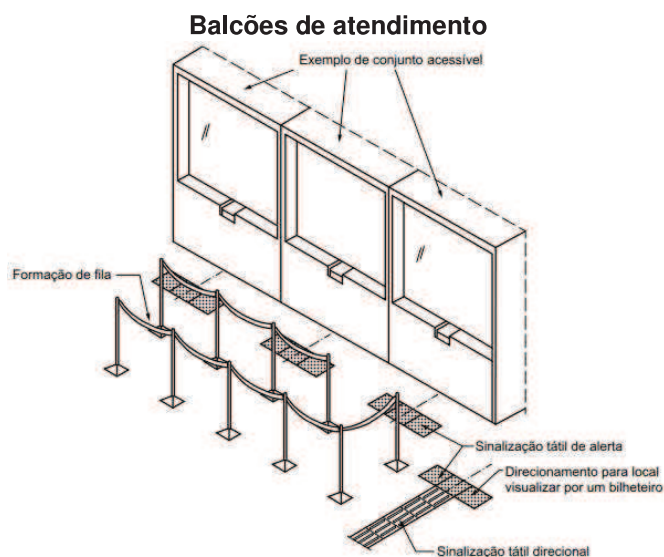
Além das especificações já apresentadas no item acessibilidade pública externa à edificação – passeio devem ser atenção as seguintes exigências:

Aos elementos suspensos, deve haver sinalização tátil de alerta no entorno da projeção de elementos com altura livre entre 0,60 m e 2,10 m, distando 0,60 m do limite da projeção. A largura da sinalização tátil de alerta deve variar entre 0,25 m e 0,60 m.



Autor: NBR 16537 / 2016

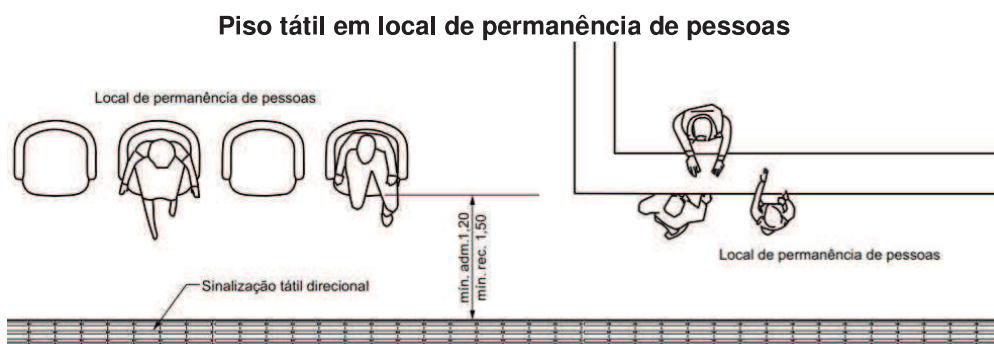
Os balcões de atendimento, deve haver sinalização tátil de direcionamento para um local próximo a um conjunto de balcões de atendimento ou equipamentos de autoatendimento.



**Autor: Alterado NBR 16537 / 2016**

Na sinalização tátil junto aos balcões de atendimento, bancos ou locais onde haja aproximação ou permanência de pessoas, a distância da sinalização tátil de direcionamento deve ser maior ou igual a 1,20 m, sendo recomendável distância mínima de 1,50 m.

Em locais onde haja possibilidade concentração de pessoas, a sinalização tátil de direcionamento deve ser posicionada de forma a não ser obstruída.

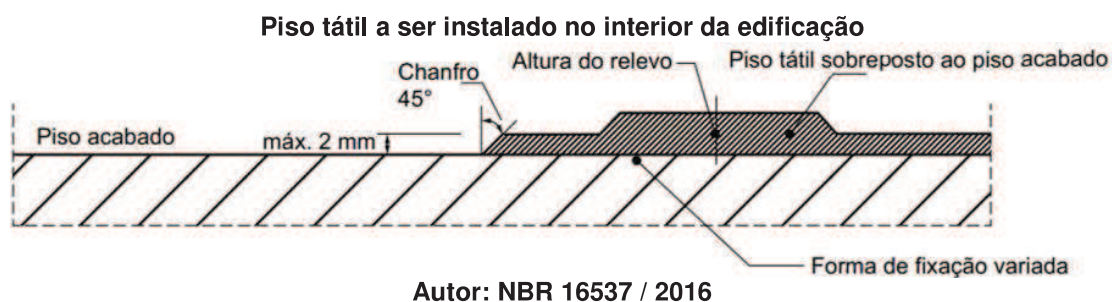


**Autor: NBR 16537 / 2016**

Em relação a instalação de piso tátil sobre pisos já instalados do Fórum Eleitoral, admite-se o uso de pisos táteis sobrepostos, sendo considerada a altura do relevo como a altura total do piso sobreposto. O desnível entre a

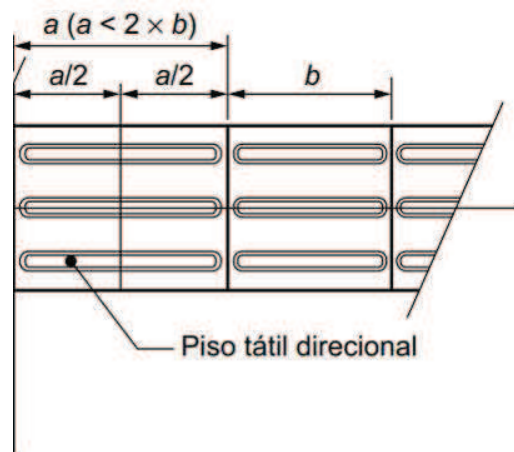


superfície do piso acabado e a superfície do piso tátil não pode exceder 2 mm, devendo ser chanfrado nas bordas, a 45°.

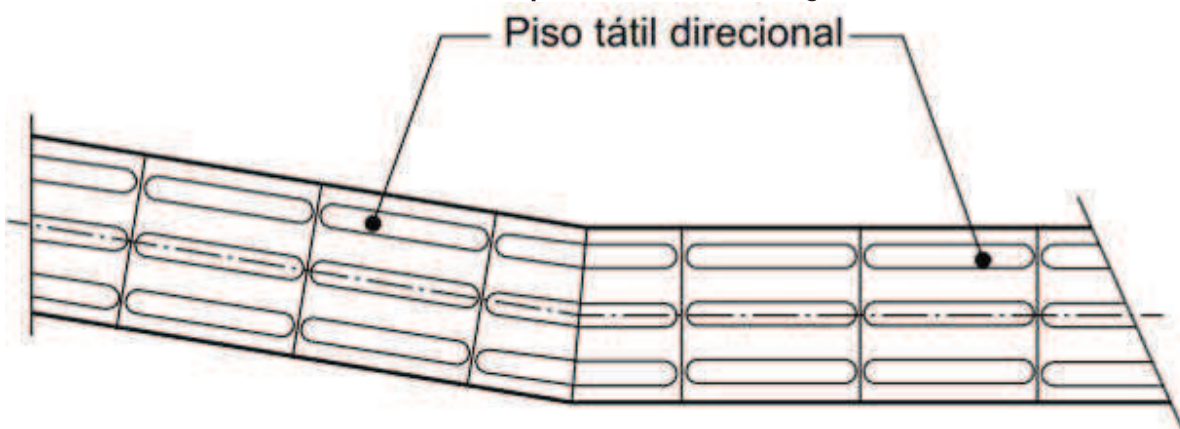


As especificações de corte de piso devem seguir as especificações:

**Corte e emenda de piso tátil direcional ortogonal**



**Corte e emenda de piso tátil direcional angular**



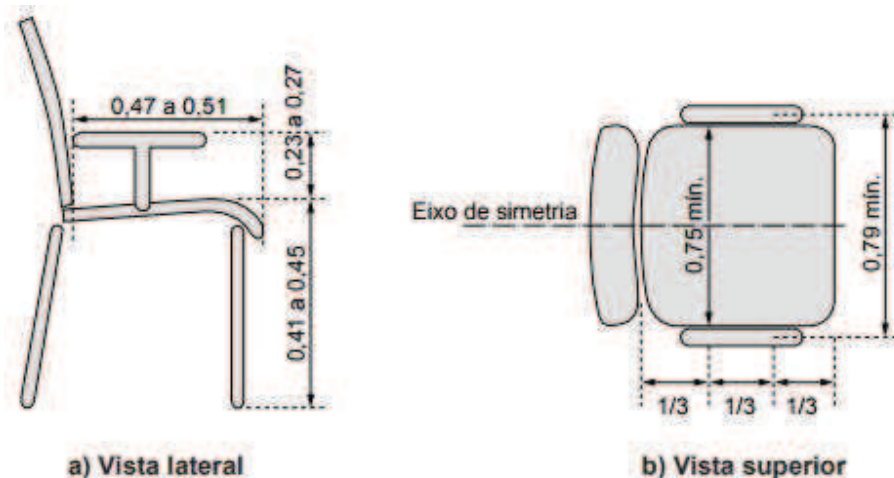
Para os pisos táteis de alerta, deve ser evitado o corte das peças no alinhamento dos relevos (saliências das placas).

### 3.3.2 Assentos fixos

Quando houver local para espera com assentos fixos, deve ser garantido 5 %, com no mínimo um, dos assentos para pessoas obesas.

Os assentos devem ter as seguintes medidas: profundidade mínima de 47cm e máxima de 51cm; a largura mínima do assento deve ser de 75cm; altura mínima de 41cm e máxima de 45cm; ângulo de inclinação do assento em relação a horizontal deve ficar entre 2 e 5 graus, e a inclinação do encosto em relação ao assento deve ser de 100 a 105 graus; quando providos de braços, deve ter altura entre 23 e 27cm em relação ao assento.

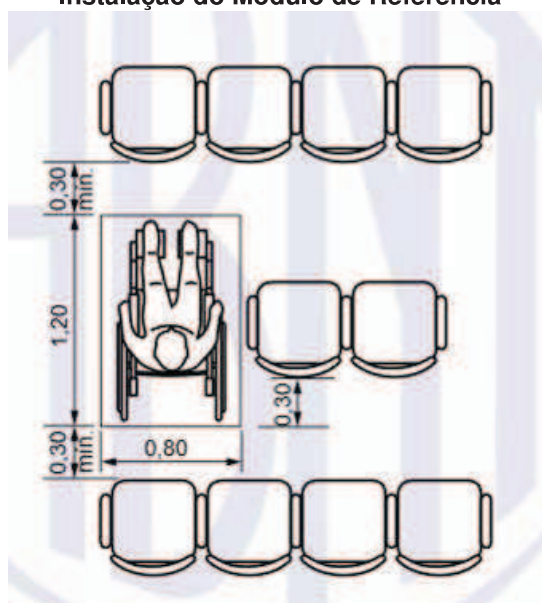
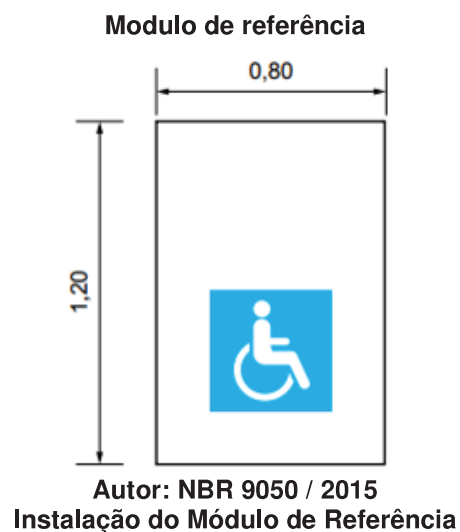
#### Assentos destinados a pessoas obesas



Autor: NBR 9050 / 2015

Os assentos para pessoas obesas devem suportar uma carga mínima de 250kg.

Para deficientes físicos, deve ser garantido um módulo de referência ao lado dos assentos fixos, sem interferir com a faixa livre de circulação.



### 3.3.3 Infra para os Bebedouros

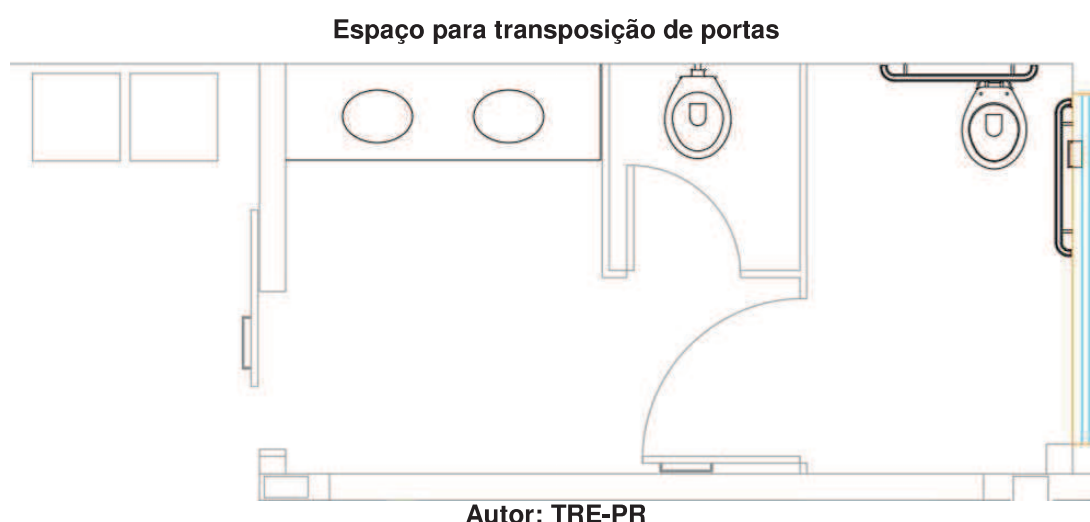
Deve-se instalar bebedouros com no mínimo duas alturas diferentes de bica, sendo uma de 0,90 m e outra entre 1,00 m e 1,10 m em relação ao piso acabado.

A bica deve ser do tipo de jato inclinado, estar localizado no lado frontal do bebedouro, permitir a utilização por meio de copos e ser de fácil higienização.

O bebedouro de altura de bica de 0,90 m deve ter altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso acabado, e deve ser garantido um módulo de referência para a aproximação frontal.

### 3.3.4 Banheiros

Como não existe espaço físico para a alteração do sentido das portas, será necessária a realização de alteração de modelo de porta, devem ser instaladas nas entradas dos banheiros portas de correr.



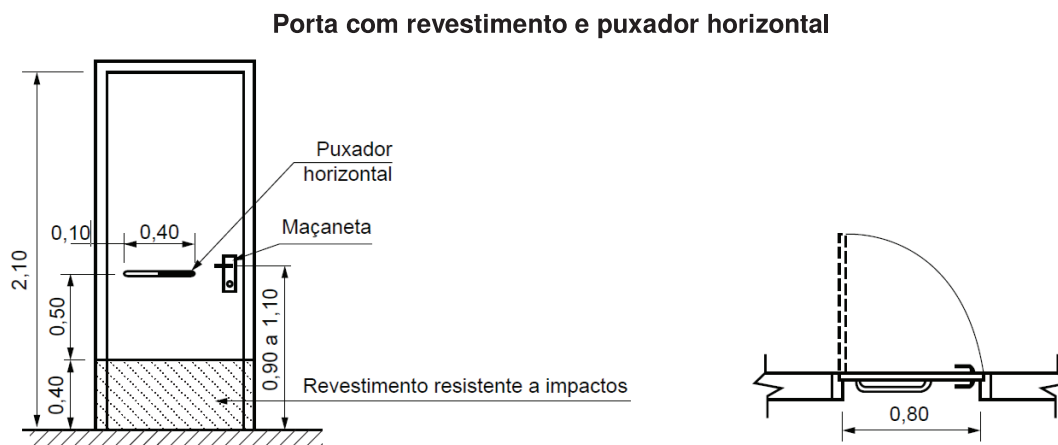
#### 3.3.4.1 Portas

As portas devem ter condições de serem abertas com um único movimento, e suas maçanetas devem ser do tipo alavanca, instaladas a uma altura entre 0,80 m e 1,10 m. Recomenda-se que as portas tenham, na sua parte inferior, no lado oposto ao lado da abertura da porta, revestimento resistente a impactos provocados por bengalas, muletas e cadeiras de rodas, até a altura de 0,40 m a partir do piso.

As portas de sanitários e vestiários devem ter, no lado oposto ao lado da abertura da porta, um puxador horizontal, associado à maçaneta. Deve estar



localizado a uma distância de 0,10 m do eixo da porta (dobradiça) e possuir comprimento mínimo de 0,40 m, com diâmetro variando de 35 mm a 25 mm, instalado a 0,90 m do piso. O dispositivo de travamento deve observar o descrito em 4.6.8. Recomenda-se que estas portas ou batentes tenham cor contrastante com a da parede e do piso de forma a facilitar sua localização.



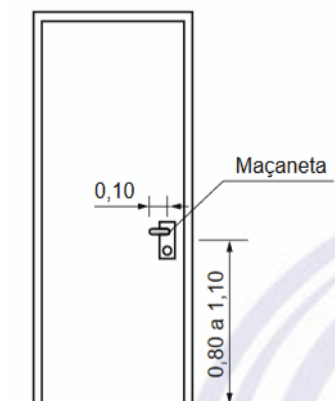
**Autor: NBR 9050 / 2015**

Quando a porta instalada for do tipo de eixo vertical, deve abrir para o lado externo do sanitário ou boxe e possuir um puxador horizontal no lado interno do ambiente, medindo no mínimo 0,40 m de comprimento, afastamento de no máximo 40 mm e diâmetro entre 25 mm e 35 mm.

Os elementos de acionamento para abertura de portas devem possuir formato de fácil pega, não exigindo firmeza, precisão ou torção do pulso para seu acionamento.

As maçanetas devem preferencialmente ser do tipo alavanca, possuir pelo menos 100mm de comprimento e acabamento sem arestas e recurvado na extremidade, apresentando uma distância mínima de 40mm da superfície da porta. Devem ser instaladas a uma altura que pode varia entre 80cm e 110cm do piso acabado.

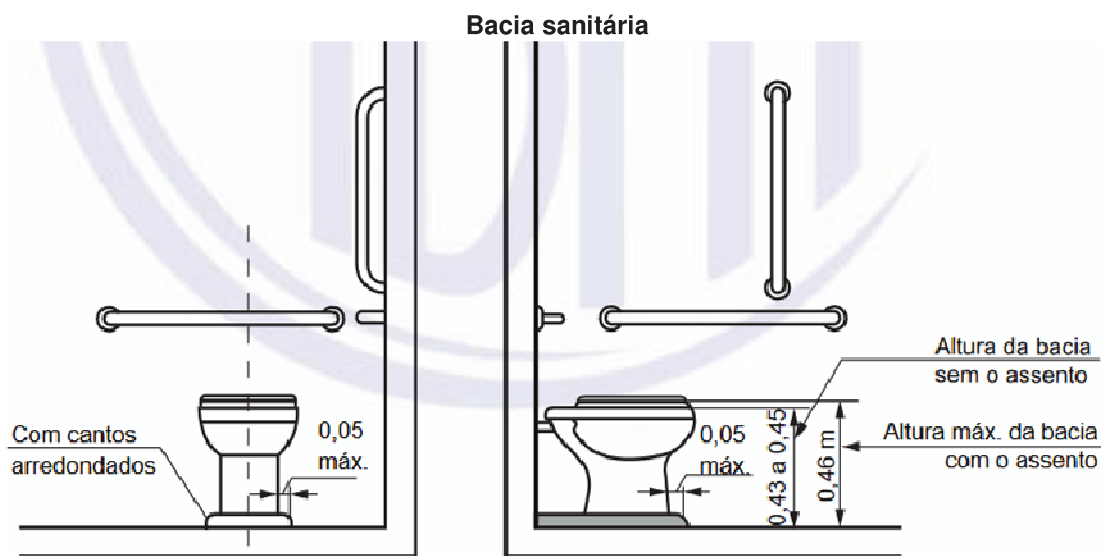
### Maçaneta da porta dos banheiros para deficientes físicos



Autor: Alterado NBR 9050 / 2015

### 3.3.4.2 Bacias sanitárias

As bacias e assentos sanitários acessíveis não podem ter abertura frontal e devem estar a uma altura entre 0,43m e 0,45m do piso acabado, medidas a partir da borda superior sem o assento. Com o assento, esta altura deve ser de no máximo 0,46m para as bacias de adulto.



Autor: Alterado NBR 9050 / 2015

As bacias sanitárias, especificadas em planilha orçamentária, dispensam a utilização de sóculo para atingir a altura necessária.

Junto à bacia sanitária deverão ser instaladas as barras de apoio, conforme as seguintes especificações:

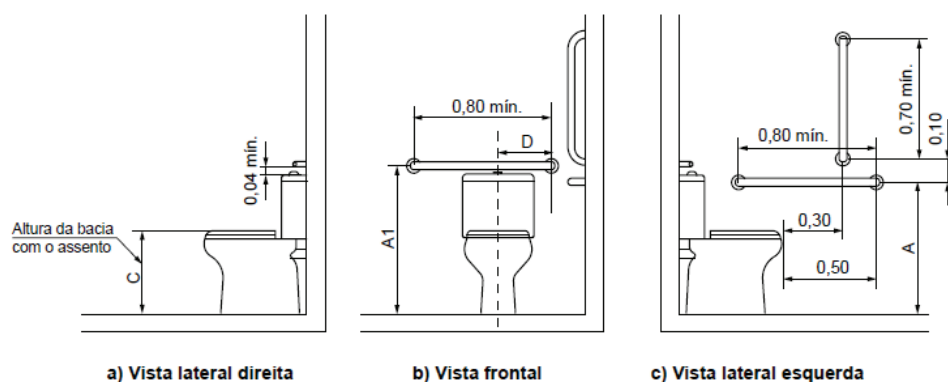
Na parede do fundo, deve ser instalada uma barra reta com comprimento mínimo de 80cm, posicionada horizontalmente, a 75cm de altura do piso acabado (medido pelos eixos de fixação), com uma distância máxima de 11cm da sua face externa à parede e estendendo-se 30cm além do eixo da bacia em direção à parede lateral.

Quando houver parede lateral, devem ser instaladas barras para apoio e transferência, Uma barra reta horizontal com comprimento mínimo de 80cm, posicionada horizontalmente a 75cm de altura do piso acabado (medidos pelos eixos de fixação) a uma distância de 40cm entre o eixo da bacia e a face da barra e deve estar posicionada a uma distância de 50cm da borda frontal da bacia sanitária. Também deve ser instalada uma barra reta com comprimento mínimo de 70cm, posicionada verticalmente a 10cm acima da barra horizontal e 30cm da borda frontal da bacia sanitária.



Para bacias sanitárias com caixa acoplada, que possuam altura que não permita a instalação da barra, esta pode ser instalada a uma altura de até 0,89m do piso acabado (medido pelos eixos de fixação), devendo ter uma distância máxima de 0,11m da sua face externa à parede, distância mínima de 0,04m da superfície superior da tampa da caixa acoplada e 0,30m além do eixo da bacia em direção à parede lateral. A barra reta na parede do fundo pode ser substituída por uma barra lateral articulada, desde que a extremidade da barra esteja a no mínimo 0,10m da borda frontal da bacia

### Barras de apoio das bacias sanitárias com parede na lateral



Autor: NBR 9050 / 2015

As especificações das medidas estão apresentadas abaixo:

### Medidas das barras de apoio das bacias com caixa acoplada

#### Legenda

Cotas	Adulto m	Infantil m
A	0,75	0,60
A1 máximo	0,89	0,72
B	0,40	0,25
C	0,46	0,36
D	0,30	0,15

Autor: NBR 9050 / 2015

O mecanismo de acionamento de descarga em caixa acoplada deve estar localizado dentro do alcance manual de pessoas em cadeira de rodas.

O mecanismo de acionamento de descarga em caixa acoplada pode ser por alavanca, sensores eletrônicos ou dispositivos equivalentes.

Os controles, botões, teclas e similares devem ser acionados através de pressão ou de alavanca. Recomenda-se que pelo menos uma de suas dimensões seja igual ou superior a 2,5 cm.

As especificações das medidas estão apresentadas abaixo:



#### Medidas das barras de apoio das bacias sem parede na lateral

Cotas	Adulto m	Infantil m
A	0,75	0,60
A1 máximo	0,89	0,72
B	0,40	0,25
C	0,46	0,36
D	0,30	0,15

Autor: NBR 9050 / 2015

#### 3.3.4.3 Lavatórios

Um modelo de lavatório de bancada, similar aos instados no Fórum estão apresentados a seguir:

##### Lavatórios acessíveis executados no Fórum Eleitoral de Araucária



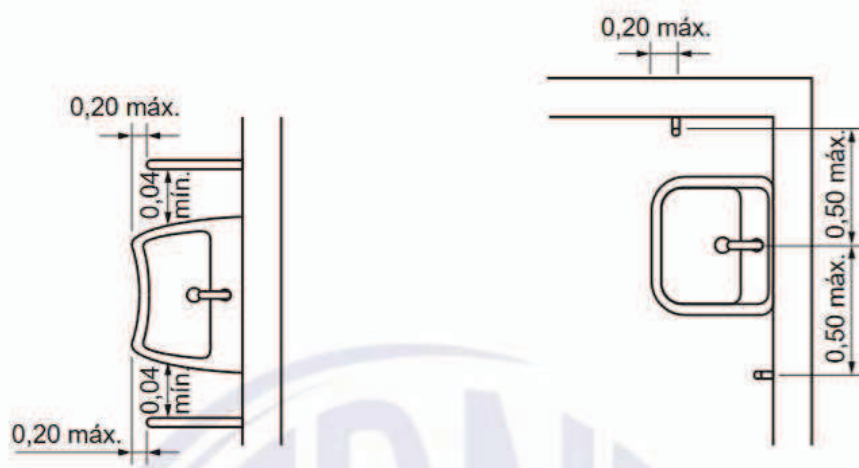
Autor: TRE-PR

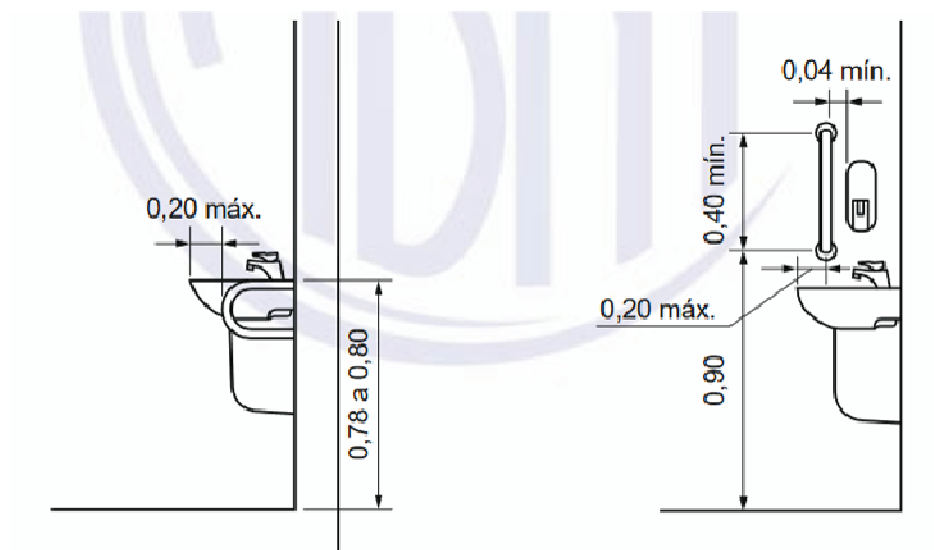
Nos lavatórios, suas fixações e ancoragens devem atender no mínimo aos esforços previstos nas NBR 15097-2 / 2011.

As barras de apoio dos lavatórios podem ser horizontais e verticais. Quando instaladas, devem ter uma barra de cada lado conforme exemplos a seguir e garantir as seguintes condições:

- a) ter um espaçamento entre a barra e a parede ou de qualquer outro objeto de no mínimo 4cm, para ser utilizada com conforto;
- b) ser instaladas até no máximo 20cm, medido da borda frontal do lavatório até o eixo da barra para permitir o alcance;
- c) garantir o alcance manual da torneira de no máximo 50cm, medido da borda frontal do lavatório até o eixo da torneira;
- d) as barras horizontais devem ser instaladas a uma altura 78cm a 80cm medido a partir do piso acabado até a face superior da barra, acompanhando a altura do lavatório;
- e) as barras verticais devem ser instaladas a uma altura de 90cm do piso e com comprimento mínimo de 40cm, garantindo a condição da alínea;
- f) ter uma distância máxima de 50cm do eixo do lavatório ou cuba até o eixo da barra vertical instalada na parede lateral ou na parede de fundo para garantir o alcance.

#### Lavatórios e barras de apoio





Autor: NBR 9050 / 2015

Os lavatórios devem ser equipados com torneiras acionadas por alavancas, com esforço máximo de 23 N, torneiras com sensores eletrônicos ou dispositivos equivalentes. Quando utilizada torneira com ciclo automático, recomenda-se com o tempo de fechamento de 10 a 20 segundos, atendendo a todos os requisitos da NBR 13713 / 2009.

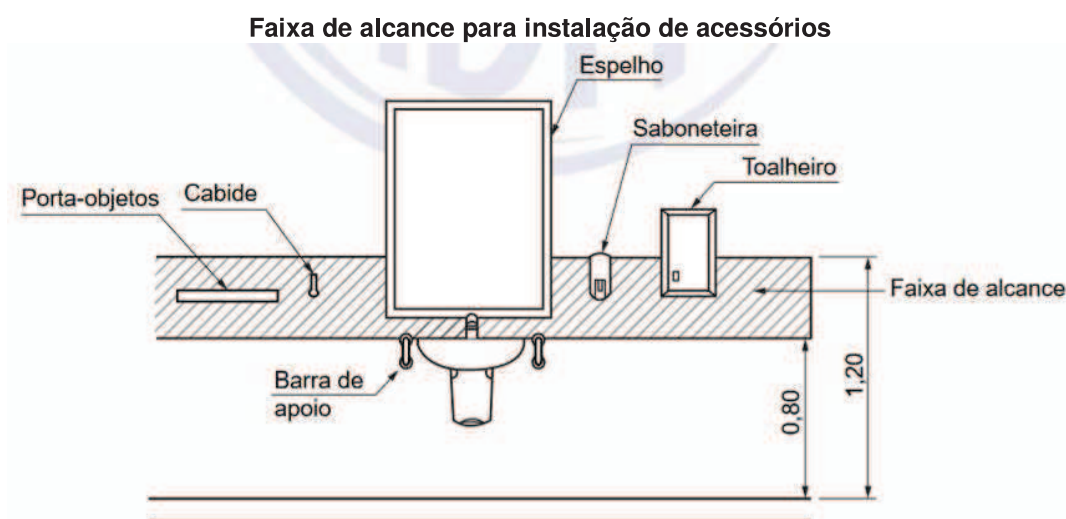
Torneira



Autor: Condec - Docol

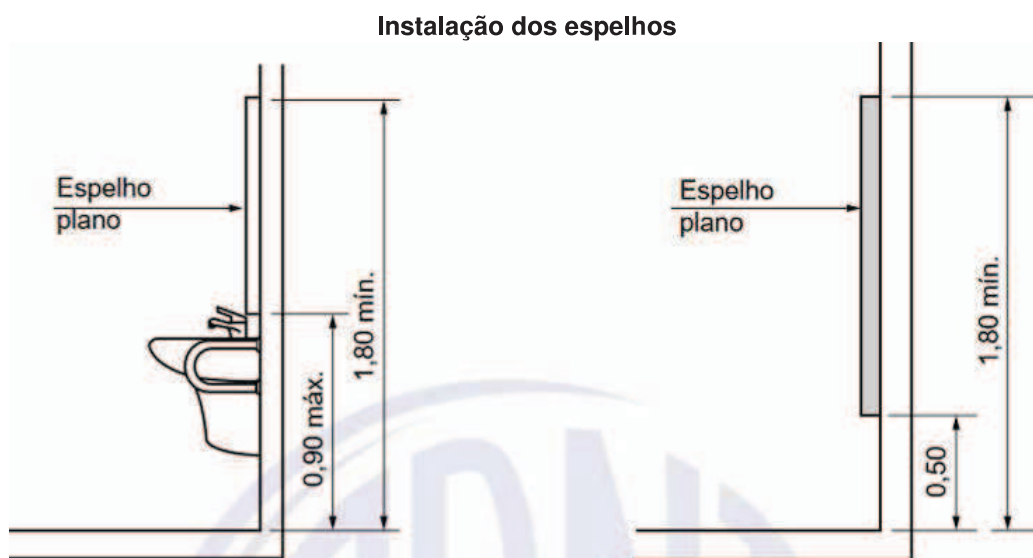
### 3.3.4.4 Acessórios

Os acessórios para sanitários, como saboneteira e toalheiros, devem ter sua área de instalação dentro da faixa de alcance acessível.



Autor: NBR 9050 / 2015

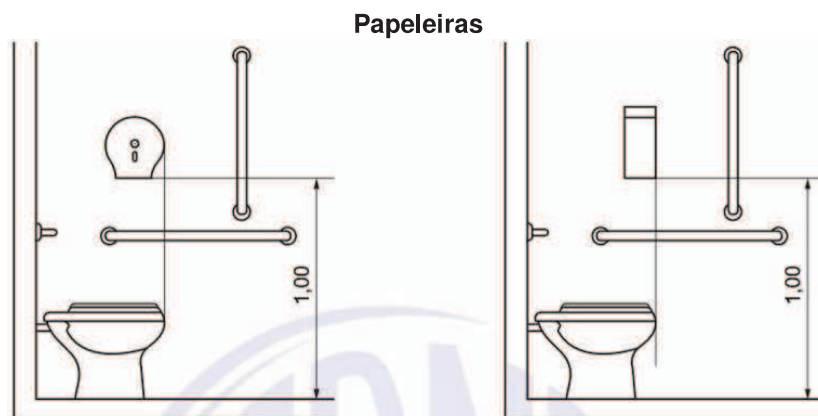
Os espelhos podem ser instalados em paredes sem pias. Podem ter dimensões maiores, sendo recomendável que sejam instalados entre 50 e 180cm de relação ao piso acabado.



Autor: NBR 9050 / 2015



As papeleiras de sobrepor que por suas dimensões devem ser alinhadas com a borda frontal da bacia, acesso ao papel deve ser livre e de fácil alcance. Não podem ser instaladas abaixo de 100cm de altura do piso acabado, para não atrapalhar o acesso à barra de apoio. Nos casos de bacias sanitárias sem parede ao lado, a barra de apoio deve ter um dispositivo para colocar o papel higiênico.

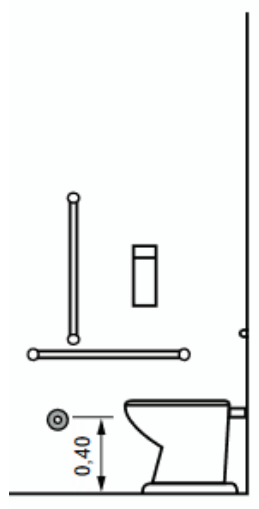


Autor: NBR 9050 / 2015

#### 3.3.4.5 Alarme de emergência

Deve ser instalado dispositivo de alarme de emergência próximo a bacia sanitária, para acionamento por uma pessoa sentada ou em caso de queda. A altura de instalação deve ser de 40cm do piso.

#### Alarme de emergência



Autor: NBR 9050 / 2015

### 3.3.4.6 Porta de saída de emergência

A porta de entrada da Central de Atendimento ao Eleitor (C.A.E.) é adotada como saída de emergência para os respectivos ambientes com comunicação direta ao exterior e é designada como porta de vidro de correr. Segundo os itens 5.5.4.1.1 e 5.5.4.6.2 da NPT11/2016, as portas de saída de emergência devem permanecer permanentemente abertas durante o horário de funcionamento.

### 3.3.4.7 Alarme de incêndio

Deve ser adotado sinalização visual e sonora em pontos chave das rotas de fuga, portanto deve ser acrescido ao bloco de iluminação autônomo sobre a saída de emergência um acionador de alarme manual, semelhante aos dispositivos especificados para as áreas dos banheiros.

Deve ser instalado o dispositivo de bateria, evitando a necessidade de criação de infraestrutura elétrica. Junto a botoeira deve ser instalado adesivo e placa em braille com inscrições alusivas “em caso de emergência pressionar o botão”.

O modelo de acionador e sinalizador para evacuação do edifício em caso de incêndio ou calamidades.

**Alarme de incêndio para evacuação**



**Autor: Engelfire**

## **3.4 REFORMA**

### **3.4.1 Coberturas**

#### **3.4.1.1 Platibandas**

Existem platibandas com ausência de um revestimento de acabamento. A execução de um revestimento não tem só função estética, mas também da proteção da parede contra intempéries, evitando a ocorrência de infiltrações no interior da edificação. A NBR 13749 especifica-se que os revestimentos externos precisam ter propriedades hidrofugantes. A realização do acabamento nas platibandas deve obedecer às etapas de chapisco, emboço, reboco e aplicação de massa acrílica conforme a NBR 7200. A massa acrílica pode ser substituída por selante e aplicação de textura ou grafiato.

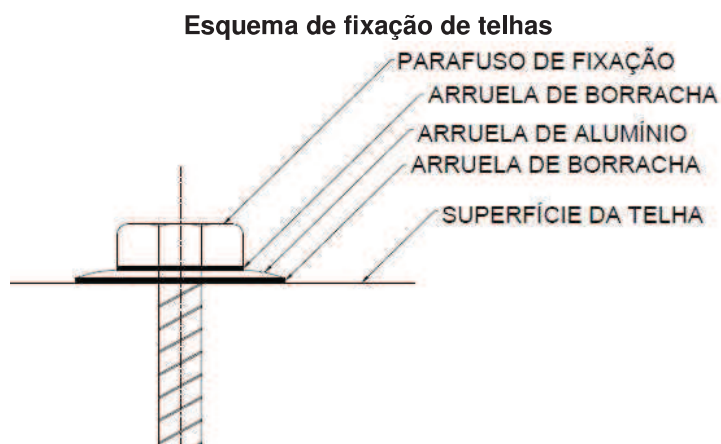
Algumas platibandas cobertura encontram-se fissuradas, além do aspecto de abandono, a situação é propícia a entrada de água (infiltrações no interior da edificação) que comprometem os acabamentos internos e até mesmo a estrutura.

Para a realização do tratamento das superfícies, deve ser realizada a limpeza da superfície e posteriormente deverá ser realizada a aplicação de massa acrílica, respeitando as instruções da NBR 7200.

#### **3.4.1.2 Fixações das telhas**

Existe a necessidade de remover a massa plástica aplicada e reinstalar os fixadores, utilizando borrachas e arruelas de metal para garantir a impermeabilização do furo.

Os fixadores, devem ser acrescidos nos fixadores uma arruela de borracha entre a arruela metálica e a cabeça do parafuso.

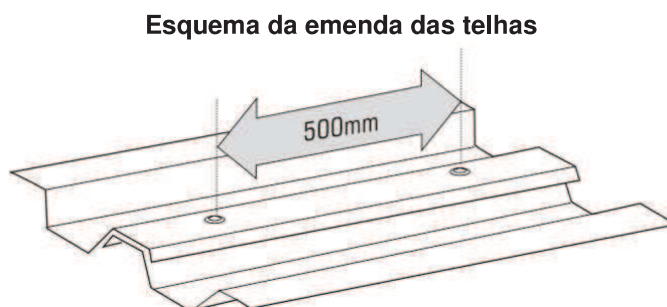


Autor: TRE-PR

### 3.4.1.3 Telhas metálicas e de fibrocimento

É necessário que sejam substituídas as peças para que não haja comprometimento da cobertura, pela não eficácia no escoamento da água. Uma revisão na cobertura, considerando a substituição dos parafusos se faz necessária pois alguns deles encontram-se frouxos.

Nas telhas metálicas, a união das chapas metálicas das telhas deve ocorrer com a aplicação de mastique a base de poliuretano (devido à baixa inclinação das telhas), além do mastique, sobre as emendas ainda devem ser realizadas as fixações de rebites herméticos de 2,2mm de diâmetro.

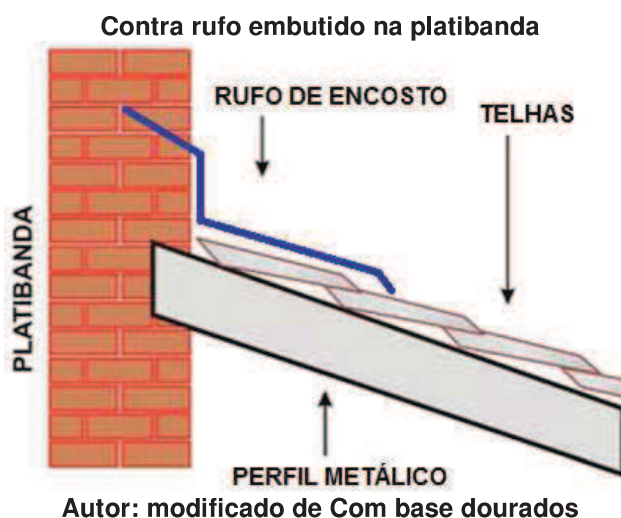


Autor: ETERNIT



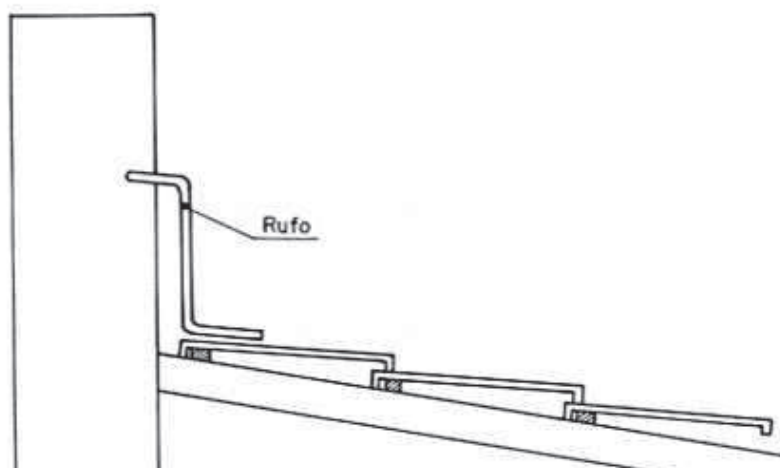
#### 3.4.1.4 Rufos de encosto da cobertura

Os rufos de encosto devem ser reinstalados de forma a ficarem embutidos na platibanda e fixados com o auxílio de mastique (selante elástico a base de poliuretano), com inclinação de 45°. Não devem ser utilizados parafusos de fixação no processo.



O modelo de fixação dos contra rufos não é especificado na NBR 7196/2014. No entanto a NBR 8039/1983 especifica e detalha como deve ser instalado o rufo de encosto (de forma embutida).

Instalação de rufos (rufo de encosto).

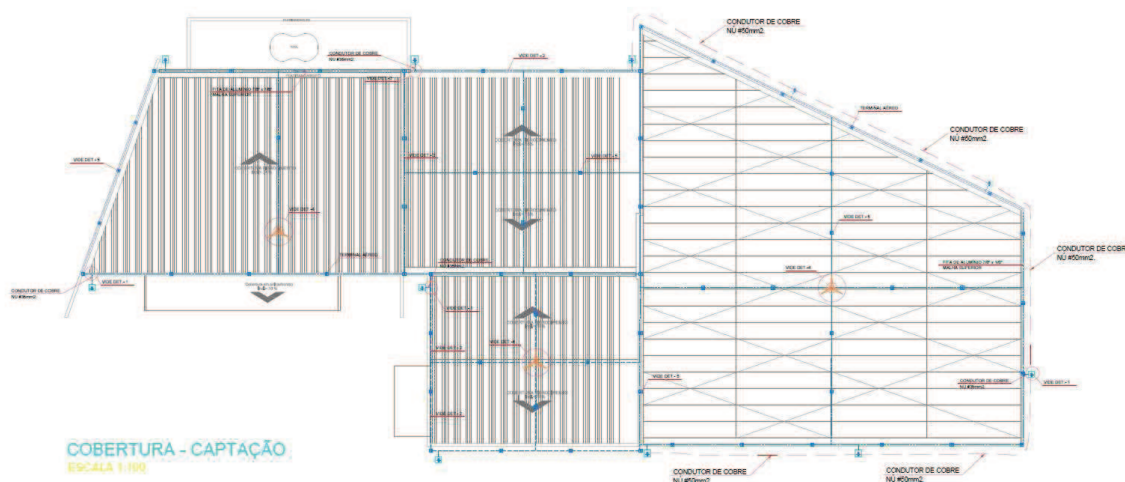


Autor: NBR 8039/1983.

### 3.4.2 SPDA

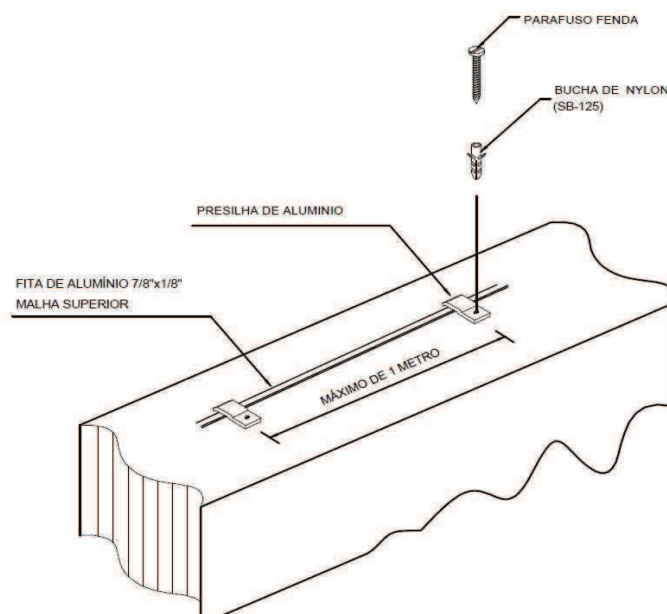
O sistema de SPDA passará por reforma pois as barras condutoras estão soltas e danificadas no telhado.

O subsistema de captação está apresentado na prancha específica do projeto e de forma simplificada na imagem abaixo.



**Projeto SPDA**

O condutor de captação (captor horizontal) que compõe a Gaiola de Faraday será de barra chata de alumínio 7/8" x 1/8", a malha circulará todo o perímetro da platibanda da edificação bem como das áreas altas onde existe a mínima probabilidade de incidência de descarga atmosférica. A imagem abaixo ilustra a maneira correta da instalação.



**Detalhe SPDA**

Além disso, o sistema prevê o fornecimento e instalação de terminais aéreos de 300mm e a instalação de 3 mastros completos com para-raios do tipo Franklin.

O subsistema de descidas deverá ser executado através de barras chatas de alumínio 7/8" x 1/8". Os condutores de descida devem ser retilíneos e verticais, de modo a prover o trajeto mais curto para a terra. Curvas fechadas devem ser evitadas. Ainda nestas descidas os condutores deverão ser protegidos por tubos de PVC rígido Ø 1.1/2" x 3m. As descidas deverão ser executadas e instaladas no sistema de aterramento existente.

O subsistema de aterramento já existe em todo o perímetro da edificação e será mantido. Para conexão entre as descidas do SPDA e a malha de aterramento, deverão ser utilizadas as caixas de passagem existentes na área antiga da edificação. Na parte ampliada do edifício será prevista a demolição de pisos, instalação de caixas de inspeção de piso e conexão entre descidas e aterramento e posterior recomposição de pisos afetados. As demais informações encontram-se na prancha específica do projeto.

### **3.4.3 Esquadrias**

As janelas estão com problemas de infiltração por falta de vedação adequada e o modelo de janela (ausência de contra-marco) na área ampliada da edificação. É necessário retirar as esquadrias, refazer o acabamento das alvenarias com infiltração, regularizar o peitoril com argamassa e reboco, colocar o granito e recolocar as esquadrias com vedação completa.

### **3.4.4 Fissuras nas paredes e infiltrações nas paredes**

As fissuras podem ocorrer devido a retração em emboço, dilatação térmica, esforços mecânicos, recalques estruturais.

Assim sendo, para as paredes internas é necessário a demolição do emboço, do rodapé até 1,50m de altura, aplicação de impermeabilizante no tijolo (referência: Viaplus 1000), execução de chapisco e emboço com argamassa polimérica (referência: Sika), completando com massa corrida e pintura em toda o pé direito da parede.

Para as paredes externas é necessário a demolição do emboço, em todo o pé direito, aplicação de impermeabilizante no tijolo (referência: Vedapren Otto para parede), execução de chapisco e emboço com argamassa polimérica (referência: Sika), completando com massa acrílica e pintura acrílica em toda a alvenaria.

### **3.4.5 Ar-condicionado**

Várias paredes com infiltração são decorrentes dos ares-condicionados.

O isolamento térmico das tubulações frigorígenas deverá ser realizado para que não cause mais infiltrações. Além das tubulações frigorígena, o dreno do ar condicionado deve ser reparado.



### **3.4.6 Forro**

Necessária a retirada da estrutura do forro e placas de PVC, adequação do layout (hoje o forro encontra-se acima das paredes), e recolocação da estrutura com as placas, incluindo o acabamento com as longarinas nas laterais das paredes.

### **3.4.7 Piso**

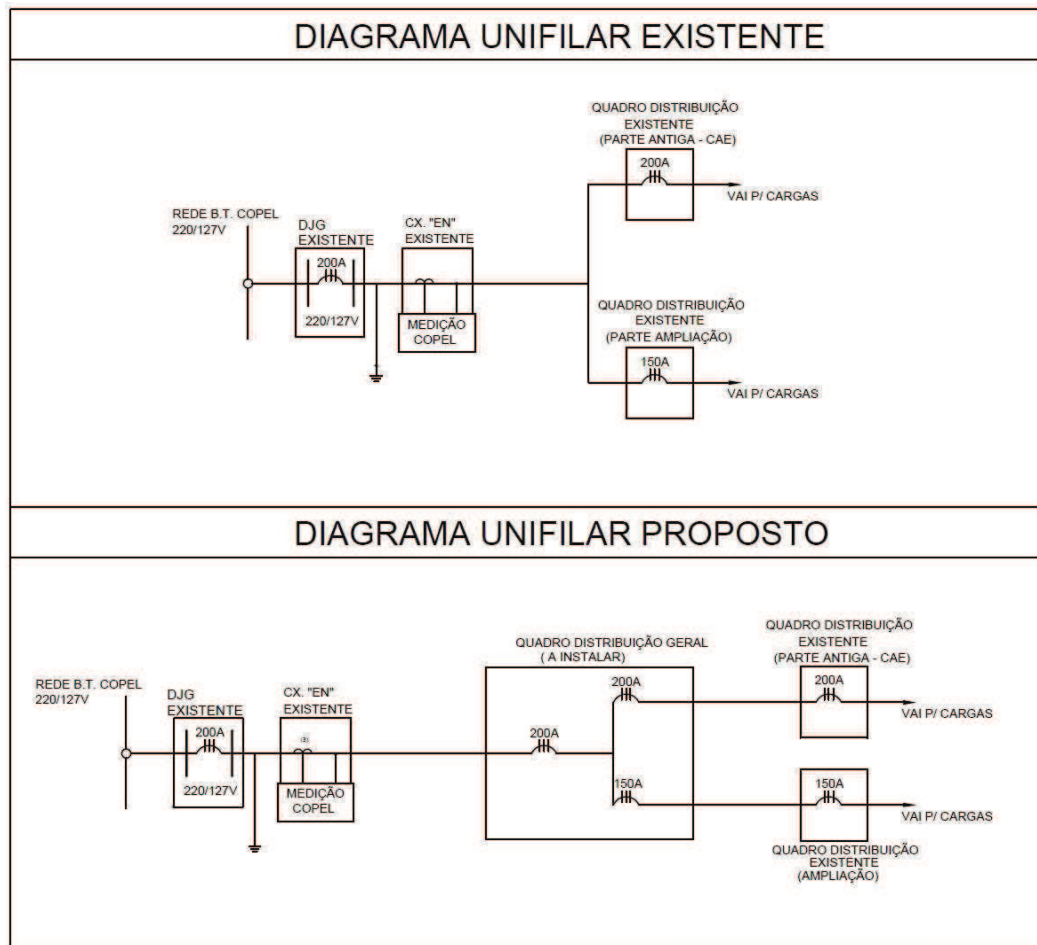
Necessário a troca de 35 pisos cerâmicos de 53,5 x 53,5cm, na CAE, no corredor dos cartórios e no piso do bebedouro.

### **3.4.8 Instalação Elétrica do ar condicionado**

Deve-se instalar uma infraestrutura específica para a finalidade de alimentação elétrica do ar condicionado, evitando o contato direto com os cabos de comunicação e à propagação de chamas em caso de curto-circuito. A instalação será do tipo aparente, o cabo do circuito elétrico do ar condicionado deverá ser separado dos cabos de comunicação com a instalação de um caminho criado por eletrodutos rígidos antichama, fixados em abraçadeiras do tipo “D” (instalação aparente) e tomada alta, instalada em condutele.

### **3.4.9 Entrada de Energia**

Para atender aos requisitos previstos na norma deve-se realizar a passagem de cabos condutores de cobre entre o medidor de energia e um novo quadro de distribuição que deverá ser fornecido e instalado, permitindo assim o seccionamento e divisão dos circuitos dos quadros elétricos de distribuição da parte antiga e da parte nova. Abaixo serão apresentados os diagramas unifilares da situação existente e da situação proposta.



Diagramas unifilares

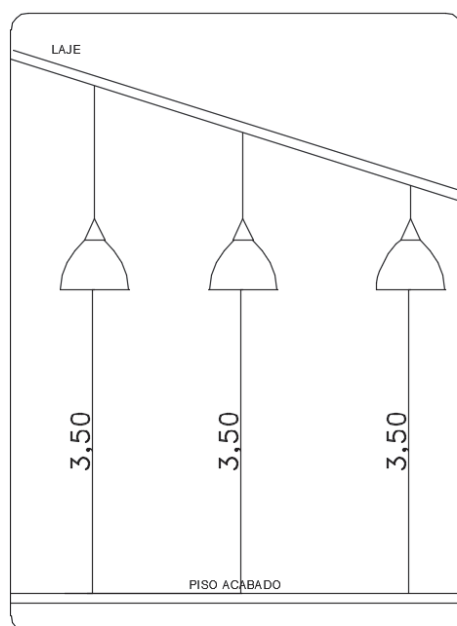
Para adequação proposta conforme recomendações da NBR 5410, deverão ser realizados os seguintes serviços:

- Retirada de caixas eletrodutos e conexões do padrão parcialmente instalado e demolição de alvenarias para abrigar novas instalações.
- Fornecimento e instalação de um novo quadro de distribuição geral com disjuntor geral trifásico de 200 A/ (mínimo 15kA) e 2 disjuntores trifásicos de 200 e 150 ampères (mínimo 10kA).
- Observação 1: O quadro fornecido deverá permitir o fechamento através de chave ou cadeado.

- Observação 2: Deverá ser instalado na mureta onde estava prevista a entrada de energia nova, protegido da chuva pela pingadeira da mureta.
- Fornecimento e instalação de conduítes/eletrodutos de 75mm (2.1/2") para passagem de cabos entre quadros de medição e distribuição geral.
- Fornecimento e instalação de condutores de cobre isolados com bitola de #95mm<sup>2</sup> isolação 0,6/1kV para interligações.
- Execução de conexões através de conectores e terminais de pressão, incluindo isolamento elétrico quando necessário.
- Chumbamento de eletrodutos e recomposição de alvenarias afetadas.

### 3.4.10 Luminária da CAE

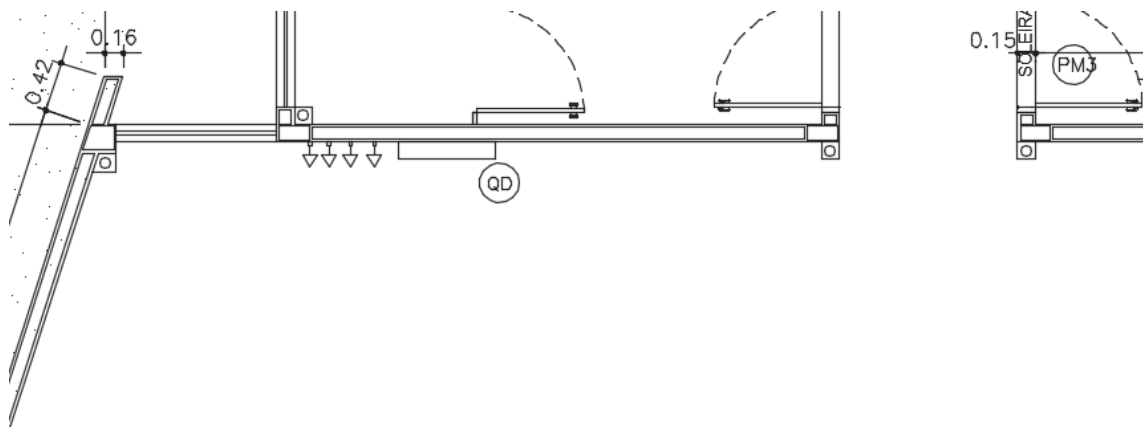
Necessário o rebaixo de 7 luminárias na CAE, utilizando cabo PP de 3 vias, deixando a uma altura de 3,50m do piso conforme detalhe abaixo:



**Detalhe – Luminárias da CAE**

### 3.4.11 Tomadas na CAE - fundos

Foi solicitada a colocação de 4 tomadas de embutir de 20ª na parede da CAE, ao lado do quadro de entrada. Será pintado somente a área em torno da demolição, sendo necessário futuramente uma pintura completa da parede.



ATENDIMENTO  
A=133.75m²

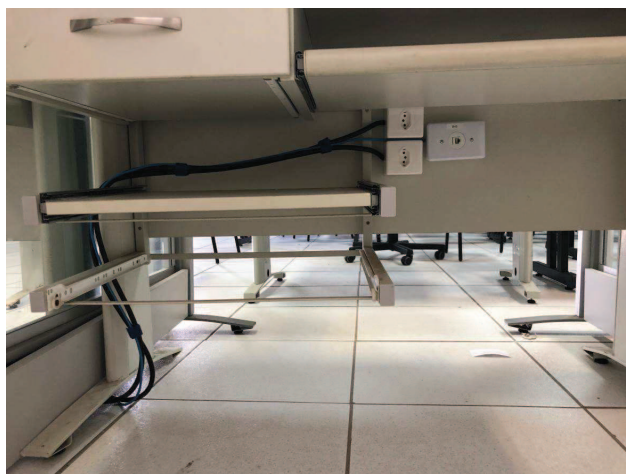


Tomadas a serem instaladas na CAE

### 3.4.12 Tomadas na CAE – guichês

Necessário colocar tampas cegas nas caixas de piso de rede e tampas com furo nas caixas de piso elétrica. As tomadas de rede e elétricas devem ficar presas internamente na mesa, conforme imagem abaixo. O cabeamento elétrico irá partir da fiação existente, realizando uma emenda dentro da caixa de piso, com tampa furada, para a passagem da fiação. O cabeamento de rede deve partir do switch existente entre as mesas.





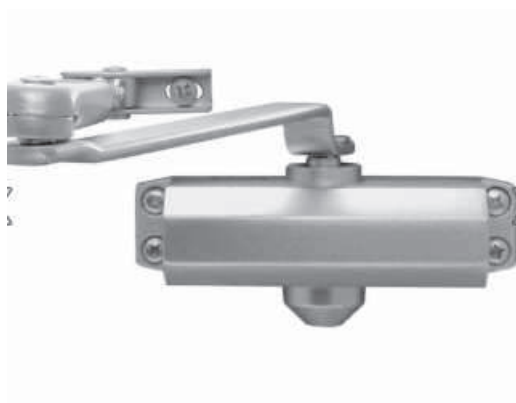
**Tomadas a serem nas mesas internamente**

### **3.4.13 Portas**

Colocar travas portas na cozinha e copa e mola área 45kg nas portas dos banheiros dos cartórios.



<http://www.dutramaquinas.com.br/p/trava-porta-metalico-de-piso-32-70-006-801>



[https://www.leroymerlin.com.br/mola-para-porta-150o-45kg-aluminio-prata-dorma\\_89599314](https://www.leroymerlin.com.br/mola-para-porta-150o-45kg-aluminio-prata-dorma_89599314)

## **4 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA ENTREGA DA OBRA**

### **4.1 Materiais**

Todos os materiais, salvo o disposto em contrário pelo CONTRATANTE, serão fornecidos pela empresa CONTRATADA.

Todos os materiais a empregar na obra serão novos, comprovadamente de primeira qualidade e satisfarão rigorosamente às condições estipuladas neste Caderno de Encargos.

A CONTRATADA só poderá usar qualquer material depois de submetê-lo, através de amostra, ao exame e aprovação da FISCALIZAÇÃO da obra e do Contrato, a quem caberá impugnar o seu emprego, quando em desacordo com as especificações.

Cada lote ou partida de material deverá, além de outras averiguações, ser comparado com a respectiva amostra, previamente aprovada.

As amostras de materiais aprovadas pela FISCALIZAÇÃO, depois de convenientemente autenticadas por esta e pela CONTRATADA, serão cuidadosamente conservadas em local identificado pela FISCALIZAÇÃO até o final dos trabalhos, de forma a possibilitar, a qualquer tempo, a verificação de sua perfeita correspondência aos materiais fornecidos ou já empregados.

Obriga-se a CONTRATADA a retirar do recinto das obras os materiais porventura impugnados pela FISCALIZAÇÃO, dentro de 48 horas, a contar da Ordem de Serviço atinente ao assunto, sendo expressamente proibido manter no recinto das obras quaisquer materiais que não satisfaçam a estas especificações e aos projetos.

### **4.2 Impugnações**

Serão impugnados pela FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE todos os trabalhos que não satisfizerem às condições contratuais. Ficará a CONTRATADA obrigada a demolir e refazer os trabalhos impugnados pelo CONTRATANTE, bem

como remover os entulhos, ficando por sua conta exclusiva as despesas correspondentes.

#### **4.3 Divergências**

Havendo divergência entre as documentações, prevalecerá a documentação que contiver as informações mais detalhadas, na seguinte ordem hierárquica (decrecente):

- Contrato
- Caderno de Encargos
- Planilha de Preços da CONTRATADA.

#### **4.4 Arremates Finais**

A inspeção minuciosa de toda a construção deverá ser efetuada pela FISCALIZAÇÃO, acompanhada da CONTRATADA para constatar e relacionar os arremates e retoques finais que se fizerem necessários. Em consequência dessa verificação, terão de ser executados todos os serviços de revisão levantados.

#### **4.5 Teste de Funcionamento**

Deverão ser realizados testes para verificação de todos os serviços realizados.

#### **4.6 Limpeza**

A obra deverá ser entregue em perfeito estado de limpeza e conservação, devendo apresentar funcionamento perfeito de todas as suas instalações e aparelhos

Todos os pisos deverão ser totalmente limpos e todos os detritos que fiquem aderentes deverão ser removidos, sem provocar danos as superfícies. Durante a limpeza da obra deve-se ter o cuidado de vedar todos os ralos para que os detritos provenientes da limpeza não venham a obstruí-los posteriormente.

Todos os metais deverão ficar totalmente limpos, polidos, tendo sido removido todo o material aderente. Todas as ferragens serão limpas e lubrificadas, substituindo-se aquelas que não apresentarem perfeito funcionamento e acabamento.

Será removido todo o entulho da obra, sendo cuidadosamente limpos e varridos os acessos.

A obra deverá ser entregue limpa, para que a FISCALIZAÇÃO efetue seu recebimento.

#### **4.7 Transporte**

A carga e o transporte de material são de responsabilidade da CONTRATADA e deverão ser feitos de forma a não danificar as instalações existentes, obedecendo-se às normas de segurança do trabalho e em horário a ser determinado pela FISCALIZAÇÃO.

#### **4.8 Verificação Final**

Será procedida cuidadosa verificação, por parte da FISCALIZAÇÃO, das perfeitas condições de funcionamento e segurança de todas as instalações e dependências da edificação, de modo que o local possa ser imediatamente utilizado.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ



Secretaria de  
Gestão de Serviços

Coordenadoria de Infraestrutura Predial  
Seção de Obras e Projetos

ANEXO VIII

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS E OBRAS

Nº DO PAD:

Nº DO CONTRATO:

LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

OBJETO:

CONTRATADA:

CNPJ:

ENGENHEIRO RESPONSÁVEL EM AUXILIAR O RECEBIMENTO:

**OBJETIVO:** Documentar o recebimento dos serviços de acordo com as exigências contratuais.

VERIFICAÇÕES	SIM	NÃO
Os serviços referentes à _____ª Medição foram finalizados, registrando-se os eventos pertinentes?		
As medições conferem com as planilhas contratuais?		
Foram cumpridos os itens de acessibilidade?		
Foi cumprida a obrigação de uso de EPIs?		
Os materiais utilizados estão de acordo com o descritivo contratual, inclusive foram atendidas marcas de referência?		
A empresa tem mantido a limpeza da obra?		
A empresa protegeu e sinalizou os locais de trabalho?		



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ



Secretaria de  
Gestão de Serviços

Coordenadoria de Infraestrutura Predial  
Seção de Obras e Projetos

Houve registro fotográfico?		
A Contratada está mantendo/manteve em dia as anotações no RDO?		
A Contratada apresentou o comprovante de descarte de materiais?		
A Contratada está usando materiais/componentes/produtos Sustentáveis?		
A Contratada está cumprindo/cumpriu os prazos de acordo com o cronograma?		
Há anexo detalhando os itens verificados?		
<b>OBSERVAÇÕES:</b>		
Se o Termo de Recebimento Provisório consignar pendências em relação à obra ou serviço, deve ser fixado, pela fiscalização, no próprio Termo, prazo razoável para os reparos, correções, remoções, reconstruções ou substituições relativas ao objeto do contrato (art. 69da Lei nº 8.666/1993).		

Declaro que a empresa \_\_\_\_\_ finalizou todos os serviços relacionados \_\_\_\_ª medição de acordo com os quantitativos relacionados nas respectivas planilhas, sendo firmado o recebimento provisório desta etapa-

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ



Secretaria de  
Gestão de Serviços

Coordenadoria de Infraestrutura Predial  
Seção de Obras e Projetos

Toledo, \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



Coordenadoria de Infraestrutura Predial  
Seção de Obras e Projetos

ANEXO IX

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE SERVIÇOS E OBRAS

Nº DO PAD Contratual:

Nº DO PAD Financeiro:

LOCAIS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OBJETO:

FORNECEDOR:

CNPJ:

SERVIDORES RESPONSÁVEIS PELO RECEBIMENTO:

**OBJETIVO:** Documentar o recebimento dos serviços de construções, reformas e ampliações de acordo com as exigências contratuais.

VERIFICAÇÕES	SIM	NÃO
Foram anexadas fotos de cada etapa e da conclusão?		
A contratada, durante o período de observação entre o Recebimento Provisório e o presente Termo, atendeu às determinações que lhe foram feitas, no sentido de realizar na obra objeto do presente termo e nas respectivas instalações, os reparos e consertos necessários devido a vícios, defeitos, ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados? Caso negativo, houve abertura de processo administrativo?		
Da vistoria realizada ficou comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais?		
Foram anexadas as listas com os itens verificados no recebimento provisório (planilhas de medição)?		
Na verificação final – recebimento definitivo – foram realizados testes de funcionamento dos itens pertinentes à etapa respectiva?		



Coordenadoria de Infraestrutura Predial  
Seção de Obras e Projetos

A contratada apresentou As built?	Não se aplica	
A contratada apresentou o ART devidamente assinado e com o comprovante de recolhimento?		
Foi conferido o funcionamento das tomadas, pontos de rede e demais funcionalidades da construção?		
A contratada apresentou o "habite-se" da obra? (no caso de edificação)		
Os demais documentos exigidos contratualmente foram apresentados?		
OBSERVAÇÕES:		

Declaro que a empresa \_\_\_\_\_ cumpriu todas as obrigações previstas para a execução dos serviços do contrato nº \_\_\_\_\_, sendo firmado o recebimento definitivo, não havendo, até o presente momento, serviços a serem reparados, corrigidos ou substituídos.

Desta forma inicia-se a partir desta data a contagem do prazo previsto no artigo 618 do Código Civil.

Toledo, \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



CONTRATO Nº. ..../20....

PAD Nº. 10218/2018

**ANEXO X**  
**MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL  
REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ E A  
EMPRESA .....**

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666 de 21.06.93, suas alterações e demais legislações pertinentes, regularmente autorizado pelo ordenador da despesa, Termo de Abertura de Licitação nº 11/2019, PAD nº 10218/2018, pelo Pregão Eletrônico nº.....e a proposta vencedora, de um lado o:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, inscrito no **CNPJ** sob nº. **03.985.113/0001-81**, com sede na Rua João Parolin, nº. 224, Prado Velho, Curitiba/PR, CEP: 80.220-902, telefone: (41) 3330-8500, regularmente autorizado pelo ordenador de despesa, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa:

....., inscrita no **CNPJ** sob nº.  
....., com sede na Rua ....., nº ....., bairro  
....., Cidade/UF ....., CEP: ....., telefone: (....) ....., e-mail:  
....., neste ato representada por .....,  
portador do CPF nº. ...., denominada **CONTRATADA**, têm entre si ajustado o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

**1.1** - Contratação de empresa especializada realizar **serviços de engenharia para readequação** em geral e acessibilidade **do Fórum Eleitoral de Toledo/Pr.**, em conformidade com as características e especificações contidas neste Termo de Referência e demais anexos.

**1.2** – A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições descritas no Edital de Licitação, no Termo de Referência, ANEXO I, e demais anexos, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato.



## **CLÁUSULA SEGUNDA: DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS**

**2.1 – Do local da prestação dos serviços:** Os serviços serão prestados no Fórum Eleitoral de Toledo, localizado na Rua Miraldo Pedro Zibetti, nº 185, cidade de Toledo/PR, CEP 85903-160, telefone/fax: (45) 3252-5628.

### **2.2 – Da descrição dos serviços:**

**2.2.1 -** O detalhamento e quantitativos dos serviços estão dispostos nos seguintes documentos, anexos do Edital:

- a) o Relatório Técnico: Anexo II;
- b) o Projeto de Acessibilidade: Anexo III;
- c) o Projeto SPDA: Anexo IV;
- d) o Caderno de Encargos: Anexo V;
- e) a Planilha Orçamentária Estimativa: Anexo VI.

### **2.4 – Do recebimento dos serviços:**

#### **2.4.1 – Do recebimento provisório:**

**2.4.1.1 -** No recebimento provisório, será realizada conferência “*in loco*” dos itens constantes na planilha, pelo fiscal designado e por Engenheiro contratado pelo TRE/PR, o qual irá aferir o emprego correto de todos os materiais e serviços descritos, de acordo com os Anexos deste Projeto. Caso algum item não esteja de acordo, será realizada recusa, devendo a CONTRATADA providenciar a troca, no caso de materiais, ou o refazimento, no caso de serviços, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**2.4.1.2 -** Após a conferência, o TRE/PR emitirá o termo de recebimento provisório, conforme Anexo VIII, que deverá ser assinado pelo fiscal, engenheiro contratado pelo Tribunal e pela CONTRATADA.

#### **2.4.2 – Do recebimento definitivo:**

**2.4.2.1 -** O recebimento definitivo se dará a partir da conferência do recebimento provisório com as planilhas orçamentárias do contrato e da conferência de toda a documentação exigida, conforme Anexo IX.

**2.4.2.2 -** O recebimento definitivo será firmado por Comissão Específica nos termos da Portaria 415/2017, com auxílio dos fiscais técnicos (engenheiros e/ou arquitetos).

## **CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

### **3.1 – Do prazo de execução, cronograma, vigência e contrato:**

**3.1.2 -** O prazo total para execução dos serviços será de 03 (três) meses, contados da autorização da Seção de Obras e Projetos - SOP para início dos serviços, através de e-mail.

**3.1.3 -** A Contratada deverá encaminhar em até 5 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do contrato, o cronograma de execução de serviços para aprovação da gestão e fiscalização do contrato.

**3.1.4** - A proponente deverá observar que no cronograma constam três medições e 10% dos valores serão pagos após o recebimento definitivo disciplinado pelo Art. 73 da Lei 8666/93.

**3.1.5** - Há previsão de autorização do início dos serviços a partir do quinto dia útil após a assinatura do contrato.

**3.1.6** - Antes do início dos trabalhos, será realizada uma reunião, no Fórum Eleitoral de Toledo, com a empresa vencedora do certame e a empresa contratada para auxiliar na fiscalização da obra, a fim de esclarecer as rotinas e procedimentos de execução dos serviços.

**3.1.7** - O contrato a ser firmado terá vigência de 05 (cinco) meses a partir da assinatura do instrumento contratual.

### **3.2 – Da garantia:**

**3.2.1** - Os serviços e materiais utilizados para o cumprimento do objeto do presente Projeto Básico terão garantia mínima de 5 (cinco) anos, contados do aceite final do TRE/PR, sem prejuízo da garantia adicional de fábrica ou do(s) fornecedor(es).

**3.2.2** - A perda total ou parcial da garantia proporcionada pelo fabricante ou pelo fornecedor, por ação ou omissão culposa imputável à Contratada, transferirá automaticamente àquela a responsabilidade correspondente, pelo período total ou remanescente, conforme o caso.

**3.2.3** - Nos termos dos arts. 69 e 73, § 2º, da Lei 8.666/93 c/c art. 618, caput, do Código Civil (Lei 10.406/02), a Contratada garante a segurança e solidez da obra, pelo prazo de 5 (cinco) anos a contar do recebimento definitivo.

**3.2.4** - Caso seja constatado qualquer vício, defeito e/ou imperfeição nos serviços executados, e/ou nos materiais empregados, a Contratada deverá providenciar o reparo e/ou substituição no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do comunicado do TRE/PR, ficando por sua conta exclusiva as despesas correspondentes.

**3.2.5** - Os serviços não aceitos deverão ser refeitos, à vista das especificações respectivas, sem que disto resulte atraso na execução, ficando a Contratada obrigada a demolir e refazer os trabalhos, bem como remover os entulhos, sem ônus ao TRE/PR.

### **3.3 – Da sustentabilidade:**

**3.3.1** - Antes do início dos trabalhos, a Seção de Obras e Projetos procederá a conferência dos materiais a serem empregados para verificar se estão de acordo com as cláusulas contratuais.

**3.3.2** - A Contratada deverá executar diariamente, ao final de cada serviço efetuado, a limpeza dos locais utilizados, os quais deverão ser entregues em perfeitas condições de ocupação e uso.

**3.3.3** - É de responsabilidade da Contratada recolher todo o lixo resultante das atividades, não deixando nenhum vestígio, ficando a cargo da empresa a remoção dos entulhos, assim como se responsabilizar pela destinação ecologicamente correta, conforme a legislação de gerenciamento de resíduos vigente (municipal ou estadual).

**3.3.4** - Nas medições que incluam cobrança de descartes ecologicamente corretos a contratada deverá encaminhar junto com a nota fiscal o documento comprobatório da destinação ecologicamente correta dos resíduos – Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR), se houver no local.

**3.3.5** - A Contratada deverá utilizar, na realização dos serviços, materiais com menor potencial ofensivo ao meio ambiente, inclusive com essa previsão já efetuada em sua planilha de custos (características, marcas, detalhamentos).

**3.3.6** - Utilizar, com relação às tintas, a fim de atender a critérios sustentáveis, apenas produtos atóxicos, livres de chumbo e/ou benzeno, sendo ao fiscal do contrato dada a possibilidade de verificação, ANTERIOR à execução dos serviços, da qualidade da tinta utilizada. Ainda, utilizar para pintura interna, apenas produtos inodoros.

#### **3.4 – Da saúde e segurança no trabalho:**

**3.4.1** - A CONTRATADA deverá prover os funcionários com Equipamentos de Proteção Individual - EPI's, necessários à execução dos serviços, bem como fiscalizar o seu uso, assumindo a responsabilidade pela execução dos serviços de acordo com as normas de segurança do trabalho, obedecendo ao disposto nas Normas Regulamentadoras NR-6 – Equipamentos de Proteção Individuais – EPI e NR-1 – Disposições Gerais.

**3.4.2** - A CONTRATADA deverá apresentar ao fiscal, relação de EPIs a serem utilizados, conforme relacionado no quadro exemplificativo a seguir:

PROTEÇÃO	EQUIPAMENTO	TIPO DE RISCO
CABEÇA	Capacete de segurança	Queda ou projeção de objetos, impactos contra estruturas e outros.
	Capacete especial	Equipamentos ou circuitos elétricos
	Protetor facial	Projeção de fragmentos, respingos de líquidos e radiações nocivas.
	Óculos de segurança contra impacto	Ferimentos nos olhos
	Óculos de segurança contra respingos	Irritação nos olhos e lesões decorrentes da ação de líquidos agressivos
MÃOS E BRAÇOS	Luvas e mangas de proteção (couro, lona plastificada, borracha ou neoprene)	Contato com substâncias corrosivas ou tóxicas, materiais abrasivos ou cortantes, equipamentos energizados, materiais aquecidos ou radiações perigosas.
PÉS E PERNAS	Botas de borracha (PVC)	Locais molhados, lamacentos ou em presença de substâncias tóxicas.
	Calçados de couro	Lesão do pé
INTEGRAL	Cinto de segurança	Queda com diferença de nível
AUDITIVA	Protetores auriculares	Nível de ruído superior ao estabelecido na NR-5 – Atividades e Operações Insalubres
RESPIRATÓRIA	Respirador contra poeira	Trabalhos com produção de poeira
	Máscara para jato de areia	Trabalhos de limpeza por abrasão através de jatos de areia
	Respirador e máscara de filtro químico	Poluentes atmosféricos em concentrações prejudiciais à saúde
TRONCO	Avental de raspa	Trabalhos de soldagem e corte a quente e de dobragem e armação de ferros

**3.4.3 -** Os trabalhadores que não estiverem portando EPIs deverão ser retirados imediatamente do campo de trabalho, podendo retornar somente após a correta utilização dos mesmos.

### **3.5 – Das demais obrigações da CONTRATADA:**

- a) A empresa contratada para execução dos serviços solicitados deverá:
- b) Programar suas atividades de modo a não causar paralisações nas atividades do Fórum Eleitoral.
- c) Emitir e recolher, em até 5 (cinco) dias úteis a partir da assinatura do contrato, quando do início e da conclusão da obra, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no CREA/PR ou o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) no CAU/PR, conforme legislação vigente, e apresentar ao gestor do contrato.
- d) Ratificar ou retificar as medidas constantes nas planilhas, anteriormente ao início da execução dos serviços.
- e) Utilizar placas de orientação quanto aos serviços que estão sendo executados, evitando assim eventuais acidentes com pessoas que circulam pela edificação, uma vez que as reformas serão executadas em local de trânsito de pessoas.
- f) Obedecer rigorosamente às exigências das normas de segurança do trabalho.
- g) Executar os serviços através de pessoal por ela contratado, dotado de experiência e qualificação profissional compatíveis com o objeto da contratação e sob sua exclusiva responsabilidade.
- h) Manter, durante toda a execução do contrato, as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- i) Responsabilizar-se por todos os encargos sociais e trabalhistas, bem como tributos de quaisquer espécies, incidentes sobre o objeto do contrato.
- j) Elaborar RDO (Relatório Diário de Obras). A Nota Fiscal apresentada para pagamento deverá ser acompanhada do RDO.
- k) Substituir qualquer profissional, quando solicitado pela Fiscalização, desde que verificada sua incompetência na execução das tarefas, bem como se apresentar hábitos de conduta nocivos à boa administração da obra.
- l) A substituição de qualquer funcionário deverá ser processada, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação da Fiscalização.
- m) Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ou materiais ocasionados por seus empregados durante a execução dos serviços.
- n) Fornecer todos os materiais, ferramentas, equipamentos e mão-de-obra necessários à execução dos serviços. Além disso, também será de responsabilidade da contratada o fornecimento dos seguintes itens, se necessário:
  - n.1) Tapumes, fitas de advertência;
  - n.2) Guinchos, andaimes, telas de proteção, lonas.
- o) Providenciar equipamentos e ferramentas apropriados ao uso a que se destinam, sendo proibido o emprego de ferramentas e equipamentos defeituosos, danificados ou improvisados.
- p) Empregar materiais novos, os quais deverão satisfazer rigorosamente às condições estipuladas neste Termo de Referência.
- q) Arrumar os materiais necessários à prestação dos serviços de modo a não prejudicar o trânsito de pessoas, a circulação de materiais, o acesso aos equipamentos de combate a incêndio e às portas ou saídas de emergência; e também, de modo a não provocar empuxos ou sobrecargas em paredes ou lajes, além dos previstos em seus dimensionamentos.
- r) Retirar do recinto das obras os materiais porventura impugnados pela Fiscalização, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da solicitação do Fiscal, sendo expressamente proibido manter no recinto das obras quaisquer materiais que

não satisfaçam a estas especificações.

s) Manter e conservar as instalações e equipamentos existentes e reparar as que venham a sofrer danos com a obra.

t) Informar à administração do Fórum Eleitoral a identificação dos funcionários que executarão os serviços contratados e assegurar que os mesmos façam uso de uniformes e crachá de identificação durante a realização dos serviços.

u) Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência do Contratante.

v) Proteger as partes móveis dos equipamentos e evitar que as ferramentas manuais sejam abandonadas sobre passagens, escadas, andaimes e superfícies de trabalho, bem como, não efetuar a ligação de mais de uma ferramenta elétrica na mesma tomada.

w) Indicar formalmente o preposto que responderá pela empresa pelos assuntos referentes ao contrato e fornecer ao Contratante o endereço eletrônico (e-mail), telefones celular e fixo da empresa, em até 5 (cinco) dias úteis após assinatura do contrato.

x) O endereço eletrônico será o principal meio de contato para as informações relativas ao contrato, desta forma o preposto deverá acompanhá-lo diariamente.

y) Absorver, na execução do contrato, egressos do sistema carcerário, e de cumpridores de medidas e penas alternativas em percentual não inferior a 2%, conforme artigo 8º, parágrafo único da resolução CNJ nº 114/2010.

z) A CONTRATADA deverá manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

### 3.6 - Quadro resumo com prazos, documentos e providências a serem cumpridas:

PRAZOS	DOCUMENTOS/ PROVIDÊNCIAS
Até 03 (três) meses.	- Conclusão de todos os serviços (3.1.2).
Antes do início dos serviços.	- Ratificar ou retificar as medidas constantes nas planilhas (3.5 alínea “d”).
Até 5 dias úteis da assinatura do contrato.	- Indicar formalmente o preposto, e-mail e outros dados para contato (3.5 alínea “w”).
Até 5 dias úteis do comunicado do Gestor do Contrato para início dos serviços.	- Apresentar ART/RRT (3.5 alínea “c”). - Entregar cronograma físico financeiro (3.1.3)
Até 24 horas do comunicado da Fiscalização.	- Substituição de funcionário (3.5 alínea “l”)
Até 48 horas do comunicado da Fiscalização.	- Retirar do recinto as obras ou materiais porventura impugnados pela Fiscalização (3.5 alínea “r”)
Até 5 dias úteis da recusa do recebimento dos materiais e/ou serviços.	- Substituição de materiais e refazimento de serviços (2.4.1.1)
5 anos	- Garantia de materiais e serviços (3.2.1)
Até 5 dias úteis do comunicado do TRE	- Reparo e/ou substituição de serviços, caso seja constatado qualquer vício/ defeito/ imperfeição (3.2.4)



#### CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

**4.1** - O presente contrato vigorará pelo período de **05 (cinco) meses**, a partir da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, de acordo com o artigo 57, §1º, da Lei nº 8.666/93, ou rescindido antecipadamente a critério do CONTRATANTE.

**4.2** - O **prazo total para execução** dos serviços será de **03 (três) meses**, contados da autorização da Seção de Obras e Projetos - SOP para início dos serviços, através de e-mail.

#### CLÁUSULA QUINTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

**5.1** – A despesa com o presente instrumento correrá pelo

Programa de Trabalho: .....

Nota de Empenho: 20...NE00....., emitida em ....../..../20....;

Elemento de despesa: .....

Categoria Econômica: .....

SIASG: 1627.

#### CLÁUSULA SEXTA: DA GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

**6.1** – A fiscalização e a gestão serão realizadas por servidores devidamente designados pela Administração, em consonância com o artigo 67, parágrafos 1.º e 2.º: da Lei nº 8.666/93, **mediante assistência e subsídios de empresa contratada para esse fim.**

**6.2** - O **acompanhamento e a fiscalização da** execução deste Contrato consistem na verificação, pelo CONTRATANTE, da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.

**6.2.1** - A existência desse acompanhamento não exime a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer da execução contratual.

**6.3** - Caberá ainda aos gestores da contratação:

- a) Receber e atestar a nota fiscal referente aos serviços contratados encaminhando-a, no procedimento (PAD) financeiro — a ser criado pela Seção de Obras e Projetos, ao setor financeiro, para pagamento, cumprindo-se os prazos e os demais requisitos do TRE/PR.
- b) Abrir procedimento (PAD) de fiscalização, se necessário, e acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas descritas no instrumento contratual, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados.
- c) Oficiar a prestadora do serviço, fixando prazo para solução das irregularidades apontadas.
- d) Ao persistirem as irregularidades, o Gestor abrirá processo administrativo, na modalidade eletrônica (PAD), e o encaminhará à Coordenadoria de Infraestrutura Predial, devidamente instruído com todas as informações pertinentes, em formulário específico, anexando-se cópia das informações prestadas pelo Fiscal.

- e) Iniciar os procedimentos necessários à prorrogação do contrato, de acordo com a Lei nº 8.666/93.
- f) Efetuar análise e encaminhamentos pertinentes às reivindicações da CONTRATADA relativamente à revisão de preços, rescisão, questionamentos financeiros ou outros.
- g) Realizar adequações ao objeto contratual, eventualmente necessárias.
- h) Durante o período de garantia, verificar a qualidade dos serviços executados e, se necessário, proceder abertura do processo administrativo.
- i) Verificar se os produtos e materiais utilizados atendem à sustentabilidade.

## **CLÁUSULA SÉTIMA: DO PAGAMENTO**

**7.1** – Pela execução dos serviços o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ ..... (.....), conforme planilha de custos /proposta anexa e cronograma financeiro.

**7.1.1** - Fará parte integrante deste Contrato a proposta vencedora contendo a planilha detalhada de custos unitários e totais.

**7.1.2** - Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para perfeita execução das obras, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, deslocamentos, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas Municipais, Estaduais e Federais, englobando tudo o que for necessário para a execução total e completa da obra, conforme projetos e especificações constantes deste contrato, bem como seus lucros, sem que lhe caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao TRE/PR.

**7.1.3** - Os valores estão estabelecidos na planilha orçamentária, após apresentados e aprovados pelo TRE/PR, de acordo com o desembolso previsto no cronograma físico-financeiro, correspondendo integralmente aos serviços realizados e medidos no mês a que se referem.

**7.1.4** - A critério do TRE/PR e dependendo da disponibilidade financeira, o cronograma desembolso poderá ser antecipado, observando-se a discriminação dos serviços.

**7.1.5** - As medições serão calculadas em valores relativos à data base da Proposta de preços.

## **7.2 – DO DOCUMENTO FISCAL**

**7.2.1** - O CNPJ da empresa habilitada na licitação deverá ser o mesmo para o efeito de emissão das notas fiscais e posteriores pagamentos.

**7.2.1.1** - Caso a CONTRATADA não possa emitir as notas fiscais/faturas com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo através da eventual matriz ou filial da mesma empresa. Nesse caso, ambos os CNPJs (matriz ou filial) deverão estar com a documentação fiscal regular.

**7.2.2** – A CONTRATADA deverá manter-se devidamente regularizada perante a Seguridade Social, FGTS e Fazenda Federal, bem como com os impostos e taxas que

porventura incidam sobre a contratação. Será exigida da CONTRATADA quitação da GRPS, exclusiva da obra, em relação de todos os empregados da mesma.

**7.2.3** - Especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

- a) CNPJ da CONTRATADA;
- b) Data de emissão da nota fiscal;
- c) CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- d) Descritivo do tipo de serviço prestado e valor total;
- e) Destacar o valor referente a serviços separadamente do valor referente a materiais;
- f) Destacar a Lei nº 9.430/96, as alíquotas e o valor da retenção sobre o valor total da nota fiscal;
- g) Número do contrato e,
- h) Banco, agência e número da conta corrente (obrigatoriamente da própria CONTRATADA).

**7.2.4** - Documentos que deverão ser apresentados pela CONTRATADA ao gestor para o respectivo atestado e autorização para o pagamento:

- a) INSS – Certidão Negativa de Débito da Previdência Social;
- b) CRF - Certidão de Regularidade do Empregador perante o FGTS.
- c) Certidão Conjunta - Dívida Ativa da União e de Débitos e Contribuições Federais (Receita Federal);
- d) A primeira Nota Fiscal emitida deverá conter ainda a comprovação de que a empresa construtora possui escrituração contábil no período de duração da obra, mediante cópia do balanço extraído do livro diário devidamente formalizado, para o exercício, findo, e, para o exercício em curso, declaração firmada pelo representante legal ou mandatário da empresa e pelo contador de que os valores apresentados estão contabilizados. Será necessária, ainda, cópia da ART ou RRT de execução, juntamente com seu comprovante de pagamento.

**7.2.5** – Prazo para apresentação da Nota Fiscal pela CONTRATADA: até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte a prestação dos serviços.

**7.3** – O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da CONTRATADA no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

**7.3.1** – Prazo para atestado da Nota Fiscal: até 05 (cinco) dias úteis a partir do aceite da nota fiscal pela Comissão de Obras deste TRE/PR, a qual deverá ser enviada pela empresa somente após cumpridas todas as exigências contratuais.

**7.3.2** – Prazo para pagamento da Nota Fiscal: até 20 (vinte) dias após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor.

**7.3.3** - A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido será devolvida, e nesse caso, o prazo de 20 (vinte) dias previsto no item 7.3.2, será interrompido e somente será reiniciada a contagem a partir da respectiva regularização.

**7.3.3.1** - Nenhum pagamento será devido à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação.

**7.3.4** – Será considerado como data do pagamento, o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.3.5** – O gestor da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 7.2.1.1.

**7.3.5.1** – Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRE/PR.

**7.3.6** – O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste contrato.

**7.3.7** – Na eventual ocorrência de atraso de pagamento e, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, os encargos moratórios são devidos pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal da CONTRATADA, que será calculado por meio da aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$  (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

**7.4** – Da regularidade fiscal:

**7.4.1** – Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

**7.4.1.1** – A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

**7.4.1.1.1** – Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste contrato.

**7.4.2** – A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

- a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;
- b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;
- c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

**7.4.2.1** – O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

**7.5** – Da substituição tributária:

**7.5.1** – Serão feitas as retenções tributárias federais e municipais incidentes sobre a contratação, conforme artigo 64 da Lei nº 9.430/96, IN RFB 1234/12, IN RFB 971/09, LC nº 116/2003 e LC nº 123/06, conforme o objeto da contratação.

**7.6** – Dos tributos federais:

**7.6.1** – Será efetuada a retenção dos tributos federais aplicando-se, sobre o valor a ser pago, o percentual constante da Tabela de Retenção da IN RFB 1234/12.

**7.6.2** – Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (Simples), não haverá a retenção de que trata o item acima.

**7.6.3** – A nota fiscal, cuja empresa CONTRATADA seja optante do Simples, deverá estar acompanhada da Declaração, nos termos do caput do artigo 6º da IN RFB 1234/12 – Anexo IV.

**7.7** – Da retenção previdenciária:

**7.7.1** – Quando o objeto da contratação contemplar cessão de mão de obra ou empreitada, poderá ocorrer a retenção do INSS prevista no artigo 112 sobre os serviços elencados nos artigos 117 e 118 da IN RFB 971/09.

**7.8** – Da retenção do ISS:

**7.8.1** – Sobre serviços, poderá ocorrer a retenção do ISS, quando o objeto da contratação se enquadrar no inciso II, do § 2º do art. 6º da LC 116/03.

**7.8.2** – Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (Simples), deverá destacar na nota fiscal de prestação de serviços a alíquota na qual está enquadrada, conforme os anexos III ou IV da Lei Complementar nº 123/06. Caso não haja o referido destaque, será considerada a alíquota máxima vigente, ou seja, 5% (cinco por cento).

**7.9** – Quanto à incidência das retenções de tributos prevalecerá sempre a legislação vigente, mesmo que venham a contrariar as disposições acima, conforme sua incidência ou não sobre o objeto contratado.

## **CLÁUSULA OITAVA: DO REAJUSTE**

**8.1** - O reajuste dos contratos com vigência até 01 (um) ano, encontra-se suspenso até disciplinamento diverso, oriundo de legislação federal e nas condições desta.

**8.2** - Caso o contrato seja prorrogado de acordo com o limite da Lei nº 8.666/93, depois de findos 12 (doze) meses será pactuado o reajustamento dos preços, SOBRE O SALDO REMANESCENTE, a partir da data da apresentação da proposta.

**8.2.1** - Os eventos remanescentes serão reajustados tendo como índice o INCC (Índice



Nacional da Construção Civil), publicado pela Fundação Getúlio Vargas, quando então voltará a haver nova suspensão de reajustes, salvo alterações supervenientes na legislação vigente e dependendo de repactuação com o CONTRATANTE, ficando estabelecido que os eventos posteriores ao 12º (décimo segundo) mês que tiverem suas execuções antecipadas não sofrerão reajuste, bem como aqueles que no mês supracitado estejam com suas execuções atrasadas por culpa da CONTRATADA.

## **CLÁUSULA NOVA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**9.1** – O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas do presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação sanções a seguir, de acordo com o capítulo IV da Lei nº 8.666/93 e art. 7º da Lei nº 10.520/02.

**9.2** - Com fundamento no acima disposto, bem como nos preceitos dos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA estará sujeita às seguintes sanções, sem prejuízo do desconto à fatura respectiva:

a) **ADVERTÊNCIA:** faltas leves, de menor gravidade, que não acarretarem prejuízo de monta ao interesse do serviço;

b) **MULTAS**, sem prejuízo da rescisão contratual por culpa da contratada:

b.1) Multa de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de não executar limpeza diária ao final de cada serviço, não fornecer a placa de realização da obra, não emitir a nota fiscal dentro do prazo ou encaminhar nota fiscal com falta de documento;

b.2) Multa de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, sobre o valor total contratado, pelo atraso injustificado na execução do cronograma, a partir do dia posterior imediato ao vencimento do prazo estipulado, com limite de 10 (dez) dias. A partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso injustificado será aplicada multa de 7% (sete por cento) sobre o valor total do contrato ou resultar na rescisão contratual;

b.3) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, pelo não cumprimento do prazo final da obra, por culpa da CONTRATADA, acrescido de 0,5% (meio por cento) ao dia se o atraso ultrapassar a 10 (dez) dias ou resultar na rescisão contratual;

b.4) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do material, pela entrega e/ou colocação diferente do proposto ou de qualidade inferior ao especificado no projeto;

b.5) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, pela não entrega de qualquer dos seguintes documentos: ART, RDO, documento comprobatório do descarte, não utilização de EPIs previstos a serem utilizados, além da retirada do trabalhador do campo de trabalho.

b.6) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato por causar a paralisação nas atividades do TRE/PR.

b.7) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, por quaisquer danos à obra ou aos bens do TRE/PR, sem a reposição do bem pertinente em até 30 (trinta) dias após a notificação;

b.8) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato pela recusa à execução dos serviços inerentes à garantia/solidez da obra.

b.9) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato pela inadimplência reiterada de quaisquer das obrigações pactuadas ou pela não apresentação da garantia contratual prevista na cláusula oitava do contrato;

b.10) Multa de 30% (trinta por cento) por cento sobre o valor total do contrato, pelo inadimplemento total ou pela cessação da execução da obra, que implique rescisão contratual;

c) IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, conforme previsto no art.7º, da Lei nº 10.520/02, bem como o descredenciamento do Sicaf, ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação, quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

**9.3** - As multas imputadas à CONTRATADA cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda<sup>1</sup> e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária.

**9.4** - A CONTRATADA autoriza desde já o desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

**9.5** - As sanções de advertência, bem como de impedimento para licitar e contratar com a União, poderão ser aplicadas juntamente com as multas convencionais e de mora, descontando-as dos pagamentos a serem efetuados.

## **CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO DO CONTRATO**

**10.1** – Ficarão o presente contrato rescindido, a juízo da Administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos casos elencados nos artigos de 77 a 80, da Lei nº 8.666/93.

**10.2** - Será também causa de rescisão se a CONTRATADA alocar funcionários, para o desempenho dos serviços, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, contrariando o artigo 3º da Resolução nº 07, de 18/10/2005, com redação dada pela Resolução nº 09, de 06/12/2005, ambas do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS CASOS OMISSOS**

**11.1** – Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99, no Código de Defesa do Consumidor e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

---

<sup>1</sup> Portaria n.º 49 do Ministério da Fazenda, publicada em 05/04/2004 – artigo 1.º, inciso I.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO**

**12.1** - Fica eleito o foro de Curitiba/PR, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser, para dirimir as divergências oriundas do presente contrato.

**12.2** - E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Curitiba, ..... de ..... de 2019.

.....  
Representante Legal  
P/ CONTRATADA

**Dr. Valcir Mombach**  
Diretor-Geral – TRE/PR  
P/ CONTRATANTE

**Anexar: proposta detalhada da empresa CONTRATADA.**